



Ministério da Educação
Universidade Federal do Piauí
Gabinete do Reitor

RESOLUÇÃO CEPEX/UFPI Nº 512, DE 12 DE JUNHO DE 2023

Aprova o Projeto Pedagógico do Curso de Bacharelado em Serviço Social, da Universidade Federal Piauí – **Campus** Ministro Petrônio Portella.

O REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ-UFPI e PRESIDENTE DO CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO-CEPEX, no uso de suas atribuições legais e regimentais, tendo em vista decisão do mesmo Conselho em reunião de 12/06/2023 e, considerando:

- o Processo eletrônico nº 23111.049710/2022-76;

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar o Projeto Pedagógico do Curso de Bacharelado em Serviço Social, da Universidade Federal do Piauí – **Campus** Ministro Petrônio Portella, conforme documento anexo e processo acima mencionado.

Art. 2º Esta Resolução entrará em vigor na data da sua publicação, conforme disposto no Parágrafo único, do art. 42, do Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019, da Presidência da República, justificando-se a urgência em virtude da necessidade imediata de avaliação do curso pelo Ministério da Educação (MEC).

Teresina, 12 de junho de 2023


GILDÁSIO GUEDES FERNANDES

Reitor



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
CAMPUS UNIVERSITARIO MINISTRO PETRONIO PORTELLA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS DE LETRAS
CURSO DE BACHARELADO EM SERVIÇO SOCIAL



**PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO
DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL**

**TERESINA – PIAUÍ
2023**

Assinatura manuscrita em azul, provavelmente de um representante institucional.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
CAMPUS UNIVERSITARIO MINISTRO PETRONIO PORTELLA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS DE LETRAS
CURSO DE BACHARELADO EM SERVIÇO SOCIAL



**PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO
DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL**

Projeto Político-Pedagógico do Curso de Bacharelado em Serviço Social do Campus Universitário Ministro Petrônio Portella da Universidade Federal do Piauí do Piauí, no município de Teresina – Piauí, a ser implementado em 01/2024.

**TERESINA – PIAUÍ
2023**

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Silviana'.

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ**

REITOR

Prof. Dr. Gildásio Guedes Fernandes

VICE-REITOR

Prof. Dr. Viriato Campelo

PRÓ-REITOR (A) DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO

Prof. Dr. Luís Carlos Sales

PRÓ-REITOR (A) DE ADMINISTRAÇÃO

Prof^ª. Dr^ª. Evangelina da Silva Sousa

PRÓ-REITOR (A) DE ENSINO DE GRADUAÇÃO

Prof^ª. Dr^ª. Ana Beatriz Sousa Gomes

PRÓ-REITOR (A) DE PESQUISA E INOVAÇÃO

Prof. Dr. Luiz de Sousa Santos Junior

PRÓ-REITOR (A) DE ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO

Prof^ª. Dr^ª. Regilda Saraiva Dos Reis Moreira Araujo

PRÓ-REITOR (A) DE EXTENSÃO E CULTURA

Prof^ª. Dr^ª. Deborah Dettmam Matos

PRÓ-REITOR (A) DE ASSUNTOS ESTUDANTIS E COMUNITÁRIOS

Prof^ª. Dr^ª. Monica Arrivabene



PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO**Ana Beatriz Sousa Gomes**

Pró-Reitor de Ensino de Graduação

Eliese Idalino Rodrigues

Coordenadora Geral de Graduação

Maria Rosália Ribeiro Brandim

Coordenadora Geral de Estágio

Francisco Newton Freitas

Coordenador de Desenvolvimento e Acompanhamento Curricular

Leomá Albuquerque Matos

Diretor de Administração Acadêmica

Rosa Lina Gomes do N. Pereira da Silva

Coordenadora de Administração Acadêmica Complementar

Maycon Silva Santos

Coordenadora de Seleção e Programas Especiais



CAMPUS UNIVERSITARIO MINISTRO PETRONIO PORTELLA

CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS

DIRETORA

Prof^ª. Dr^ª. Edna Maria Goulart Joazeiro

VICE-DIRETOR

Prof. Dr. João Benvindo de Moura.

CHEFE DO DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL (2021-2023)

Prof^ª. Dr^ª. Iracilda Alves Braga

SUBCHEFE DO DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL (2021-2023)

Prof^ª. Dr^ª. Teresa Cristina Moura Costa

CHEFE DO DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL (2023-2025)

Prof^ª. Dr^ª. Rosilene Marques Sobrinho De França

SUBCHEFE DO DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL (2023-2025)

Prof^ª. Dr^ª. Mauriceia Ligia Neves da Costa Carneiro

COORDENADORA DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL (2021-2023)

Prof^ª. Dr^ª. Sofia Laurentino Barbosa Pereira

SUBCOORDENADORA DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL (2021-2023)

Prof^ª. Dr^ª. Masilene Rocha Viana

COORDENADORA DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL (2023-2025)

Prof^ª. Dr^ª. Teresa Cristina Moura Costa

SUBCOORDENADORA DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL (2023-2025)

Prof^ª. Dr^ª. Rita de Cássia Cronemberger Sobral



COORDENADORA DE ESTÁGIO DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL

Prof^ª. Dr^ª. Lúcia da Silva Vilarinho

COMPOSIÇÃO DO NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE (2021-2023)

Prof^ª. Dr^ª. Sofia Laurentino Barbosa Pereira

Prof^ª. Dr^ª. Iolanda Carvalho Fontenele

Prof^ª. Dr^ª. Iracilda Alves Braga

Prof^ª. Dr^ª. Lúcia da Silva Vilarinho

Prof^ª. Dr^ª. Teresa Cristina Moura Costa

COMPOSIÇÃO DO NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE (2023-2025)

Prof^ª. Dr^ª. Teresa Cristina Moura Costa

Prof^ª. Dr^ª. Iolanda Carvalho Fontenele

Prof^ª. Dr^ª. Mauriceia Ligia Neves Da Costa Carneiro

Prof^ª. Dr^ª. Guiomar De Oliveira Passos

Prof^ª. Dr^ª. Sofia Laurentino Barbosa Pereira Membro

Prof^ª. Dr^ª. Rita De Cassia Cronemberger Sobral

COMPOSIÇÃO DO COLEGIADO DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL (2021-2023)

Prof^ª. Dr^ª. Sofia Laurentino Barbosa Pereira - Presidente

Prof^ª. Dr^ª. Masilene Rocha Viana – Vice-Presidente

Prof^ª. Dr^ª. Iracilda Alves Braga – Titular

Prof. Dr. Alejandro Raul Gonzalez Labale – Titular

Prof^ª. Dr^ª. Rita de Cássia Sobral – Suplente

Prof^ª. Dr^ª. Rossana Maria Marinho Albuquerque – Suplente

Representação estudantil: Gleyson Willian Silva Carneiro – Titular

Representação estudantil: Marina Queiroz Moura– Suplente

COMPOSIÇÃO DO COLEGIADO DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL (2023-2025)

Prof^ª. Dr^ª. Teresa Cristina Moura Costa - Presidente

Prof^ª. Dr^ª. Rita De Cassia Cronemberger Sobral – Vice-Presidente

Prof^{fa}. Dr^a. Iracilda Alves Braga – Titular
 Prof. Dr. Alejandro Raul Gonzalez Labale – Titular
 Prof^{fa}. Dr^a. Mauriceia Ligia Neves Da Costa Carneiro – Suplente
 Prof^{fa}. Dr^a. Rossana Maria Marinho Albuquerque – Suplente
 Representação estudantil: Gleyson Willian Silva Carneiro - Titular
 Representação estudantil: Marina Queiroz Moura - Suplente

CORPO DOCENTE EFETIVO DO DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL

Prof^{fa}. Dr^a. Edna Maria Goulart Joazeiro
 Prof^{fa}. Dr^a. Francineide Pires Pereira
 Prof^{fa}. Dr^a. Guiomar de Oliveira Passos
 Prof^{fa}. Dr^a. Iolanda Carvalho Fontenele
 Prof^{fa}. Dr^a. Iracilda Alves Braga
 Prof^{fa}. Dr^a. Lila Cristina Xavier Luz
 Prof^{fa}. Dra. Lúcia da Silva Vilarinho
 Prof^{fa}. Dr^a. Lúcia Cristina dos Santos Rosa
 Prof^{fa}. Dr^a. Masilene Rocha Viana
 Prof^{fa} Dr^a Mauriceia Ligia Neves da Costa Carneiro
 Prof^{fa}. Dr^a. Réia Silvia Rios Magalhães
 Prof^{fa}. Dr^a. Rita de Cássia Cronemberger Sobral
 Prof^{fa}. Dr^a Rosilene Marques Sobrinho de França
 Prof^{fa}. Dr^a. Solange Maria Teixeira
 Prof^{fa}. Dr^a Sofia Laurentino Barbosa Pereira
 Prof^{fa}. Dr^a Teresa Cristina Moura Costa

CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO EFETIVO

Cícero Rodrigues de Sousa (lotado no Departamento de Serviço Social)
 Mayra de Sousa Gomes (lotada na Coordenação de Serviço Social)



IDENTIFICAÇÃO DA MANTENEDORA**MANTENEDORA:**

FUFPI

RAZÃO SOCIAL:

Universidade Federal do Piauí

SIGLA:

UFPI

NATUREZA JURÍDICA:

Pública

CNPJ:

06.517.387/0001-34

ENDEREÇO:

Campus Universitário Ministro Petrônio Portella – Bairro Ininga s/n CEP: 64049-550

CIDADE:

Teresina

TELEFONE:

(86) 3215-5511

E-MAIL:

scs@ufpi.edu.br

PÁGINA ELETRÔNICA:www.ufpi.br

IDENTIFICAÇÃO DO CURSO**DENOMINAÇÃO DO CURSO:**

Serviço Social

NÍVEL:

Graduação

GRAU:

Bacharelado

CRIAÇÃO DO CURSO:

O Curso de Serviço Social da UFPI foi criado em 01/12/1976 (Resolução CONSUN/UFPI – Doc. 02/76)

RECONHECIMENTO DO CURSO:

Portaria do MEC em 07/07/1983 (Documento 313, data da publicação 12/07/1983)

TÍTULO ACADÊMICO:

Bacharel em Serviço Social

MODALIDADE:

Ensino Presencial

DURAÇÃO DO CURSO:

Mínimo: 8 semestres letivos (4 anos)

Máximo: 14 semestres letivos (7 anos)¹**ACESSO AO CURSO:**

Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), através do Sistema de Seleção Unificada – SISU/MEC e de acordo com Edital específico da UFPI.

REGIME LETIVO

Sistema de Crédito

VAGAS AUTORIZADAS:

50 vagas no primeiro semestre

OFERTA DO CURSO:

SEMESTRE LETIVO	TURNO(S)	QUANTIDADE DE VAGAS
1º SEMESTRE	vespertino/ noturno	50

ESTRUTURA CURRICULAR:

¹ Para alunos(as) com necessidades educacionais especiais acrescentar até 50% do prazo máximo de permanência no curso.



ANO/ PERÍODO DE IMPLANTAÇÃO	CARGA HORÁRIA POR PERÍODO LETIVO		
	MÍNIMA	MÉDIA	MÁXIMA
2024	255/17	308/20	360/24

COMPONENTES CURRICULARES	CARGA HORÁRIA	CRÉDITOS
Disciplinas Obrigatórias	1.890 h	126
Disciplinas Optativas	120 h	8
Trabalho de Conclusão de Curso	195 h	13
Atividades Complementares	120 h	-
Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório	450 h	30
Atividades Curriculares de Extensão	315 h	-
TOTAL	3090 h	



SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	13
1 INTRODUÇÃO	18
1.1 JUSTIFICATIVA: POR QUE REVISAR?	18
1.1.1 A construção e revisão do projeto político-pedagógico da UFPI	20
1.1.2 Reconfigurações do mundo do trabalho, Reforma do Estado e o Serviço Social	21
1.2 CONTEXTO REGIONAL E LOCAL	25
1.3 HISTÓRICO E ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA UFPI E DO CURSO	31
2 CONCEPÇÃO DO CURSO	32
2.1 AS DIRETRIZES CURRICULARES E A FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM SERVIÇO SOCIAL	32
2.2 PRINCÍPIOS E OBJETIVOS DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL	33
2.3 OBJETIVOS DO CURSO	33
2.4 PERFIL DO EGRESSO	34
2.5 COMPETÊNCIAS E HABILIDADES	35
2.6 PERFIL DO CORPO DOCENTE	36
3 PROPOSTA CURRICULAR	37
3.1 ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO CURRICULAR	37
3.2 FORMA DE INGRESSO	39
3.3 CONTEÚDOS CURRICULARES	39
3.3.1 Os núcleos de fundamentação da formação	40
3.4 DISCIPLINAS OPTATIVAS	43
3.5 ARTICULAÇÃO COM OUTROS DEPARTAMENTOS E COORDENAÇÕES	45
3.6 ESTÁGIO SUPERVISIONADO OBRIGATÓRIO E NÃO OBRIGATÓRIO	46
3.7 TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO	49
3.8 ATIVIDADES COMPLEMENTARES	58
3.9 ATIVIDADES CURRICULARES DE EXTENSÃO – ACE	72



3.10 MATRIZ CURRICULAR	75
4 POLÍTICAS INSTITUCIONAIS	78
4.1 POLÍTICAS INSTITUCIONAIS DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO	78
4.1.1 A Iniciação Científica	78
4.1.2 Os núcleos e diretórios de pesquisa	79
4.1.3 O Programa de Educação Tutorial - PET	80
4.1.4 O Programa de Extensão Universitária para Pessoas Idosas - PTIA	81
4.2 A RELAÇÃO DA GRADUAÇÃO COM A PÓS-GRADUAÇÃO	82
4.3 APOIO AO DISCENTE	84
5 METODOLOGIA E SISTEMÁTICA DE AVALIAÇÃO	86
5.1 O PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM	86
5.1.1 Avaliação da aprendizagem	87
5.2 AVALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO	88
6 EMENTÁRIO E BIBLIOGRAFIA	90
7 ORGANIZAÇÃO, INFRAESTRUTURA FÍSICA E INSTALAÇÕES ACADÊMICAS	153
7.1 ORGANIZAÇÃO E ESTRUTURA ACADÊMICA	153
7.1.1 O colegiado de curso de Serviço Social	153
7.1.2 O Núcleo Docente Estruturante – NDE	153
7.2 LOCAL DE FUNCIONAMENTO, INFRAESTRUTURA FÍSICA E EQUIPAMENTOS	154
7.3 BIBLIOTECA	155
8 DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS	155
8.1 EQUIVALÊNCIA DAS DISCIPLINAS	155
8.2 CLAUSULA DE VIGÊNCIA	161
REFERÊNCIAS	162
ANEXOS	168
FLUXOGRAMA	169
RELATÓRIO DO NDE REFERENDANDO AS REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	170

APRESENTAÇÃO

A questão social e os desafios ao Serviço Social como profissão inscrita na divisão sociotécnica do trabalho em uma sociedade de constantes mudanças exigem dos que fazem a Universidade, particularmente dos que se comprometem cotidianamente com a formação acadêmica nessa área, o zelo quanto à renovação de suas práticas e uma vigilância crítica quanto à adequação do instrumento fundamental orientador da formação: o projeto pedagógico.

Essa vigilância, preocupação especial da Coordenação e do Departamento de Serviço Social em suas últimas gestões, materializa-se no presente documento, que confere substância a inúmeros esforços do Núcleo Docente Estruturante que, desde sua formação², manteve a consciência da necessidade de revisar o projeto pedagógico do curso, realizando inúmeras incursões (reuniões periódicas, oficinas, pesquisas exploratórias junto aos(as) docentes e discentes, entre outras), visando amadurecer reflexões acerca dos principais problemas apresentados no curso desde a implantação do último projeto pedagógico e encontrar caminhos de superá-los.

Assim, o Projeto Pedagógico ora apresentado nasce de um esforço concentrado e coletivo no sentido de revisar o anterior. Portanto, não se trata de um novo currículo, mas uma reformulação da proposta curricular vigente, que foi construída em 2007 e reformulada em 2012, incluindo elementos e conteúdos demandados institucionalmente e pelas entidades representativas da profissão, como será apresentado ao longo desse documento.

Tendo nascido tardiamente, o Projeto Pedagógico vigente só tomou corpo em 2007, depois de um longo período de dificuldades internas do curso para encontrar formas de

² O Núcleo Docente Estruturante foi criado através da Portaria n° 66, de 23 de Julho de 2010 da Pro-Reitoria de Ensino de Graduação (PREG/UFPI) atendendo ao que estabelece a Portaria Normativa n° 5, de 22 de fevereiro de 2010 do MEC. Na referida Portaria foram designados para compor o NDE do Curso de Serviço Social, do Campus Universitário Ministro Petrônio Portella, as seguintes professoras: Lila Cristina Xavier Luz, Lúcia da Silva Vilarinho, Maria do Rosário de Fátima e Silva, Marlúcia Valéria da Silva e Masilene Rocha Viana. Nele já marcaram presença ativa também as professoras Rita de Cássia Cronemberger Sobral, Lúcia Cristina dos Santos Rosa e Solange Maria Teixeira. Assim, o esforço aqui sintetizado de revisar o projeto espelha trabalho de uma equipe para além da que compõe o núcleo ao longo dos anos. A Primeira proposta apresentada pelo Núcleo Estruturante não foi aprovada e houve uma recomposição do Núcleo Estruturante em 2014 e 2018, dando continuidade ao processo de revisão, finalizadas no ano de 2022, com uma nova composição do NDE, com as seguintes docentes: Sofia Laurentino Barbosa Pereira, Iolanda Carvalho Fontenele, Iracilda Alves Braga, Lúcia da Silva Vilarinho e Teresa Cristina Moura Costa, conforme Portaria n° 012/2021-PREG/UFPI, de 20 de março de 2021.



materializar as diretrizes curriculares que datam de 1996. Assim, somente em 25 de janeiro de 2007 o curso de Serviço Social tem aprovado pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPEX) seu projeto pedagógico (Resolução nº 13/2007), que deu a base para o quartocurrículo do curso, implantado em março do mesmo ano.

Tal projeto brotava de um imenso desafio, já que as Diretrizes Curriculares foram objeto de amplas discussões no interior das entidades da profissão, particularmente da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) e, mais que novas orientações curriculares, tais diretrizes nasciam apontando novos rumos à formação em Serviço Social no Brasil, consolidando uma direção social à profissão que se construía em décadas de renovação e reflexão crítica acerca do exercício e da formação profissional, trajetória teórico-política ímpar no mundo, projetando o Serviço Social brasileiro muito além de suas fronteiras³.

Associado a esse desafio, o tempo era de mudanças no panorama educacional brasileiro, sobretudo por conta da consolidação da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabeleceu outra normalização para o Sistema Nacional de Educação, resultando na substituição da estrutura de currículos mínimos e plenos por Diretrizes Curriculares orientadoras dos projetos de formação em nível de graduação.

Ao longo do tempo, novos instrumentos e orientações nacionais, pareceres, entre outras normalizações foram agregando desafios aos que fazem a formação no cotidiano institucional, tais como:

- O Parecer do Conselho Nacional de Educação (CNE)/Câmara Superior de Educação (CES) 492/2001 – que homologa as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Serviço Social e outros cursos, publicado no Diário Oficial da União de 09/7/2001, Seção 1, p. 50;
- O Parecer CNE/CES 1.363/2001 – que retifica o Parecer CNE/CES 492/2001, que trata da aprovação das Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Filosofia, História, Geografia, Serviço Social, Comunicação Social, Ciências Sociais, Letras, Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia, publicado no Diário Oficial da União de 29/1/2002, Seção 1, p. 60.b;

³ Nesse processo, a profissão de Serviço Social mantém e reforça seu compromisso com uma direção social da profissão que entenda o trabalho como elemento fundante da sociabilidade humana, referenciando na tradição do pensamento crítico.



- A Resolução CNE/CES nº 15, de 13 de março de 2002 – que estabelece as Diretrizes Curriculares para os cursos de Serviço Social, publicado no Diário Oficial da União, Brasília, 9/04/ 2002. Seção 1, p. 33;
- A Resolução Nº 2, de 18 de junho de 2007 CNE/CES que dispõe sobre carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial⁴;
- A Política Nacional de Estágio da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social - ABEPSS;
- A Lei 11.788, de 25 de setembro de 2008 (Casa Civil da Presidência da República), que dispõe sobre os estágios de estudantes;
- A Resolução nº 533 do CFESS que regulamenta a supervisão direta de estágio em Serviço Social;
- As Normas internas da UFPI quanto ao funcionamento dos cursos de graduação, aprovadas pela Resolução nº 177/12, de 5 de novembro de 2012 do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPEX/UFPI);
- A Resolução nº 1, de 17 de junho de 2010 do Conselho Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES), que normatiza o Núcleo Docente Estruturante de cursos de graduação;
- A Resolução nº 1 de 17 de junho de 2004, do Conselho Nacional de Educação, que institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana;
- A Resolução nº 1 de 30 de maio de 2012, do Conselho Nacional de Educação, que estabelece Diretrizes Nacionais para Educação em Direitos Humanos;
- A Resolução nº 2 de 15 de junho de 2012, do Conselho Nacional de Educação, que estabelece Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Ambiental;
- As orientações da Coordenadoria de Currículos (PREG/UFPI) quanto à inclusão de disciplinas novas na matriz curricular, que explorem os conteúdos pertinentes ao debate sobre a questão da diversidade, da linguagem de Libras, da extensão e outras;

⁴ Esta resolução estabelece que a carga-horária mínima para o curso de Serviço Social presencial é de 3.000h e que o tempo e que “os estágios e atividades complementares dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial, não deverão exceder a 20% (vinte por cento) da carga horária total do curso”.



- A Resolução CNE/CES nº 7, de 18 de dezembro de 2018, que trata das Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação – PNE2014-2024, conhecida como “Curricularização da Extensão” – Atividades Curriculares de Extensão (ACE), regulamentado na UFPI através da Resolução do CEPEX nº 053/2019.
- As orientações da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) para a inclusão e o fortalecimento do debate da questão étnico-racial contribuindo para uma formação em Serviço Social antirracista, a partir do desenvolvimento de atividades de ensino, pesquisa e extensão (graduada e pós-graduada), sintetizado no documento “Subsídios para o debate sobre a questão étnico-racial na Formação em Serviço Social”, de 2018 e na Plataforma Antirracista da ABEPSS;
- Os subsídios para o processo de curricularização da extensão nos cursos de Serviço Social, expressos no “Documento Preliminar acerca da curricularização da extensão” da ABEPSS, publicizado para discussão com as UFA’s em maio de 2021 e publicado em janeiro de 2023 com o título “Curricularização da Extensão e Serviço Social”.

Tendo sido uma das últimas IFES a implantar as Diretrizes Curriculares, o curso de Serviço Social da UFPI, tempos depois, tinha acesso ao relatório da pesquisa avaliativa da implementação das Diretrizes Curriculares que fornecia ampla visão da questão nas Unidades de Formação Acadêmicas (UFAs) de Serviço Social.

No plano local, já era possível identificar inúmeros problemas quanto na implementação, o que ficou mais explícito a partir das análises nos programas de disciplinas realizados pela comissão de acompanhamento do currículo e, em particular a partir do resultado da aplicação de um questionário exploratório junto a discentes e docentes⁵.

⁵Esse trabalho resultou em relatório (2010), de autoria das professoras Lila Cristina X. Luz, Masilene Rocha Viana e Réia Sílvia Rios Magalhães, no qual são explicitados, segundo a ótica dos abordados, os principais problemas do curso. Foram elaborados e aplicados dois instrumentos para recolhimento de informações, um destinado aos docentes e outro aos discentes. O questionário dos docentes foi encaminhado, via e-mail, a todos os professores do DSS. O questionário dos discentes foi aplicado junto aos alunos ingressantes nos anos de 2007, 2008, bem como aqueles ingressantes em anos anteriores que se encontravam cursando disciplinas do Currículo IV. Ao todo 56 discentes e 5 docentes responderam ao questionário. Todos os docentes que responderam ao questionário pertenciam ao DSS e havia ministrado disciplina do novo currículo.



O ponto de partida desse trabalho foram as críticas que já se faziam realidade no cotidiano do curso e que ocorriam principalmente em torno do choque ou repetições de conteúdos em disciplinas, o peso, considerado “excessivo” dos fundamentos teóricos (seminários temáticos), em contraponto às necessárias disciplinas que aportem ao trabalho profissional, dentre outros elementos ⁶.

Nessa caminhada de buscar adequar o currículo às necessidades que se apresentavam, tivemos inclusive que encaminhar, para aprovação no CEPEX – e por recomendação da coordenação de currículos da PREG – uma pequena modificação na matriz curricular, quando ainda se processava internamente no NDE as reflexões mais amplas que redundaram no presente documento. Entrementes, o conjunto dessas novidades no plano das reorientações normativas e o monitoramento do processo de implementação estimulavam a convicção de que uma reorientação pedagógica precisava ser conduzida, o que foi levado a efeito por diversas composições do Núcleo Docente Estruturante nos últimos anos e se materializa no presente documento.

Ao longo dessa trajetória foram realizadas diversas reuniões com corpo docente, discente e técnico, consultas à diversas instâncias da Universidade, articulações com a ABEPSS, de modo a aprofundar e amadurecer o debate sobre o processo de formação no curso de Serviço Social da UFPI, construindo coletivamente a proposta aqui apresentada. Trata-se, portanto, de um documento cuja dimensão política e coletiva atravessa todo o seu conjunto.

Apresenta-se, nas páginas a seguir, um novo Projeto Político-Pedagógico para o curso de Serviço Social da UFPI, ou, de forma mais precisa, uma revisão no projeto vigente, conscientes de que a caminhada foi árdua para consolidar essa nova proposição: um novo ponto de chegada de um processo de amadurecimento, de acúmulo e reflexões sobre os óbices a uma formação acadêmica mais flexível, crítica e comprometida com os contornos renovados da questão social e atenta a indissociabilidade ensino-pesquisa e extensão. Que seja um novo

⁶ Convém apontar que, embora não seja nossa intenção relatar aqui os resultados do aludido relatório, ele foi considerado peça fundamental a iluminar as decisões e reorientações aqui desenhadas quanto à exclusão de disciplinas, criação de outras, alteração de ementas, de cargas-horárias e outras diretrizes, como o fato de diminuir o número de disciplinas e horas por semestre, de forma a oferecer melhores condições para que os discentes e docentes possam obter maior qualidade no processo ensino-aprendizagem. Em tempos mais recentes e como produto a se associar à reflexão sobre o curso, foi produzida uma dissertação no âmbito do Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas, de uma egressa do curso de Serviço Social oriunda da primeira turma do currículo vigente, Amanda Furtado Mascarenhas Lustosa. A dissertação intitulada “Formação acadêmica do assistente social para atuar na Saúde Mental: tensionamentos entre a particularidade e a generalidade”, apresentada também em reunião do NDE, oferece ricas reflexões sobre a formação em Serviço Social na UFPI.



ponto de partida para um processo de ensino-aprendizagem e uma formação em Serviço Social atenta aos desafios do tempo presente.

1 INTRODUÇÃO

1.1 JUSTIFICATIVA: POR QUE REVISAR?

A Universidade em sua tarefa de produzir e disseminar conhecimento cumpre importante tarefa na sociedade, constituindo-se enquanto instituição (e sujeito) fundamental nos processos de mudança, ao tempo em que sofre e é influenciada pelas transformações que se processam nos variados campos da vida social.

O Brasil das últimas décadas – e em particular a Universidade foi desafiada a encontrar novos rumos a seus velhos e atualizados problemas. A reorganização do capital - implicando na reconfiguração da questão social, em desafios à garantia dos direitos sociais de amplos setores, em mudanças no mundo do trabalho e em novas expressões que tomam as políticas públicas -, além das novas sociabilidades, diversidade cultural e do papel assumido pelas novas tecnologias, inclinaram a mudanças em diversas escalas. Em que pese inserir-se na sociedade a partir do lugar prioritário da produção do conhecimento e da formação técnica, mais do que nunca, a Universidade é chamada a alterar o seu curso, cuidando também das dimensões humana, social, cultural e política dos(as) discentes a ela vinculados.

No caso específico da formação em Serviço Social, inúmeras são as alterações, explícitas na reestruturação produtiva, no avanço e consolidação da sociedade do conhecimento e da informação; nas mudanças nos princípios e perfis das políticas públicas a partir da Constituição de 1988 e em face da reforma no aparelho do Estado que impôs políticas de corte neoliberal e de flexibilização nos processos e relações de trabalho. Essa contingência requereu a promoção de mudanças no espaço acadêmico orientadas para inovações nos conteúdos a abordar, na gestão pedagógica e administrativa e nos próprios processos avaliativos, no sentido de realinhá-los às exigências de um novo perfil de profissional, que seja polivalente e saiba trabalhar em equipe, sem a demarcação rígida de atribuições e com habilidades não só técnicas, mas também políticas e de gestão.

Mudanças no campo da academia impõem-se em função do fato de que a principal missão da Universidade gira em torno do preparo de futuros profissionais, tendo como



matéria-prima um produto de “longa maturação” (LEITE, 2005). Neste sentido, a Universidade é uma instituição que se antecipa, que trabalha no hoje, construindo o futuro, projetando seus usuários para um amanhã permeado pela incerteza.

Neste cenário, a demanda por um profissional versátil e flexível estabelece a necessidade de revisão dos fundamentos do processo de formação e qualificação, ganhando o fator humano um papel expandido no mercado de trabalho, considerando que também as competências e habilidades subjetivas passam a ser valorizadas, incluindo saberes incorporados pelos estudantes, futuros profissionais, fora da esfera formal do mundo do trabalho ou dos espaços formativos, direcionadas, sobretudo, para a capacidade de mobilizar diferentes saberes para enfrentar e resolver problemas e imprevistos.

Ao saber-fazer agrega-se a exigência do saber-ser, abrangendo habilidades, competências e qualidades pessoais. Nesse sentido, conforme assevera Leite (2005, p. 26), cabe então à Universidade compreender as transformações contemporâneas preservando o “equilíbrio entre valores éticos e culturais, resguardando sua função de lúcida consciência crítica da sociedade de seu tempo, juntamente com a criação, preservação e difusão do conhecimento”.

Em sintonia com as mudanças arroladas, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional aponta na perspectiva de flexibilizar a organização dos cursos e carreiras, por meio das diretrizes curriculares. Coloca, assim, a graduação como uma etapa inicial do processo de formação continuada que deve oferecer uma formação básica que habilite o graduado para enfrentar e responder os desafios das transformações da sociedade, do mercado de trabalho e das políticas públicas. Neste sentido, o graduando não é um mero receptor do saber, já que deverá ser iniciado na produção do conhecimento, tendo a possibilidade de variados tipos de formação e experiências em um mesmo curso, dentro e fora do espaço da academia.

Nessa perspectiva, a formação profissional não se encerra com a conclusão do curso de graduação, que é apenas seu desencadeador, fazendo parte de um processo contínuo e sempre inesgotável de qualificação, em que a prática social joga peso significativo alimentando o processo constante de aprimoramento profissional. É nesse particular, a Universidade, como espaço aberto a especializações de conhecimento, mantém possibilidades de crescimento e capacitação para além da formação graduada. Dessa perspectiva, deve oportunizar ao formado outras “entradas” ao espaço acadêmico como parte do seu processo particular de formação profissional e subjetiva, ocorrida num diálogo que articule o ambiente



acadêmico e a experiência de vida do alunado enquanto estratégia potente para a definição do perfil de formação e atuação do/a Assistente Social.

Entendendo a importância desse processo de atualização do curso frente aos desafios do espaço-tempo presente, e, em particular, atentos às orientações emanadas da ABEPSS e à normalização mais geral da Educação Superior no Brasil é que assumimos, em diversos momentos, a tarefa de revisar nossas práticas e planejar o trabalho de formação acadêmica em Serviço Social no âmbito da UFPI.

1.1.1 A construção e revisão do projeto político pedagógico da UFPI

O Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Piauí, desde sua criação em 1976, vem buscando acompanhar os movimentos desencadeados pela entidade nacional de ensino e pesquisa (ABEPSS), no âmbito das alterações das propostas pedagógicas, embora tendo que enfrentar grandes dilemas quando suas prioridades entravam em confronto com as exigências colocadas pelas entidades nacionais que congregam as escolas. Esse foi o caso das últimas experiências de revisão curricular, já que resultaram de um processo de longa gestação e concretude.

Como já apontado, a revisão que ora processamos no projeto pedagógico vem suprir a necessidade de adequá-lo aos novos desafios postos pelas profundas mudanças na realidade nas quais atuam os profissionais do Serviço Social. Segue, também, as exigências institucionais (da ABEPSS, da UFPI, do MEC, entre outros) inspiradas na necessidade de uma formação profissional concatenada com os novos desafios. Nesse mesmo sentido, o MEC exige, nos processos de renovação/revalidação dos cursos, as adequações normativas às novas exigências do mundo do trabalho e do processo de ensino-aprendizagem, concatenado com os novos princípios das políticas públicas, pós-Constituição de 1988 e LDB. Assim, os processos de revisão curricular impõem-se como uma constante no sentido de acompanhar as reconfigurações da realidade de modo geral, a qual impacta os diversos segmentos sociais, culturas e territorialidades de maneira diferenciada. Também se deve levar em consideração a nova expressão do Estado brasileiro, os recentes marcos regulatórios e as novas demandas dos setores organizados da sociedade, aspectos que somam igualmente para a necessidade do delineamento de um novo perfil de profissional e, conseqüentemente, de formação profissional que responda às necessidades emergentes, de natureza sociais, políticas, econômicas e culturais.



Aliado a isso, vivencia-se, no plano local onde se encontra o curso de Serviço Social da UFPI, reconfigurações nos processos de trabalho e criação de múltiplos espaços de inserção dos(as) discentes e docentes que apontam para uma mudança na relação graduação- pós-graduação, ou ensino-pesquisa, de forma que revisões se fazem necessárias a partir também do que ocorre cotidianamente no universo do processo ensino-aprendizagem. Referimo-nos a emergência de inúmeros espaços como núcleos, diretórios de pesquisa, laboratórios, o incremento do Programa de Iniciação Científica (PIBIC) e da Iniciação Científica Voluntária (ICV), ao Programa Especial de Treinamento (PET), ao Programa Institucional de Bolsa de Extensão (PIBEX), as Atividades Curriculares de Extensão (ACE), ao crescimento das experiências de estágio supervisionado não obrigatório, dentre outras modalidades de inserção docente-discente que incorporam formas e espaços distintos de ensino-aprendizagem para além da sala de aula tradicional ou do componente curricular e da disciplina.

1.1.2 Reconfigurações do mundo do trabalho, Reforma do Estado e o Serviço Social

A implementação da política neoliberal e as mudanças no mundo do trabalho repercutem significativamente na configuração das demandas para a formação e o profissional de Serviço Social. No tocante à política neoliberal, ressalvadas as diferenças entre os governos federais dos anos 1990 até nossos dias, é importante destacar a abertura comercial, os planos de estabilização monetária, o combate à inflação, a questão da dívida pública (externa e interna), o ajuste fiscal, a desregulamentação do trabalho, a (contra)reforma do Estado e as contrarreformas das políticas sociais (FIORI, 1995; OLIVEIRA, 1999; DRAIBE, 1993; ANTUNES, 2014).

A reforma do Estado inclui a privatização, pensada nas suas mais diversas modalidades; a parceria com o terceiro setor, como forma de uma relativa responsabilização do Estado frente ao enfrentamento questão social, a descentralização da gestão das políticas para os municípios e seus desafios de um lado, em relação à participação da sociedade nas instâncias de controle social e de outro nos processos de territorialização das mesmas; por último a discussão em torno do Estado gerencial, enquanto crítica ao Estado burocrático que precisa ser reformado considerando o fato de que é oneroso, grande e lento (BRASIL, 1995).



O receituário neoliberal trouxe rebatimentos contundentes no âmbito das políticas sociais, pensadas e implementadas a partir de três eixos: a privatização, a descentralização e a focalização (DRAIBE, 1993), além da indefinição na questão do financiamento, resultando no subfinanciamento e no corte dos gastos sociais, tendo como argumento central o ajuste fiscal do Estado (PAIM, 2018; CASTILHO; LEMOS; GOMES, 2017). Esse cenário indica um claro desenho das políticas sociais e públicas que apontam para o desmonte de direitos conquistados na Constituição Federal de 1988 e uma relativa desresponsabilização do Estado (VIANNA, 2000), com foco nas intervenções voltadas para os mais pobres pautadas nos mínimos sociais e no empreendedorismo (BOITO JR, 1999; ANTUNES, 2014). Intervenções estas que implicam em considerar e fortalecer o potencial e as capacidades protetivas dos indivíduos, das famílias, da sociedade e tendo no mercado o melhor e mais eficiente setor de produção de recursos (BRASIL, 2005; DRAIBE, 1993).

Uma outra faceta dessa realidade são as alterações trazidas pela reestruturação produtiva e organizacional e suas repercussões no mundo do trabalho, mais especificamente a flexibilização e a desregulamentação, a precarização, a terceirização, a superexploração da força de trabalho, dada pela articulação entre salários baixos, jornadas de trabalho extensas, ritmos intensos e exigências multifuncionais. O fato é que essas alterações no mundo do trabalho trazem implicações complexas tanto no tocante às condições de trabalho, bem como nas condições de vida do trabalhador (ANTUNES, 2014) e conseqüentemente no aumento das demandas por políticas sociais.

Por certo essas mudanças impõem contratos precarizados, alta carga de trabalho, demandas ampliadas, associadas com baixo investimento público, além de novas técnicas e novas formas de trabalho calcadas em equipe interdisciplinar, na flexibilidade das atribuições funcionais, resultados quantitativos, exigindo um novo tipo de trabalhador: que seja polivalente, possua refinamento analítico, tenha competências múltiplas e flexíveis as quais o habilite a atuar em meio aos desafios colocados pela complexidade social e as limitações do novo espaço do trabalho. Que atue, por fim, com o intelecto, a intuição e a capacidade de dialogar com outras profissões e outras políticas setoriais.

Na concepção de Guerra (2020, p. 51) o “novo modelo de trabalhador” é cada vez mais “desespecializado, desregulamentado, desprofissionalizado, polivalente, multifuncional, que serve aos interesses do mercado”. Além disso, acrescenta que os estudos têm mostrado a forte tendência de “uberização da sociedade”, que se caracteriza com a adoção

de estratégias de contratação do trabalho sem quaisquer direitos ou garantias, marcadas pela flexibilização das legislações trabalhistas propiciadas pelo governo brasileiro.

Assim, a clássica divisão social do trabalho que segmenta trabalho intelectual do trabalho manual, planejamento e execução, é rompida e, neste cenário complexo e diverso, a identidade corporativa tradicional é colocada em suspensão e as atividades clássicas são esvaziadas em seu conteúdo e significado. Emergem, nessa perspectiva, várias representações dos processos de trabalho profissionais, determinadas pelas políticas macroestruturais, pelas mudanças no modo capitalista de produção e pelas tensões entre modelos de cidadania que disputam hegemonia.

A profissão de Serviço Social é indagada nas suas particularidades construídas etambém na estrutura dos serviços em que se insere, cada vez mais terceirizados, processos que repercutirão nas atribuições e processos de trabalho. Há, assim, uma tendência de modificação na base material e organizacional da profissão, ocasionando inclusive uma alteração no tipo de atividade do assistente social, no seu conteúdo e significado.

Situações como a contratação por tempo determinado, com vínculos precários de trabalho e a terceirização, tornam baixos os salários e vulneráveis as relações de trabalho do assistente social e seus vínculos com os usuários dos serviços, além de colocá-lo em situação desvantajosa no enfrentamento do poder institucional em relação, por exemplo, à violação de direitos humanos.

Esse quadro vem se desenhando já há algum tempo. Como apontara Luz em trabalho sobre o mercado de trabalho para os assistentes sociais, já não tão recente (1999), outras necessidades e domínios também demandavam novas qualificações dos profissionais, tais como: a informática, a atuação em conselhos de políticas públicas, programas de qualidade, o trabalho em assessoria, o trabalho com doenças ou necessidades especiais: AIDS/portador de deficiência.

Naquele cenário, como apontara a autora, eram indicadas como habilidades mais esperadas dos assistentes sociais: a capacidade para resolução de problemas; alto poder de comunicação; capacidade de trabalho em equipe; postura investigativa; versatilidade; criatividade. No entanto, essas habilidades principais diziam “respeito a aspectos não relacionados, de imediato, a um profissional de Serviço Social, pois redesenham e terminam por respaldar perfis mais amplos vinculados à formação profissional mais geral” (LUZ, 1999, p. 120). Assim, a habilidade de “saber ser” ganhava relevância frente ao “saber fazer” (LUZ, 1999) destacando-se os atributos de natureza subjetiva do profissional. O novo tipo de

profissional requisitado era o “gerente”. Neste sentido, havia uma (re)funcionalização dos procedimentos operacionais e do conteúdo e significado das atividades desenvolvidas. Nesse sentido, o que apontava Luz, era que a demanda que preponderava no mercado era “por perfis e não por profissão” (LUZ, 1999, p. 136).

No contexto atual, Guerra (2014;2020) destaca que esses desafios repercutem no trabalho profissional do serviço social brasileiro, que passa a ser ter requisições sócio - profissionais e políticas em consonância com as necessidades engendradas pelas políticas sociais minimalistas.

Nesse cenário, as atribuições e competências profissionais das/os assistentes sociais são transformadas em tarefas simplificadas exigidas pelas orientações postas pelos serviços da política pública em que está inserido para dar conta do cumprimento de metas quantitativas e do atendimento aos “cadastros, protocolos, orientações e procedimentos metodológicos” (GUERRA, 2020, p. 46), muitos dos quais foram construídos à base do conhecimento acumulado pela profissão, com tendência conservadora e culminam no desenvolvimento de ações e respostas padronizadas de controle do comportamento da classe trabalhadora (GUERRA, 2020). Tais direcionados o que também vão culminar em requisição de respostas padronizadas, em que muitas vezes aos diversos profissionais que compõe as equipes dos serviços.

As estratégias de intensificação da força de trabalho nos serviços públicos e privados são acompanhadas do crescimento do “assédio moral, o desgaste mental das/os assistentes sociais, o sofrimento e o adoecimento provocados pelas novas formas de organização, controle e gestão do trabalho nas políticas sociais” (RAICHELIS, 2018, p. 59).

Por outro lado, a questão social que constitui o objeto de trabalho das/os assistentes sociais é cada vez mais acirrada pelo aumento exponencial da apropriação desigual da riqueza socialmente produzida no capitalismo contemporâneo e se manifesta por meio de expressões “que condensam múltiplas desigualdades mediadas por disparidades nas relações de gênero, , características étnico-raciais e formações regionais, colocando em causa amplos segmentos da sociedade civil no acesso aos bens da civilização” (IAMAMOTO, 2014, p.618). No que tange às respostas estatais pelas políticas sociais têm sido cada vez mais reduzidas em face a lógica neoliberal, o que vai refletir diretamente nas condições objetivas e subjetivas de trabalho das/dos profissionais e nas respostas engendradas.

Cabe ressaltar que o Estado é o maior empregador das(os) assistentes sociais no espaço das instituições que desenvolvem serviços e benefícios políticas sociais públicas, às



quais são ofertadas cada vez mais de forma precarizada. Junto a esses públicos, as/os profissionais desenvolvem ações educativas que permitem acesso a direitos e a possibilidade de exercê-los do que contribui para a expressão das necessidades sociais e possibilidade de atendê-las.

Para tanto, o Serviço Social brasileiro vem construindo um projeto profissional com fundamentos históricos, teóricos, metodológicos, éticos, políticos e técnicos a partir da aproximação coma teoria crítica e que tem no seu Projeto Ético Político a referência para o enfrentamento a essa realidade, seja no campo da formação, seja no exercício profissional das/os assistentes sociais. Trata-se de um projeto de resistência, comprometido com a classe trabalhadora, com o alargamento dos direitos sociais, com a qualidade dos serviços, e, sobretudo, com a construção de uma sociedade em que em que tais desigualdades deixem de existir. O Projeto encontra expressão na Lei de Regulamentação da Profissão, no Código de Ética Profissional, nas Diretrizes Curriculares da ABEPSS e demais documentos orientadores da formação e do trabalho profissional construídos coletivamente pela categoria.

Dessa forma, urge que a formação em Serviço Social caminhe para a construção de um sujeito profissional capaz de decifrar a realidade, indo além da sua aparência e, ao mesmo tempo apreenda possibilidades de intervenção profissionais e consigam com competência para negociar seus projetos, espaços e atribuições profissionais (IAMAMOTO, 2014). Para tanto há que se perseguir uma formação que possibilite “um conjunto de saberes que extrapola a realidade imediata e lhe proporcione apreender a dinâmica conjuntural e a correlação de forças manifesta ou oculta” (GUERRA, 2014, p. 268)

Finalmente, destaca-se que o contexto em cena requer ampla capacidade analítica e crítica da categoria de assistentes sociais, sobretudo daqueles em processo de formação acadêmica, para a construção de estratégias de trabalho articuladas com os movimentos sociais, que assegurem a universalização das políticas públicas no horizonte de reforço às conquistas históricas em torno dos direitos, consignados formalmente pela Constituição Federal de 1988, o que se faz premente como reforço às ações contra hegemônicas para fazer frente à intensificação do mix público-privado, na forma: a) do crescente familismo, que norteiam as políticas de assistência social e saúde, tendentes a sobrecarregar as famílias com proteção social, desonerando o Estado de suas obrigações cidadãs, cada vez mais restrito a Estado gerencial e avaliador e, b) transferências de recursos públicos para a implementação de políticas públicas por instituições do chamado “terceiro setor” (ONGs, fundações privadas lucrativas) inclusive numa clara perspectiva de renúncia fiscal, transformando alguns

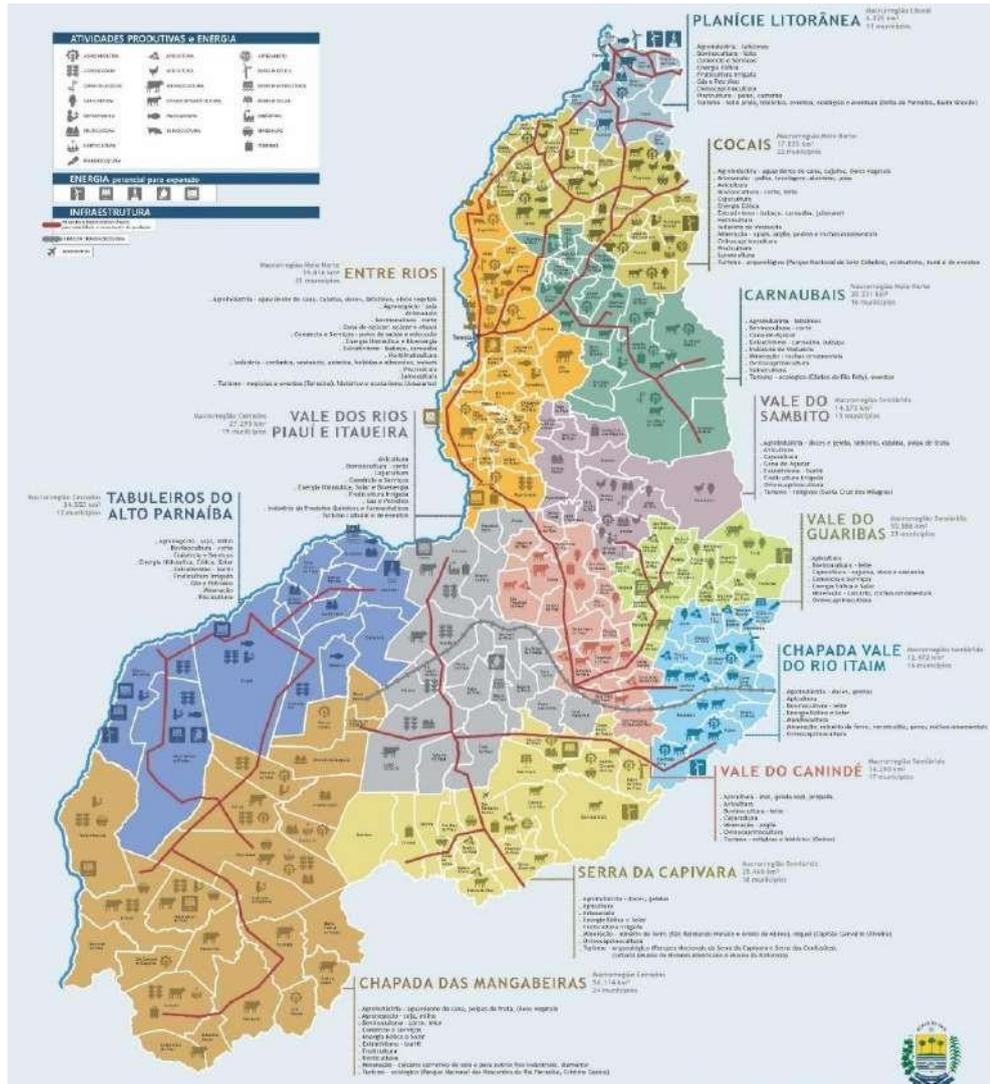
movimentos sociais em executores de políticas sociais, o que descaracteriza seu papel histórico na perspectiva na luta pela ampliação e conquista de direitos e no controle social.

1.2 CONTEXTO REGIONAL E LOCAL

O Piauí é o terceiro maior Estado do Nordeste, inferior apenas a Bahia e Maranhão, fazendo limite com o Ceará, Pernambuco, Bahia, Tocantins e Maranhão. Com a população estimada de 3.289.290 habitantes no ano de 2021, o Piauí concentra a maior parte da sua população na Zona Rural, com aproximadamente 65,77% (IBGE, 2022). O Estado é composto por 224 municípios, dividido em 04 macrorregiões (Litoral, Meio-norte, Semiárido e Cerrado) onde os limites se definem pelas suas características socioambientais, e organizado em 12 Territórios de Desenvolvimento (CEPRO, 2017). Sobre a economia, o Piauí alcançou o Produto Interno Bruto de R\$ 39,148 bilhões, correspondentes a 0,7% do PIB do Brasil, o que o coloca na 21ª, posição relativa dentre as 27 unidades da federação que constituem o país, inclusive o Distrito Federal.

Imagem 01 – Mapa do Piauí





Fonte: Secretaria de Estado do Planejamento do Piauí

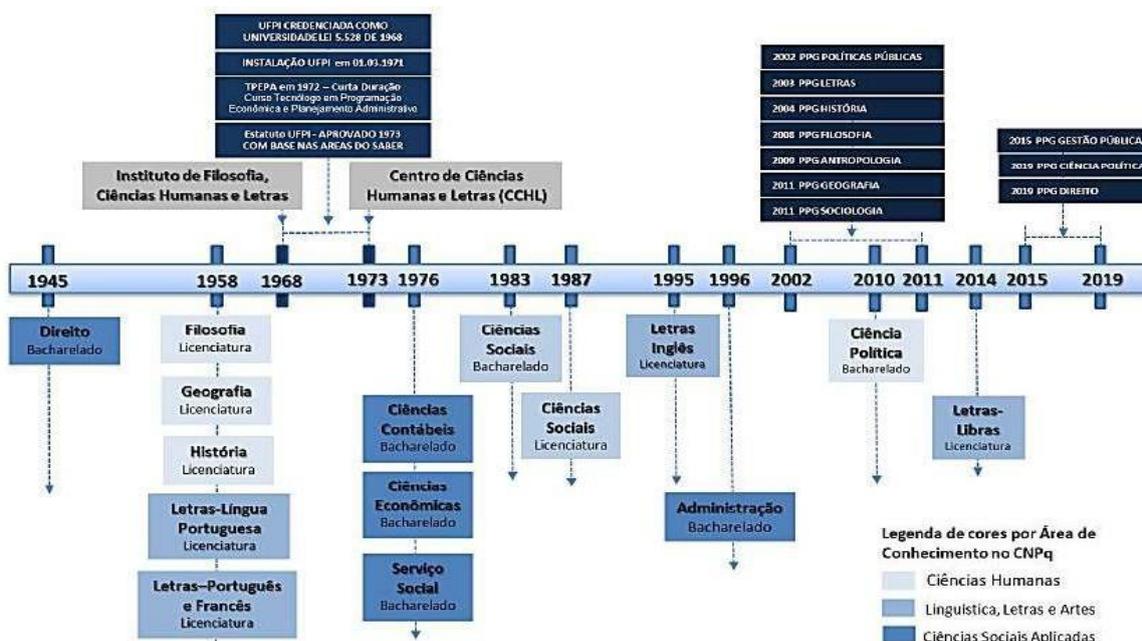
Teresina, a capital do Piauí, é localizada na região Meio-Norte e no Território de Desenvolvimento do Entre Rios, e tem uma população estimada de 871.126 pessoas no ano de 2021, sendo a cidade mais populosa do Estado, seguida por Parnaíba, Picos e Floriano (IBGE, 2022).

O Centro de Ciências Humanas e Letras, localizado no Campus Universitário Ministro Petrônio Portella, foi criado a partir de estruturas de ensino já instaladas antes mesmo do credenciamento da UFPI enquanto Universidade, nos termos da Lei nº. 5.528/1968. Remete a origem do Faculdade de Direito, em 1945 e do Instituto de Filosofia, Ciências Humanas e Letras, em 1958, sendo instalado como Centro apenas no ano de 1973 foi instalado como Centro (PASSOS, 2006; UFPI, 2020).

Silviana

A história do CCHL não se dissocia da história da UFPI, sendo resultado de um processo histórico de luta pela sua criação, do qual participaram, estudantes, lideranças políticas, religiosas e a imprensa (PASSOS, 2003; UFPI, 2020). Esse processo de formação histórica do CCHL pode ser observado na imagem a seguir:

Imagem 02 - Linha do tempo segundo ano de implantação dos Cursos em nível de Graduação e de Pós-Graduação que compõem o CCHL - UFPI



Fonte: Joazeiro, 2020.

A Universidade Federal do Piauí foi instituída pela Lei n. 5.528 de 12 de novembro de 1968 e teve seu primeiro Estatuto aprovado pelo Decreto n. 72.140, de 26 de abril de 1973. A reformulação, desse documento, objetivando sua adaptação à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996 foi autorizada pela Resolução CONSUN n. 15, de 25 de março de 1999 e pelo Parecer n. 665/95, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação (CNE), aprovado pela Portaria MEC n. 1.225, de 30 de julho de 1999. O atual Regimento Geral da UFPI foi adaptado à LDB de 1996, através da Resolução do CONSUN n. 45, de 16 de dezembro de 1999 e alterado posteriormente pela Resolução n. 21, de 21 de setembro de 2000. O Estatuto da Fundação Universidade Federal do Piauí foi aprovado pela Portaria MEC n.º 265, de 10 de abril de 1978 e alterado pela Portaria MEC n. 180, de 05 de fevereiro de 1993 (UFPI, 2020).

Silviana

A UFPI tem como missão promover a educação superior de qualidade, com vista à formação de sujeitos comprometidos com a ética e capacitados para atuarem em prol do desenvolvimento regional, nacional e internacional. Para tal, tem como princípios: autonomia universitária; indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão; pluralidade e democracia; respeito à dignidade da pessoa humana e seus direitos fundamentais; excelência; compromisso social; valorização de seus docentes, técnico-administrativos e discentes (UFPI, 2020).

A Região Nordeste do Brasil apresenta um conjunto de particularidades sociais, políticas e econômicas, e, nesse contexto, o Serviço Social se constituiu como importante profissão no sentido de contribuir para o acesso a direitos, com significativo engajamento nas lutas e resistência da classe trabalhadora, sobretudo, no atual cenário de medidas regressivas e de cortes orçamentários nas políticas públicas.

Os aportes institucionais, acadêmicos, profissionais e técnicos da UFPI apresentam-se como uma referência para o Piauí e a Região Nordeste como um todo. E, o Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Piauí tem um papel fundamental na congregação de forças em prol da defesa da democracia e fortalecimento da cidadania a partir da produção do conhecimento e da formação profissional de qualidade. Diante dessa realidade, o curso de Serviço Social tem engendrado esforços para a formação de profissionais comprometidos com o enfrentamento das desigualdades de classe, raça e gênero, bem como territoriais e regionais, histórica e socialmente construídas na realidade brasileira.

A Região Nordeste se constitui em território perpassado pelas expropriações, explorações e opressões. Considerando as expressões da questão social que afetam a região, com um conjunto de desigualdades e violências, é importante destacar a “condição colonial permanente, em que o arcaico e o moderno convivem”, com estruturas e conjunturas que serviram de base para a formação da sociedade de classes forjada na dependência, com elementos de permanência na contemporaneidade, o que demonstra a incidência de amplos e profundos processos de superexploração do trabalho, violências e negação de direitos (GOIN; FERNANDES; OLIVEIRA, 2021, p. 456).

Em conformidade com estimativa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a população brasileira em 2021 era de 213.317.639, com um percentual de desemprego de 9,3% no 2º trimestre de 2022, com 6,6% de analfabetismo em 2019⁷ (IBGE, 2022). Em relação à taxa de desocupação no 2º trimestre de 2022 nas 22 unidades da

⁷ IBGE, 2022. **Painel de indicadores**. Disponível em <https://www.ibge.gov.br/indicadores.html>. Acesso em 29 de setembro de 2022.

federação os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) o estado do “Tocantins registrou o maior recuo do 1º para o 2º tri: menos 3,8 pontos percentual (p.p.), seguido por Pernambuco (3,5 p.p.) Alagoas, Pará, Piauí e Acre também se destacaram, com quedas de cerca de 3 p.p. nos quatro estados” (AGÊNCIA IBGE NOTÍCIAS, 2022, s/p). Em relação às grandes regiões, o Nordeste registrou a maior taxa de desocupação (12,7%), sendo que também apresenta os estados com maior número de pessoas desempregadas, quais sejam: “Bahia (15,5%), Pernambuco (13,6%) e Sergipe (12,7%)” (AGÊNCIA IBGE NOTÍCIAS, 2022, s/p).

De acordo com os dados do Instituto SEMESP⁸, o mapa do ensino superior por estados, a Região Nordeste apresenta-se conforme o quadro mostrado a seguir.

Quadro 01 – Número de ingressantes e concluintes nos cursos presenciais e à distância na Região Nordeste

Fonte: Instituto Semesp | Base: INEP

Estado	Cursos Presenciais*				Cursos EAD**			
	Matrículas	Concluintes	Ingressantes	IES	Matrículas	Concluintes	Ingressantes	IES
Alagoas	72.261	8.457	19.803	30	33.516	4.583	18.577	57
Bahia	257.858	40.133	82.282	140	155.789	18.914	95.437	112
Ceará	219.838	29.585	60.976	89	106.245	10.905	68.616	97
Maranhão	132.372	17.686	32.895	53	57.844	3.777	33.877	74
Paraíba	118.622	16.527	39.466	41	39.072	4.259	24.719	61
Pernambuco	219.929	29.737	67.949	114	80.478	8.124	53.822	83
Piauí	94.554	11.860	22.065	42	35.054	4.743	18.013	61
Rio Grande do Norte	91.212	11.837	28.295	28	32.807	3.088	20.958	58
Sergipe	58.610	6.148	16.584	18	22.838	2.311	14.633	46
Total - Região Nordeste	1.265.256	171.970	370.315	550	563.643	60.704	349.552	180

O número total de IES não corresponde à soma dos números de IES em cada estado porque uma mesma instituição pode oferecer cursos em mais de um estado.

*Cursos Presenciais - Rede Privada + Rede Pública
Matrículas, Concluintes e Ingressantes em cursos presenciais - 2020.
IES que oferecem cursos presenciais - 2020.

**Cursos EAD - Rede Privada + Rede Pública
Matrículas, Concluintes e Ingressantes em cursos EAD - 2020.
IES que oferecem cursos EAD - 2020.

Fonte: Instituto SEMESP, 2022, p. 126.

Em conformidade com os dados do Instituto SEMESP (2022, p. 126), com “cerca de 58 milhões de habitantes divididos em nove estados (Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe)”, a região Nordeste se constitui na segunda “também em número de matrículas, com 1,8 milhões de estudantes no ensino

⁸ Fonte: INSTITUTO SEMESP. Mapa do ensino superior, dados por Estados e Regiões, 11ª edição. 2021. Disponível em <https://www.semesp.org.br/mapa/educacao-11/regioes/nordeste/#:~:text=Em%202019%2C%20a%20regi%C3%A3o%20registrou,ensino%20superior%20at%C3%A1%20do%20Sudeste>. Acesso em 29 de setembro de 2022.

superior. Juntando as modalidades presencial e EAD, a região representa 21,1% da educação superior do país: 22,7% de alunos dos cursos presenciais e 18,2% dos alunos dos cursos EAD” (INSTITUTO SEMESP, 2022, p. 126).

Quadro 02 – Número matrículas nos cursos presenciais e à distância no Piauí

Fonte: Instituto Semesp | Base: INEP/IBGE

Mesorregião	Municípios	Cursos Presenciais*				Cursos EAD**			
		Rede Privada	Rede Pública	Total	IES	Rede Privada	Rede Pública	Total	IES
Centro-Norte Piauiense	64	39.835	23.358	63.193	29	15.816	2.153	17.969	52
Norte Piauiense	32	7.119	7.268	14.387	8	5.814	1.204	7.018	24
Sudeste Piauiense	66	1.752	5.342	7.094	5	3.315	2.302	5.617	21
Sudoeste Piauiense	62	2.406	7.474	9.880	8	2.878	1.572	4.450	27
Total - Estado PI	224	51.112	43.442	94.554	42	27.823	7.231	35.054	61

*Obs.: O número total de IES não corresponde à soma dos números de IES em cada mesorregião porque uma mesma instituição pode oferecer cursos em mais de uma mesorregião.

* Cursos Presenciais - Rede Privada + Rede Pública
Matrículas em cursos presenciais - 2020.
IES que oferecem cursos presenciais - 2020.

**Cursos EAD - Rede Privada + Rede Pública
Matrículas em cursos EAD - 2020.
IES que oferecem cursos EAD - 2020.

Fonte: Instituto SEMESP, 2022, p. 173.

Em relação ao Piauí, entre 2009 e 2020 ocorreu uma elevação de apenas de “17,0% nas matrículas presenciais, com crescimento de 36,8% na rede privada no mesmo período”, sendo que em 2020, “a rede pública registrou a mesma quantidade de matrículas presenciais de 2009” (INSTITUTO SEMESP, 2022, p. 174). Por outro lado, é importante destacar que a rede privada no Piauí é “detentora de 79,4% das matrículas da modalidade EAD”, sendo que no período 2009-2020, “o salto das matrículas totais da modalidade foi de 373%” (INSTITUTO SEMESP, 2022, p. 175), cenário bastante preocupante, no que se refere à garantia do ensino presencial, público, laico e de qualidade.

Tal realidade mostra a importância do Curso de Serviço Social da UFFI, no sentido de contribuir para a formação de aportes profissionais, técnicos e políticos voltados para a defesa intransigente da democracia e da cidadania.

1.3 HISTÓRICO E ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA UFPI E DO CURSO

A Universidade Federal do Piauí é uma instituição federal de Educação Superior, mantida pelo Ministério da Educação, por meio da Fundação Universidade Federal do Piauí (FUFPI), com sede e foro no município de Teresina, capital do estado, possuindo três outros

campi sediados nas cidades de Picos (Campus Senador Helvídio Nunes de Barros), Bom Jesus (Campus Prof^a. Cinobelina Elvas) e Floriano (Campus Almícar Ferreira Sobral). Até 2018, também fazia parte da UFPI o Campus Ministro Reis Velloso, no município de Parnaíba, o qual foi desmembrado, através da Lei n. 13.651 de 11 de abril de 2018, para formar a Universidade Federal do Delta do Parnaíba (UFDPAr). Atualmente, a UFPI oferta cursos de graduação nas modalidades presencial e a distância, nos graus de bacharelado e licenciatura. São ofertados 71 cursos presenciais e 15 cursos na modalidade à distância, totalizando 86 cursos oferecidos (UFPI, 2020).

O Curso de Serviço Social da UFPI foi criado em 1 de dezembro de 1976, através da Resolução n° 02/76 do CONSUN/UFPI, sendo reconhecido por Portaria do MEC em 7 de julho de 1983, através de projeto elaborado pela professora Dra. Aglair Alencar Setúbal, convidada pelo então Reitor José Camilo da Silveira para realizar todos os procedimentos necessários à efetivação da proposta. Após a sua criação, no ano de 1977, o curso ofereceu 40 vagas no primeiro vestibular, cuja turma concluiu em abril de 1981 (FERREIRA; SILVA; GUIMARÃES, 2021).

Até o ano de 2021, o curso de Serviço Social da UFPI passou por 04 currículos. O Primeiro Currículo Pleno foi aprovado no dia 12 de novembro de 1976 e implantado em 1977, tendo vigência até 1984. Esse currículo atrelava-se ao Currículo Mínimo de 1970, aprovado pelo Conselho Federal de Educação. Com base no parecer n° 412/82 do CFE, é aprovada a implantação do segundo currículo pleno (RESOLUÇÃO n° 010/87) no Curso de Serviço Social da UFPI, cinco anos após a aprovação do currículo mínimo de 1982. O Currículo II surge em 1985 e vai até 1994. Já o Currículo III inicia em 1995 (GUIMARÃES, 1995; FERREIRA; SILVA; GUIMARÃES, 2021).

Em 1989, a ABESS/CEDEPSS desenvolve a pesquisa “Avaliação da Formação Profissional do Assistente Social Brasileiro pós-novo currículo – avanços e desafios”. Em 1994, com a Resolução n° 051/94 CEPEX UFPI é aprovada a reestruturação do currículo pleno do Curso de Serviço Social. Poucos anos depois, com a aprovação do currículo mínimo, em 8 de novembro de 1996, em assembleia geral extraordinária da ABEPSS, no Rio de Janeiro, inicia-se um novo ciclo na formação profissional, condensado nas diretrizes gerais para o Curso de Serviço Social. Por sua vez, este momento coincide com a priorização da capacitação docente em nível de pós-graduação pelo Departamento de Serviço Social do CCHL/UFPI, onde o coletivo é incorporado em cursos de mestrado, através de convênio com a PUC-SP, o que contribuiu para o retardo na incorporação dessas novas diretrizes no curso



da UFPI. Assim, o Projeto Pedagógico aprovado em 2007 foi implementado na perspectiva de adequar a formação do curso de Serviço Social da Universidade Federal do Piauí as Diretrizes Curriculares da ABEPSS. Esse currículo foi atualizado em 2012.

Destaca-se que, com base em dados do sistema de matrícula da UFPI, no período de 1981 a 2021 registram-se 1231 alunos que concluíram o curso de bacharelado em Serviço Social. Dessa forma, o Curso de Serviço Social da UFPI mantém sua importância na história da formação de assistentes sociais no Piauí, sendo o único ofertado por uma Universidade Pública no Estado.

2 CONCEPÇÃO DO CURSO

2.1 AS DIRETRIZES CURRICULARES E A FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM SERVIÇO SOCIAL

Com o processo de renovação na formação em Serviço Social que se processa ao longo de muitos anos e se consolida com a construção pelas entidades da área, sobretudo a ABEPSS, das diretrizes curriculares, a formação profissional do Serviço Social ganha outra densidade e novos pressupostos e princípios. Os pressupostos balizadores dessa nova concepção de formação profissional do assistente social são os que seguem:

- O Serviço Social se particulariza nas relações sociais de produção e reprodução da vida social como uma profissão interventiva cujo objeto se delinea a partir das manifestações da questão social;
- A relação do Serviço Social com a questão social – matéria prima da intervenção do Assistente Social – é mediatizada por processos sócio-históricos e teórico- metodológicos inerentes a seu processo de trabalho;
- O agravamento da questão social, a partir do processo de reestruturação produtiva no Brasil e da implementação do projeto neoliberal, impõe mudanças no campo de ação do Assistente Social;
- O processo de trabalho do Assistente Social é determinado pelas configurações estruturais e conjunturais da questão social e pelas formas históricas que o seu enfrentamento conforma, através das políticas e lutas sociais.

2.2 PRINCÍPIOS E OBJETIVOS DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL



Com as Diretrizes Curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS, 1996), a formação profissional ganha maior riqueza e complexidade, explicitadas nos princípios a seguir e aqui incorporados como orientadores na formação em Serviço Social.

- Flexibilidade e dinamicidade dos currículos plenos expressa na organização de disciplinas e outros componentes curriculares, tais como: oficinas, seminários temáticos, estágio, atividades complementares;
- Rigoroso trato teórico, histórico e metodológico da realidade social e do Serviço Social, que possibilite a compreensão dos problemas e desafios com os quais o profissional se defronta no universo da produção e reprodução da vida social;
- Adoção de uma teoria social crítica que possibilite a apreensão da totalidade social em suas dimensões de universalidade, particularidade e singularidade;
- Estabelecimento das dimensões investigativa e interpretativa como princípios formativos e condição central da formação profissional, e da relação teoria e realidade;
- Presença da interdisciplinaridade no projeto de formação profissional;
- Indissociabilidade das dimensões de ensino, pesquisa e extensão;
- Exercício do pluralismo como elemento próprio da vida acadêmica e profissional, impondo-se o necessário debate sobre as várias tendências teóricas que compõem a produção das ciências humanas e sociais;
- Compreensão da ética como princípio que perpassa toda a formação profissional;
- Necessária indissociabilidade entre a supervisão acadêmica e profissional na atividade de estágio (ABESPP, 1996).

A partir da construção de currículos/projetos pedagógicos atentos, às diretrizes curriculares de 1996 (e orientações normativas posteriores) - como o que ora se apresenta -, a flexibilização na estrutura do curso passa a comportar atividades diversificadas, permitindo o estabelecimento de formas mais criativas e dinâmicas no processo ensino-aprendizagem.

2.3 OBJETIVOS DO CURSO

Tomando como referência as orientações mais gerais das diretrizes curriculares, explicitamos a seguir, os objetivos do curso de Serviço Social:

- Formar assistentes sociais numa perspectiva teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa, crítica e plural, de forma a qualificá-los para:
- Apreender o processo histórico-social como totalidade, acompanhando o movimento real em suas manifestações universais, particulares e singulares;
- Enfrentar os desafios que se interporão em suas trajetórias profissionais, a partir de uma leitura da complexidade da questão social contemporânea, de forma a identificar no trato interdisciplinar uma via possível de atuação;

- Apreender o significado social da profissão e as demandas consolidadas e emergentes, postas ao Serviço Social via mercado de trabalho, desvelando as possibilidades de ação frente às distintas manifestações da questão social;
- Desenvolver pesquisas acerca dos processos sociais contemporâneos da sociedade brasileira, sobre o fazer profissional e, de forma geral, sobre temáticas e questões que apontam para o aprimoramento da ação profissional pela via da produção do conhecimento.

2.4 PERFIL DO EGRESSO

Em absoluta consonância com o que estabelece as diretrizes curriculares, o presente projeto concebe a formação como o processo que leva o(a) estudante a adquirir competências e habilidades que o capacitarão para enfrentar os desafios do exercício profissional do Serviço Social, embora parta da compreensão de que a formação profissional jamais se esgota nos limites da formação acadêmica. Esta, de caráter generalista e plural deve oferecer aportes teórico-metodológicos, ético-político e técnico-operativos que capacite o(a) discente para o mundo da atividade profissional firmando-o como um:

Profissional que atua nas expressões da questão social, formulando e implementando propostas para seu enfrentamento, por meio de políticas sociais públicas, empresariais, de organizações da sociedade civil e movimentos sociais. Profissional dotado de formação intelectual e cultural generalista crítica, competente em sua área de desempenho, com capacidade de inserção criativa e propositiva, no conjunto das relações sociais e no mercado de trabalho (ABEPSS, 1996).

As diretrizes e a nova lógica do currículo impõem a necessidade de uma capacitação teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa, visando uma leitura crítica do processo histórico, apreendido em sua totalidade; a investigação sobre a formação histórica e os processos sociais contemporâneos que norteiam a constituição da sociedade brasileira, sob o modelo de produção capitalista; a apreensão do significado social da profissão nos seus produtos/respostas diante das diversas conjunturas; a compreensão das demandas postas ao Serviço Social pela via do mercado de trabalho e das mudanças nas relações público e privado e na gestão das políticas sociais e do Estado brasileiro; o endosso de um novo fazer profissional atento à pluralidade social expressa nas ideias da diferença e da diversidade; que observe as várias territorialidades constituídas e o fortalecimento do exercício profissional,



em sintonia com as competências e atribuições estabelecidas na legislação profissional vigente.

2.5 COMPETÊNCIAS E HABILIDADES

Fundamentados na Lei nº 8.662, de 7 de junho de 1993, que regulamenta a profissão de Assistente Social, nas diretrizes gerais para o curso de Serviço Social (ABESS/CEDEPSS, 1996), e no Parecer 492/2001 (CNE/CES) que homologa as diretrizes e ainda na Resolução CFESS 273/93, de 13 de março de 1993, que institui o Código de Ética Profissional, as competências e habilidades **gerais** requeridas dos egressos do curso de Serviço Social são:

- A compreensão do significado social da profissão e de seu desenvolvimento sócio-histórico, nos cenários internacional e nacional, desvelando as possibilidades de ação contidas na realidade;
- A identificação das demandas presentes na sociedade, visando a formular respostas profissionais para o enfrentamento das múltiplas e renovadas manifestações da questão social;
- Análise do movimento histórico da sociedade brasileira, apreendendo as particularidades do desenvolvimento do capitalismo no país;
- A utilização dos recursos da informática.

No plano mais **específico**, requer-se dos egressos, competências e habilidades para:

- Elaborar, coordenar, executar e avaliar planos, programas e projetos concernentes aos âmbitos de atuação do Serviço Social;
- Encaminhar providências e prestar orientação social a indivíduos, grupos e a população no sentido de identificar e mobilizar recursos e de fazer uso dos mesmos;
- Prestar assessoria e consultoria a órgãos da administração pública direta ou indireta, empresas privadas, ONGs e outras entidades;
- Realizar estudos socioeconômicos para fins de benefícios e serviços sociais;
- Realizar pesquisas e estudos socioeconômicos para identificar necessidades sociais que subsidiem a formulação de políticas;
- Realizar visitas, perícias técnicas, laudos, informações e pareceres sobre a área de Serviço Social;



- Planejar, organizar e administrar benefícios e serviços sociais;
- Formular e operacionalizar políticas sociais;
- Planejar e organizar pesquisas, investigar, estudar e atuar junto à questão social e suas consequências na sociedade, procurando contribuir na análise da realidade social, para subsidiar a atuação profissional e outros processos interventivos e para enriquecer a produção de conhecimento na área de Serviço Social e similares;
- Atuar nas expressões da questão social, formulando e implementando propostas para o seu enfrentamento;
- Formular, implementar e avaliar políticas sociais, bem como formação e gestão de pessoas;
- Assessorar e apoiar os movimentos e grupos sociais populares no exercício, defesa e conquista dos seus direitos.

2.6 PERFIL DO CORPO DOCENTE

O corpo docente do Departamento de Serviço Social (DSS) da UFPI é conformado, no ano de 2023, por 16⁹ professoras, todas com bacharelado em Serviço Social e doutorado nas áreas de serviço social, políticas públicas, sociologia, educação, dentre outras. Diversas docentes do quadro também têm pós-doutorado realizados em instituições renomadas no país e no exterior.

Além do corpo docente do DSS, ministram disciplinas para o curso de Serviço Social professores de outros departamentos, como Departamento de Ciências Econômicas, Filosofia, Ciências Sociais, Ciência Política, Educação e História.

Quadro 03 - Corpo docente do curso de serviço social lotados no DSS no ano de 2022

Nº	NOME DO DOCENTE	TITULAÇÃO	LOTAÇÃO		REGIME DE TRABALHO
			DSS	Outro Depto	
01	Edna Maria Goulart Joazeiro	Doutorado	X		DE
02	Francineide Pires Pereira	Doutorado	X		DE
03	Guiomar de Oliveira Passos	Doutorado	X		DE
04	Iolanda Carvalho Fontenele	Doutorado	X		DE

⁹ Cumpre destacar que o Departamento de Serviço Social conta em seu quadro efetivo com 17 docentes, no entanto, aguarda-se a realização de novo concurso público para contratação de docente para o cargo vago deixado pela professora Maria D'alva Macedo, que se aposentou no ano de 2021.

05	Iracilda Alves Braga	Doutorado	X		DE
06	Lila Cristina Xavier Luz	Doutorado	X		DE
07	Lúcia Cristina dos Santos Rosa	Doutorado	X		DE
08	Lúcia da Silva Vilarinho	Doutorado	X		DE
09	Masilene Rocha Viana	Doutorado	X		DE
10	Mauriceia Ligia Neves da Costa Carneiro	Doutorado	X		DE
11	Réia Silvia Rios Magalhães	Doutorado	X		DE
12	Rita de Cássia Cronemberger Sobral	Doutorado	X		DE
13	Rosilene Marques Sobrinho de França	Doutorado	X		DE
14	Solange Maria Teixeira	Doutorado	X		DE
15	Sofia Laurentino Barbosa Pereira	Doutorado	X		DE
16	Teresa Cristina Moura Costa	Doutorado	X		DE

3 PROPOSTA CURRICULAR

3.1 ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DO CURSO

A presente seção consiste em maior detalhamento quanto ao funcionamento do curso. Assim, apresentaremos, a seguir, as principais características e formas concretas como se materializará o curso de Serviço Social da UFPI a partir dessa nova revisão curricular, nas suas matérias, conteúdos, componentes curriculares, entre outros.

A organização curricular do curso de Serviço Social da UFPI fundamentar-se-á nos princípios definidos pela LDB, nas diretrizes curriculares aprovadas pelo MEC, e toma como referência as orientações da ABEPSS, no documento base que subsidiou as diretrizes aprovadas, ou seja, fundamenta-se nos itens abaixo arrolados.

- Flexibilidade e dinamicidade dos currículos plenos, expressa na organização de disciplinas e outros componentes curriculares, tais como: oficinas, estágios e atividades complementares;
- Rígido trato teórico, histórico e metodológico da realidade social e do Serviço Social, que possibilite a compreensão dos problemas e desafios com os quais o profissional de defronta no universo da produção e reprodução da vida social;
- Adoção de uma teoria social crítica que possibilite a apreensão da totalidade social em suas dimensões de universalidade, particularidade e singularidade;
- Estabelecimento das dimensões investigativa, interpretativa e interventiva como princípios formativos e condição central da formação profissional, e da relação teoria e realidade;
- Interdisciplinaridade no projeto de formação profissional;
- Indissociabilidade das dimensões de ensino, pesquisa e extensão;
- Exercício do pluralismo como elemento próprio da vida acadêmica e profissional,

impondo-se o necessário debate sobre as várias tendências teóricas que compõem a produção das ciências humanas e sociais;

- Compreensão da ética como princípio que perpassa toda a formação profissional;
- Necessária indissociabilidade entre a supervisão acadêmica e profissional na atividade de estágio (ABESS/CEDEPSS, 1996, p. 3).

A carga horária mínima no currículo ora proposto é de 3.090 horas e a carga-horária máxima é 3.090 horas, assim distribuídas:¹⁰

- 38 disciplinas obrigatórias não eletivas, sendo 27 com carga-horária de 60h, 01 de 75h, 03 de 30h, 03 de 15 horas, 02 de 225h (Estágio obrigatório I e II), e 01 de 195h (elaboração de Trabalho de Conclusão do Curso), totalizando 2.655 horas, e ainda 02 disciplinas optativas de 60h cada, completando 120h;
- 120 horas de atividades complementares, com vistas a impulsionar o crescimento político, cultural, profissional e acadêmico através de atividades diversificadas como monitoria, estágio não-obrigatório, iniciação científica, extensão, eventos científicos, atividades culturais, de forma a tornar a formação mais flexível;
- 315 horas de Atividades Curriculares de Extensão (ACE), ofertadas no decorrer do curso, de modo a garantir a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão e reafirmar a articulação da universidade com outros setores da sociedade.

As disciplinas serão ofertadas nos turnos da tarde e noite e, eventualmente, também no turno da manhã (no caso de estágios). Cada turma terá 50 vagas visando atender a demanda de 50 alunos, que ingressam anualmente no curso, com exceção de algumas que, por conterem créditos teórico-práticos e características envolvendo trabalho de campo e pesquisa, devem ser ofertadas com número de vagas menores.

Quadro 04 – Síntese da matriz curricular do Curso de Serviço Social da UFPI

COMPONENTES CURRICULARES	CARGA HORÁRIA	CRÉDITOS
Disciplinas Obrigatórias	1.890 h	126
Disciplinas Optativas	120 h	8
Trabalho de Conclusão de Curso	195 h	13

¹⁰ A carga horária máxima possível ocorre quando a/o aluna/o escolhe como optativas duas disciplinas de carga-horária de 60h.

Atividades Complementares	120 h	-
Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório	450 h	30
Atividades Curriculares de Extensão	315 h	-
TOTAL	3090 h	

3.2 FORMA DE INGRESSO

O curso de Serviço Social ofertará, nessa nova proposta curricular, 50 vagas por ano, sendo parte delas reservadas à política de ação afirmativa. O ingresso ao curso ocorre com início das atividades acadêmicas no primeiro e segundo semestre de cada ano.

Usualmente, a seleção dos alunos é realizada pelo Sistema de Seleção Unificada (SISU) do Ministério da Educação, que utiliza como critério de avaliação a nota do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), sendo utilizada também, no caso de não preenchimento do total das vagas acesso pela via de portador de curso superior, transferência facultativa e reintegração no curso.

3.3 OS CONTEÚDOS CURRICULARES

As diretrizes curriculares da ABEPSS (1996, p.8) estabelecem como pressupostocentral da formação em Serviço Social “a permanente construção de conteúdos (teórico-ético-políticos-culturais) para a intervenção profissional nos processos sociais que estejam organizados de forma dinâmica, flexível, assegurando elevados padrões de qualidade na formação do assistente social”, padrões que, segundo o documento devem se traduzir na efetivação de um projeto de formação profissional que remeta “a um conjunto de conhecimentos indissociáveis, que se traduzem em **NÚCLEOS DE FUNDAMENTAÇÃO** constitutivos da Formação Profissional” (grifo no original).

Conforme o documento seguinte (parecer 492-MEC/CNE/SES) que homologa as diretrizes, a organização curricular deve “superar as fragmentações do processo de ensino e aprendizagem abrindo novos caminhos para a construção de conhecimentos como experiência concreta no decorrer da formação profissional”, formação esta que se sustenta, segundo as diretrizes, no tripé dos conhecimentos constituídos pelos núcleos de fundamentação da formação profissional, os quais serão objeto da seção seguinte.

3.3.1 Os núcleos de fundamentação da formação

Conforme estabelecem as diretrizes gerais para o Curso de Serviço Social, são três os núcleos que fundamentam a formação profissional, a saber:

- **Núcleo de Fundamentos Teórico-Methodológicos da Vida Social** que congrega as atividades encarregadas de explicar o processo de compreensão e apreensão do ser social.
- **Núcleo de Fundamentos da Formação Sócio-Histórica da Sociedade Brasileira** que aglutina as atividades relacionadas ao campo de saber que permitem a compreensão da constituição econômica, social e política e cultural da sociedade brasileira, tendo por eixo a constituição do modo capitalista no Brasil, a conformação do Estado Brasileiro, a formação e dinâmica das classes sociais no Brasil e o significado e o caráter contraditório do Serviço Social e,
- **Núcleo de Fundamentos do Trabalho Profissional** que gira em torno das ações que remetem aos processos de profissionalização do Serviço Social na divisão sociotécnica do trabalho.

Assim estruturado, este currículo traz mudanças significativas quanto ao modo de organização dos conteúdos, quanto aos fundamentos e pressupostos basilares, com vistas a proporcionar uma sólida formação técnico-operativa, teórico-metodológica e ético-política ao formando em Serviço Social, englobando, tais núcleos, um conjunto de conhecimentos e habilidades que se especifica em atividades acadêmicas, enquanto conhecimentos necessários à formação profissional, atividades que se desdobram em disciplinas obrigatórias ou eletivas, estágios supervisionados e um rol variegado de possíveis atividades complementares.

Nesse sentido, seguindo o que prescreve as diretrizes curriculares (ABEPSS, 1996), o projeto de formação profissional é constituído por um conjunto de conhecimentos indissociáveis, traduzidos em núcleos de fundamentação que se afirmam como eixos articuladores da formação e se desdobram em áreas de conhecimento, as quais são traduzidas pedagogicamente, no conjunto dos componentes curriculares. Desse modo, não se pretende hierarquizar, nem estabelecer uma ordem entre os três núcleos. Convém lembrar, no entanto, à luz do que asseveram as diretrizes curriculares (documento de 1999) que, a estruturação em núcleos consiste em:



uma lógica inovadora que supera as fragmentações do processo de ensino e aprendizagem, abrindo novos caminhos para a construção de conhecimentos como experiência concreta no decorrer da própria formação profissional. *Não admite tratamento classificatório, nem autonomia e subsequência entre os núcleos, expressando, ao contrário, diferentes níveis de apreensão da realidade social e profissional, subsidiando a intervenção do Serviço Social.* Agrega um conjunto de conhecimentos indissociáveis para apreensão da gênese, manifestações e enfrentamento da questão social, eixo fundante da profissão e articulador dos conteúdos da formação profissional. Os núcleos englobam, pois, um conjunto de conhecimentos e habilidades que se especifica em matérias, enquanto áreas de conhecimentos necessários à formação profissional. Essas matérias, por sua vez, se desdobram em disciplinas, seminários temáticos, oficinas/laboratórios, atividades complementares e outros componentes curriculares (DIRETRIZES CURRICULARES, 1999, p.4, grifo nosso)

Nesse sentido, os núcleos, não constituem *a priori* em espaços ou áreas onde se situam os mais distintos componentes curriculares, já que se espera, com essa nova lógica, superar a departamentalização e fragmentação do processo. No entanto, para efeito meramente didático e ilustrativo de como a matriz curricular se organiza a partir dessa lógica, apresentamos, a partir das ementas, conteúdos e características mais gerais da disciplina, a localização mais precisa quanto a essa nova lógica. Assim, as disciplinas foram agregadas nos três núcleos aludidos, conforme os quadros a seguir.

Quadro 05 - Núcleo de Fundamentos Teórico-Methodológicos da Vida Social

DISCIPLINAS	CARGA HORÁRIA (h/a)
Introdução a Metodologia Científica	60
Introdução à Filosofia	60
Iniciação Sociológica	60
Iniciação Antropológica	60
Iniciação à Política	60
Psicologia Social	60
Economia Política	60
Seminário de Introdução à Formação em Serviço Social	15
Pesquisa Social I	60
Pesquisa Social II	60
Pesquisa Social III	75
Trabalho de Conclusão de Curso	195

Direitos Sociais e Cidadania	60
Seminário Temático I	60
Seminário Temático II	60

Fonte: Própria

Quadro 06 - Núcleo de Fundamentos do Trabalho Profissional

DISCIPLINAS	CARGA HORÁRIA (h/a)
Introdução ao Serviço Social	30
Fundamentos Históricos e Teórico-metodológicos do Serviço Social I	60
Fundamentos Históricos e Teórico-metodológicos do Serviço Social II	60
Fundamentos Históricos e Teórico-metodológicos do Serviço Social III	60
Processos de Trabalho do Serviço Social I	60
Processos de Trabalho do Serviço Social II	60
Processos de Trabalho do Serviço Social III	60
Fundamentos Éticos e Ética Profissional	60
Estágio Supervisionado Obrigatório em Serviço Social I	225
Estágio Supervisionado Obrigatório em Serviço Social II	225
Seminário de Prática I	30
Seminário de Prática II	30
Instrumentalidade do Serviço Social I	15
Instrumentalidade do Serviço Social II	15
Avaliação de Políticas Públicas e Projetos Sociais	60
Gestão e Planejamento de Políticas Públicas e Serviços Sociais	60
Disciplina optativa	60
Disciplina optativa	60

Fonte: Própria

Quadro 07 - Núcleo de Fundamentos da Formação Sócio-Histórica da Sociedade Brasileira

DISCIPLINAS	CARGA HORÁRIA (h/a)
--------------------	----------------------------

Questão Social no Brasil	60
Política Social I	60
Política Social II	60
Política Social III	60
Sociedade Civil e Movimentos Sociais	60
Formação Sócio-Histórica do Nordeste e Piauí	60
Diversidades e Desigualdades de Gênero, Raça/Etnia e de Classe	60

Fonte: Própria

3.4 AS DISCIPLINAS OPTATIVAS

Os(as) discentes do curso de Serviço Social da UFPI deverão cursar pelo menos 02 disciplinas optativas, ofertadas pelo Departamento de Serviço Social. As disciplinas optativas devem ter carga-horária de 60h cada uma, totalizando 120 horas a serem cursadas pelos alunos de Serviço Social, preferencialmente no quinto e no oitavo período, conforme especificado na grade curricular do curso. Embora sejam também obrigatórias, são de livre escolha entre um rol de possibilidades.

O DSS ofertará com regularidade disciplinas na forma de *tópicos especiais* (as optativas do DSS) que objetivarão aprofundar temáticas relevantes sob diferentes perspectivas, estimulando o senso crítico e a criatividade do corpo discente. Sempre que possível, o Departamento de Serviço Social ofertará duas opções com temáticas diferentes de tópicos por semestre, de forma a propiciar aos alunos opção por temáticas relacionadas a seus interesses. Além disso, e contará com o apoio da Coordenação de Letras/Libras que ofertará a disciplina de Libras – Linguagem Brasileira de Sinais, conforme informações abaixo.

Quadro 08 – Quadro de Disciplinas Optativas

DISCIPLINA	CÓDIGO	UNIDADE OFERTANTE	CARGA HORÁRIA	PERÍODO A SER OFERTADO
Tópico especial sobre juventude		Departamento de Serviço Social	60	5º ou 8ª
Tópico especial sobre envelhecimento		Departamento de Serviço Social	60	5º ou 8ª
Tópico especial sobre família		Departamento de Serviço	60	5º ou 8ª

		Social		
Tópico especial de saúde		Departamento de Serviço Social	60	5º ou 8ª
Tópico especial de saúde mental		Departamento de Serviço Social	60	5º ou 8ª
Tópico especial de Política de Assistência Social		Departamento de Serviço Social	60	5º ou 8ª
Tópico especial de previdência social		Departamento de Serviço Social	60	5º ou 8ª
Tópico especial de educação		Departamento de Serviço Social	60	5º ou 8ª
Tópico especial sobre educação popular		Departamento de Serviço Social	60	5º ou 8ª
Tópico especial sobre direitos humanos		Departamento de Serviço Social	60	5º ou 8ª
Tópico especial sobre questão rural e ruralidades		Departamento de Serviço Social	60	5º ou 8ª
Tópico especial sobre questão urbana		Departamento de Serviço Social	60	5º ou 8ª
Tópico especial sobre questão habitacional		Departamento de Serviço Social	60	5º ou 8ª
Tópico especial sobre pobreza, trabalho, emprego e renda		Departamento de Serviço Social	60	5º ou 8ª
Tópico especial sobre meio ambiente		Departamento de Serviço Social	60	5º ou 8ª
Tópico especial sobre questão de gênero		Departamento de Serviço Social	60	5º ou 8ª
Tópico especial sobre questão étnico-racial e Serviço Social		Departamento de Serviço Social	60	5º ou 8ª
Tópico especial sobre violência		Departamento de Serviço Social	60	5º ou 8ª
Tópico especial sobre álcool e outras drogas		Departamento de Serviço Social	60	5º ou 8ª



		Social		
Tópico especial sobre direito da pessoa com deficiência e anticapacitismo		Departamento de Serviço Social	60	5º ou 8ª
Tópico especial sobre a dimensão técnico-operativa do Serviço Social		Departamento de Serviço Social	60	5º ou 8ª
Tópico especial sobre interprofissionalidade		Departamento de Serviço Social	60	5º ou 8ª
Libras – Linguagem Brasileira de Sinais	LIBRAS010	Coordenação do Curso de Letras-Libras	60	5º ou 8ª

Fonte: Própria

As disciplinas eletivas ofertadas serão ofertadas por outros departamentos que eventualmente ofertem disciplinas que guardem relação com a formação em Serviço Social com carga horária de 60h e poderão ser integralizadas como Atividade Complementar.

As disciplinas eletivas de outros departamentos versarão sobre temas diversos e do interesse do aluno e que tenham relação com o Serviço Social, como: libras, meio ambiente, gerontologia social, inclusão social, direitos humanos, questões étnico-raciais, metodologias ativas, novas demandas do mercado, aprofundamento de matrizes teóricas balizadoras da profissão, entre outras possibilidades.

3.5 ARTICULAÇÃO COM OUTROS DEPARTAMENTOS E COORDENAÇÕES

A formação em Serviço Social está inserida no campo das Ciências Sociais e dialoga com vários ramos do conhecimento científico, não sendo diferente no curso de Serviço Social da UFPI, que está inserido no Centro de Ciências Humanas e Letras e se articula com diversos cursos, departamentos e centros, tanto no campo do ensino, como na pesquisa e extensão.

Compreendendo a importância do caráter interdisciplinar e interprofissional na formação, os seguintes componentes ofertados ao curso de bacharelado em Serviço Social são ministrados por docentes de outros departamentos / coordenações:

Quadro 09 – Componentes Curriculares ministrados por docentes de departamentos e/ ou coordenações de outros cursos

Disciplina	CH	Departamento / Coordenação	Caráter
------------	----	-------------------------------	---------

Introdução à filosofia	60	Departamento de Filosofia	Obrigatório
Economia Política	60	Departamento de Ciências Econômicas	Obrigatório
Introdução à metodologia científica	60	Departamento de Filosofia	Obrigatório
Iniciação à Política	60	Coordenação de Ciência Política	Obrigatório
Iniciação Sociológica	60	Departamento de Ciências Sociais	Obrigatório
Iniciação Antropológica	60	Departamento de Ciências Sociais	Obrigatório
Formação sócio-histórica do Nordeste e do Piauí	60	Departamento de História	Obrigatório
Psicologia Geral	60	Departamento de Fundamentos da Educação	Obrigatório
Libras – Linguagem Brasileira de Sinais	60	Departamento de Letras Libras	Optativa

Fonte: Própria

3.6 O ESTÁGIO SUPERVISIONADO OBRIGATÓRIO E NÃO-OBRIGATÓRIO

O Estágio no curso de Serviço Social da UFPI segue as normativas estabelecidas em âmbito federal, no que tange a Lei Federal nº 11.788/2008, assim como atende as normativas e diretrizes específicas da profissão: Política Nacional de Estágio da ABEPSS; Lei nº 8662/1993, que regulamenta a profissão; o Código de Ética do/a Assistente Social; e Resolução nº 533/2008 do CFESS, que regulamenta a supervisão direta de estágio.

Assim, o estágio em Serviço Social é norteado pelos seguintes princípios: indissociabilidade entre as dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa; articulação entre Formação e Exercício Profissional; indissociabilidade entre estágio e supervisão acadêmica e de campo; articulação entre universidade e sociedade; unidade teoria-prática; interdisciplinaridade; articulação entre ensino, pesquisa e extensão (ABEPSS, 2010).

No curso de Serviço Social da UFPI a experiência de estágio tem sido rica e complexa, no que tange ao processo de organização e supervisão. Mesmo subordinados à conjuntura de oferta de vagas pelas instituições-campo de estágio, o Departamento de Serviço Social tem realizado um grande esforço para garantir um padrão de qualidade e organização para o estágio, de modo a cumprir as diretrizes curriculares, no que toca a esta importante dimensão da formação profissional.

O Estágio obrigatório tem natureza interventiva direta, sendo o aluno situado em uma instituição campo de estágio, com cada uma das duas disciplinas de Estágio Obrigatório (I e II) carga-horária de 225h, totalizando 450 horas, devendo ser cursada pelo(a) discente 16 horas semanais (quatro ou cinco vezes por semana), de acordo com a instituição campo de estágio e a universidade.

As disciplinas Estágio Supervisionado Obrigatório I, Seminário de Prática I e Instrumentalidade do Serviço Social I, bem como Estágio Supervisionado Obrigatório II, Seminário de Prática II e Instrumentalidade do Serviço Social II, são co-requisitos, cursadas simultaneamente, sendo estas interdependentes. Os componentes curriculares de Seminário de Prática (I e II) têm, cada um, 30h, somando 60 horas, levadas a efeito em dois semestres letivos, a ser ministrada por um(a) docente com todos(as) os(as) discentes matriculados(as) nas turmas de Estágio Obrigatório. A disciplina de Seminário de Prática será ministrada semanalmente, em sessões de 2 horas.

Soma-se ainda a oferta das disciplinas de Instrumentalidade I e II, com 15 horas cada uma, podendo se matricular até 2 discentes por turma, devendo ser ministrada pelo(a) supervisor(a) acadêmico(a), também em dois semestres letivos. A operacionalização da disciplina se dará a partir de sessões quinzenais, de 2 horas cada, nas instituições campos de estágio, sob a forma de supervisão conjunta, com a participação de estagiários(as) e supervisores de campo e acadêmico; e/ou ministrada na universidade com a participação de estagiários, supervisores e outros profissionais da área.

O Estágio Obrigatório ficará a cargo de um(a) docente supervisor(a) e dos(as) supervisores(as) de campo, identificado com a temática/questão social correspondente. Tal divisão visa garantir o compartilhamento da abordagem de uma política social, garantindo uma maior coesão entre os(as) alunos(as) e evitando a pulverização do(a) docente entre diferentes áreas. Dessa forma, todos os(as) docentes do DSS poderão se constituir em docentes supervisores(as) de estágio. Esses(as) supervisores(as) docentes irão ministrar as disciplinas de Instrumentalidade I e II para os(as) seus respectivos discentes estagiários(as).

Compete ao(a) docente supervisor de estágio promover o acompanhamento dos alunos nos campos de estágio, de forma indireta, através de visitas periódicas às instituições e através da documentação do estágio: Plano de Estágio, Análise Institucional, Projeto de Intervenção, Diário de Campo através de Registro de Processo de Trabalho (RPT) e Relatório Final.

As instituições governamentais, não governamentais, os movimentos populares e as

empresas privadas poderão constituir-se como campo de estágio, desde que mantenham, de forma permanente, pelo menos um assistente social em seu quadro (conforme Título II, Art. 2º, inciso e, do Código de Ética Profissional do Assistente Social), apto a exercer a função de supervisor de campo e seja aprovado enquanto tal pela Coordenação de Estágio que deverá envidar esforços para firmar convênio da UFPI com a instituição de forma a viabilizar a experiência.

O Estágio Obrigatório poderá ser desenvolvido em projetos ou programas de extensão no âmbito da UFPI, desde que o supervisor de campo seja um(a) docente do quadro do departamento de Serviço Social ou um(a) assistente social que integre a equipe do referido projeto/programa, que seja do quadro da UFPI e tenha registro no Conselho Regional de Serviço Social 22ª região – CRESS PI, obedecendo ao disposto na Resolução nº 533/2008 do CFESS. O(a) docente, ao assumir a função de supervisor(a) acadêmico(a), não poderá acumular a função de supervisor(a) de campo, sendo vedado o acúmulo das funções concomitantemente, respeitando o que prega a Política Nacional de Estágio da ABEPSS.

A gestão do estágio é feita pela Coordenação de Estágio, que é vinculada à Coordenação do curso de Serviço Social e à Coordenação de Estágio da Pró-Reitoria de Ensino de Graduação. Dispõe dessa instância um coordenador, escolhido entre os(as) docentes que integram o grupo professores que usualmente ministram as disciplinas nessa área no Departamento de Serviço Social, referendado pelo Colegiado do Curso, com carga horária semanal de 20 horas e mandato de 2 anos, podendo haver recondução.

O Estágio curricular não-obrigatório consiste, conforme o Art. 71 das normas de funcionamento da graduação da UFPI no que é “previsto no projeto pedagógico do curso, no âmbito das atividades complementares e, na UFPI está sob responsabilidade da Pró-Reitoria de Extensão”. Frequentemente os(as) discentes buscam inserções em estágios não-obrigatórios, que, no geral, tem o atrativo de uma remuneração mensal e o ganho de experiência, se configurando como atividade complementar e de caráter opcional.

Seguindo as orientações da Política Nacional de Estágio da ABEPSS, a carga horária do estágio não obrigatório não pode ser integralizada como parte das exigências do estágio obrigatório. Além disso, não será permitido o acúmulo do estágio não obrigatório com o não obrigatório, com exceção dos casos em que a carga horária máxima não ultrapasse o permitido na legislação federal de estágio.

A supervisão no Estágio não-obrigatório segue as normas previstas na Política Nacional de Estágio da ABEPSS e, no tocante à definição do(a) docente supervisor no Curso



de Serviço Social, são observados critérios como: disponibilidade de professor, interesse e afinidade com a temática/política do Estágio não-obrigatório.

Destaca-se que o Departamento de Serviço Social da UFPI vem fazendo um esforço coletivo no sentido de garantir as demandas dos(as) discentes nessa área, tendo em vista a importância do estágio não-obrigatório para a formação profissional, como componente das atividades complementares. Apesar disso, é importante destacar as dificuldades de realização da supervisão acadêmica, tendo em vista seu pouco reconhecimento em termos de carga-horária, sendo vista exploração da força de trabalho docente¹¹. No entanto, em sendo observadas as condições, essa atividade será sempre bem acolhida como parte importante do processo formativo, garantindo-se sempre a orientação docente e a supervisão de campo.

3.7 O TRABALHO DE CONCLUSÃO DO CURSO

Ao longo de sua trajetória, o Trabalho de Conclusão do curso sempre mereceu grande atenção na formação em Serviço Social, de forma que o Departamento de Serviço Social e a Coordenação do Curso envidaram esforços para disciplinar essa atividade, oferecendo ao corpo docente e discente orientações gerais quanto a sua efetivação. Foi assim que nasceu, após incessantes debates, a Resolução nº01/08, aprovadas pela Assembleia do Departamento de Serviço Social em 29 de outubro de 2008, e pelo Colegiado do Curso de Serviço Social em 09 de dezembro de 2008, que apresenta as normas para as atividades que envolvem o desenvolvimento e produção do Trabalho de Conclusão do Curso de Serviço Social. Para o Projeto Pedagógico que se apresenta, a referida Resolução foi atualizada e adaptada, em necessidade das reorientações da nova proposta curricular, tais como alterações nas ementas, carga horária, nomenclaturas de disciplinas de pesquisa, bem como as resoluções institucionais. Dito isto, a seguir apresentamos as suas diretrizes centrais que envolvem o desenvolvimento e produção do TCC no curso de Serviço Social da Universidade Federal do Piauí.

TÍTULO I – DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

¹¹ A referida problemática poderia ser solucionada com a ampliação do quadro docente do Departamento de Serviço Social e com uma revisão no âmbito da UFPI das formas de contagem da carga-horária de trabalho docente que torna “invisível” grande parte das atividades que professores(as) desenvolvem para além da estrita sala de aula, como é o caso da supervisão de estágios não-obrigatórios.



Capítulo I – Da natureza do Trabalho de Conclusão do Curso de Serviço Social

Art. 1º - O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) constitui-se em uma atividade acadêmica de pesquisa com vistas a sistematização do conhecimento sobre um objeto de estudo pertinente ao Serviço Social ou temática afim, dentre as áreas e linhas de pesquisa do Departamento de Serviço Social.

Art. 2º - A elaboração se constitui em requisito essencial para a integralização curricular e posterior obtenção do grau de Bacharel em Serviço Social.

Art. 3º - A exigência de produção da pesquisa e escritura do Trabalho de Conclusão de Curso apresenta-se na forma das disciplinas obrigatórias Pesquisa Social III e Trabalho de Conclusão de Curso do fluxograma do curso de Serviço Social, pertencente, respectivamente, ao sétimo e ao oitavo períodos do curso para os alunos que seguem o fluxo regular, sendo a primeira com carga-horária de 75 h/a de créditos teóricos e práticos, e pré-requisito para a segunda, que tem carga-horária discente de 195 h/a distribuídas também em créditos teóricos e práticos.

§ 1º - Excetuam-se do disposto no caput desse artigo, os(as) discentes que, nesta data, ainda possam integrar o currículo antigo do curso.

§ 2º - Os(as) discentes que integram o antigo currículo antigo têm as disciplinas obrigatórias do fluxograma: Monografia I, de 60 horas, e Monografia II, de 195 horas, pertencentes ao sétimo e oitavo período, respectivamente, para os que seguem o fluxo regular do curso.

Art. 4º – A disciplina Pesquisa Social III objetiva a elaboração de projeto de pesquisa, desenvolvimento das primeiras explorações de campo e a elaboração do protocolo de pesquisa para submissão ao comitê de ética, quando a pesquisa abordar seres humanos.

Art. 5º - A disciplina Trabalho de Conclusão de Curso tratará da execução do trabalho de campo com coleta, análise e interpretação das informações e elaboração do TCC desenvolvido a partir do projeto formulado na disciplina Pesquisa Social III.

Art. 6º As disciplinas de Pesquisa Social III e Trabalho de Conclusão de Curso terão a quantidade máxima de 05 discentes por turma – ou até 03 projetos de pesquisa, considerando que a pesquisa pode ser feita em dupla – obedecendo ao planejamento da Assembleia Departamental no que tange a definição de áreas e linhas de pesquisa e a inserção de seus professores nestas, bem como acomodações de carga-horária com outras atividades.

Art.7º Os(as) discentes matriculados(as) em Pesquisa Social III serão, preferencialmente, orientados(as) pelo(a) mesmo(a) docente na disciplina Trabalho de Conclusão de Curso, garantindo continuidade na construção da pesquisa e no processo de orientação.

Art.8º O Trabalho de Conclusão de Curso é caracterizado como atividade de orientação e, conforme estabelecido na Resolução nº 177/2012 CEPEX/UFPI, contará para efeito da carga horária do(a) docente-orientador(a), ¼ (um quarto) daquela definida para o(a) discente por trabalho.

Capítulo II – Das disciplinas e condutas preparatórias e matrícula nas disciplinas monográficas

Art. 9º - São pré-requisitos de Pesquisa Social III e Trabalho de Conclusão de Curso, as disciplinas Pesquisa Social I e Pesquisa Social II que tratarão dos conteúdos essenciais para o domínio dos fundamentos teórico-metodológico, técnico-operativo e ético da pesquisa social, de forma a capacitar o aluno para o desenvolvimento de projeto, execução da pesquisa e escritura de trabalho monográfico.

Art. 10º - O Departamento de Serviço Social orientar-se-á na definição dos professores ministrantes das disciplinas Pesquisa Social III e Trabalho de Conclusão de Curso pelas diretrizes estabelecidas quanto às áreas e linhas de pesquisa apontadas pelo coletivo.

TÍTULO II – DOS OBJETIVOS, MODALIDADES E DIRETRIZES GERAIS PARA O DESENVOLVIMENTO DO TCC

Capítulo III – Dos objetivos e modalidades do TCC

Art. 11º - São objetivos do TCC:

I - possibilitar ao aluno o desenvolvimento de um trabalho científico e o domínio dos instrumentais teórico-metodológicos de forma a consolidar uma postura investigativa que possa ser replicada no(s) futuro(s) espaço(s) profissional(is);

II - sistematizar e aprofundar parte do conhecimento adquirido no decorrer do curso;

III – possibilitar o desenvolvimento de estudos e pesquisas acerca dos processos sociais contemporâneos da sociedade brasileira, sobre o fazer profissional e, de forma geral, sobre temáticas e questões que apontam para o aprimoramento da ação profissional pela via da produção do conhecimento;



IV – devolver, na forma de trabalho de conclusão de curso, à comunidade em geral, e particularmente aos profissionais e usuários do Serviço Social, os resultados dos esforços de pesquisa no âmbito da UFPI.

Art.12º O Trabalho de Conclusão de Curso pode se enquadrar em uma das seguintes modalidades:

I - Trabalho de Conclusão de Curso desenvolvido a partir de pesquisa bibliográfica;

II - Trabalho de Conclusão de Curso desenvolvido a partir de pesquisa documental ou qualquer outra pesquisa que eventualmente utilize fontes secundárias;

III – Trabalho de Conclusão de Curso desenvolvido a partir de fontes primárias, de forma a aprofundar estudos e inquietações diversas nascidas durante o curso ou em experiências de campo de estágio, de atividades de extensão ou mesmo aprofundamento de um eventual enfoque suscitado a partir de pesquisa desenvolvida em Programa de Iniciação Científica (PIBIC).

§ 1º - No desenvolvimento da pesquisa e produção do TCC poder-se-á utilizar a triangulação de métodos, sempre em favor da adequação teórico-metodológica da pesquisa e da qualidade do trabalho.

§ 2º - É vedada a absoluta transposição do trabalho produzido no âmbito de experiências de iniciação científica para o TCC.

Capítulo IV - Disposições gerais e de competências no âmbito do TCC

Art. 13º A produção da pesquisa e escritura do Trabalho de Conclusão de Curso poderá ser desenvolvida em dupla ou individualmente.

§ 1º - No caso da opção pela atividade em dupla, deverá ser apresentada ao Departamento do curso de Serviço Social quando do final de Pesquisa Social II a intenção de estudos já no formato de dupla contemplando, portanto, esse interesse, sendo a matrícula dos dois pretendentes realizada na mesma turma de Pesquisa Social III.

§ 2º - Caso haja desistência ou reprovação durante as disciplinas Pesquisa Social III ou Trabalho de Conclusão de Curso de algum dos componentes da dupla, quando este desejar retornar à disciplina em questão deverá apresentar uma nova intenção de estudo ou projeto de pesquisa, conforme o caso, à Coordenação de Curso no ato da matrícula.

Art.14º Compete ao(a) docente-orientador(a) do Trabalho de Conclusão de Curso:

I- Orientar, acompanhar e avaliar o desenvolvimento do trabalho em todas as suas fases;

- II- Estabelecer, em conjunto com o orientando, um plano de trabalho materializado no Programa da disciplina a ser entregue ao Departamento de Serviço Social para aprovação em Assembleia Departamental;
- III- Informar o orientando sobre as normas, procedimentos e critérios de avaliação do Trabalho de Conclusão de Curso, bem como do calendário das atividades do período;
- IV- Acompanhar e supervisionar o trabalho de campo da pesquisa, particularmente quando utilizar técnicas de abordagem de seres humanos;
- V- Orientar o aluno na aplicação de normas técnicas para a elaboração de monografia, conforme metodologia da pesquisa científica e da ABNT;
- VI- Cumprir e fazer cumprir este Regulamento;
- VII- Definir cronograma de elaboração e entrega do TCC, observando o calendário universitário e as demais diretrizes desse regulamento;
- VIII- Comparecer a eventuais reuniões, convocadas pela Coordenação do Curso, Departamento de Serviço Social ou Núcleos para discutir questões relativas à organização, planejamento, desenvolvimento e avaliação do TCC;
- IX- Comunicar à Coordenação de Curso eventuais problemas, dificuldades e dúvidas relativas ao processo de orientação, para as devidas providências.

Parágrafo Único – O disposto nesse artigo aplica-se igualmente à disciplina Monografia II vinculada ao currículo em fase de extinção.

Art. 15º - Compete ao Departamento de Serviço Social:

- I – Definir e apresentar aos(as) discentes as áreas e linhas de pesquisa do DSS;
- II – Divulgar a relação dos(as) orientadores(as) e suas respectivas linhas e áreas de trabalho;
- III – Designar os(as) orientadores(as) para acompanharem o processo de elaboração da TCC;

Art. 16º - Compete à Coordenação do Curso de Serviço Social

- I – Receber os Trabalhos de Conclusão de Curso, conforme o disposto no presente Regulamento;
- II – Encaminhar os Trabalhos de Conclusão de Curso à Biblioteca Central e Setorial da UFPI;
- III - Disponibilizar o manual com orientações para TCC e, em parceria com a STI, publicizar os trabalhos na página no Curso.

Art. 17º - São direitos do(a) aluno(a) orientando(a):

- I- Ter um(a) docente orientador(a) durante o processo de pesquisa e desenvolvimento do Trabalho de Conclusão do Curso;
- II- Ser informado sobre as normas e regulamentação do Trabalho de Conclusão do Curso;



III- Participar do planejamento e estabelecimento do cronograma do Trabalho de Conclusão do Curso;

IV- Recusar-se a receber orientações em espaços privados ou alheios a UFPI ou em horários inadequados ou não previstos, salvo em condições própria de licença-maternidade ou situações especiais de tratamento de doença às quais esteja submetido;

V- Receber orientação e ser avaliado conforme prevê esta Resolução, tomando conhecimento das notas que lhe são atribuídas periodicamente.

Art. 18º São deveres do(a) discente orientando(a):

I- Definir sua intenção de estudos com o devido preenchimento do formulário como requisito para matrícula em Pesquisa Social III;

II- Frequentar as sessões de orientação, bem como proceder a todas as atividades planejadas de forma a garantir a frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento), da carga-horária total das disciplinas, sob pena de reprovação por falta;

III- Dedicar-se, com acuidade, conduta ética, responsabilidade e pontualidade as atividades pertinentes ao TCC;

IV- Cumprir as normas e regulamentação própria do Trabalho de Conclusão do Curso;

V- Cumprir o plano e o cronograma estabelecidos em conjunto com seu orientador;

VI- Elaborar protocolo de pesquisa, recolher material junto ao CEP e proceder a comunicação e entrega do resultado de suas pesquisas para a instituição e sujeitos com os quais tenha trabalhado;

VII- Respeitar os direitos autorais sobre artigos técnicos, artigos científicos, textos de livros, sítios da Internet, entre outros, evitando todas as formas e tipos de plágio acadêmico, sob pena das sanções legais;

VIII- Apresentar, obrigatoriamente, ao Departamento de Serviço Social o TCC em formato final, constando ficha catalográfica, por meio de cópia digitalizada em CD-Room;

IX- Encaminhar cópia impressa do seu trabalho para o campo ou sujeitos junto a quem desenvolveu a investigação;

Capítulo V – Dos custos e prazos de apresentação do TCC

Art. 19º No desenvolvimento da orientação o material produzido pelo(a) discente deverá ser entregue ao(a) orientador(a) com antecedência mínima de 48 horas úteis, a fim de ser garantido tempo hábil para a leitura e construção de pertinente orientação.

Art. 20º Os custos relativos à pesquisa, elaboração do TCC e a devida encadernação final são de responsabilidade do(a) discente.

Art. 21º O prazo de depósito, no DSS, da versão final e aprovada do TCC é o último dia previsto para realização de exame final, fixado conforme o calendário acadêmico universitário, no horário institucional de 8 às 12h e das 14 às 18h.

Art. 22º O depósito dos volumes deverá ser feito pelo(a) discente ou por seu representante, munido de procuração.

Capítulo VI - Da estrutura e apresentação escrita do TCC

Art. 23º O TCC deve ser apresentado respeitando o conjunto da normalização para trabalhos acadêmicos da ABNT.

Art. 24º O TCC deverá apresentar o número mínimo de 40 páginas de elementos textuais, sem limites quanto ao número máximo de páginas.

Parágrafo único: O Colegiado de Curso deverá alterar essa diretriz, caso a ABNT venha, por alguma razão, modificar sua normalização, implicando em redução significativa de texto produzido no TCC, por exemplos, aumento do espaçamento entre linhas ou aumento do tamanho da fonte.

Art. 25º No pré-texto do TCC exigir-se-á a observância de resumo na língua vernácula e em outro idioma, preferencialmente o inglês, além das devidas palavras-chave e demais itens que se fizerem necessários em face da natureza do trabalho.

Parágrafo único: Incluem-se nas obrigações concernentes ao pré-texto a ficha catalográfica no verso da folha de rosto do trabalho monográfico.

Art. 26º Os volumes do trabalho final deverão ser encadernados em capa dura, na cor verde escuro, elaborada conforme modelo disponível à consulta no DSS.

TÍTULO III – DA ORIENTAÇÃO E AVALIAÇÃO DO TCC

Capítulo VII – O processo de orientação

Art. 27º O(a) docente, na primeira semana da disciplina Trabalho de Conclusão de Curso deverá elaborar o programa da disciplina contendo a sistemática da orientação, os

procedimentos de acompanhamento do processo da pesquisa e da escritura da monografia e o cronograma de atividades.

Art. 28º A orientação da TCC constitui-se em um processo de acompanhamento didático-pedagógico de responsabilidade de docente devidamente indicado para essa atividade.

Art. 29º A orientação deverá ser prioritariamente desenvolvida por professor do quadro efetivo da UFPI, escolhido em observância à sua inserção na área e linha de pesquisa do(a) discente.

Art. 30º A orientação e a relação professor-aluno deverão pautar-se pela ética na condução do processo ensino-aprendizagem e avaliação e em observância, sempre, às diretrizes emanadas do presente regulamento.

Art. 31º Durante o processo de orientação, serão monitoradas as atividades diversas do(a) discente em campo e em atividades de leitura e produção do texto, na forma de observância do diário de campo, de fichamentos, de elaboração e aplicação de instrumentos de coleta de dados, na produção do eventual protocolo de pesquisa para o CEP, no pré-teste de instrumentos, na transcrição e análise de entrevistas, no tratamento geral dos dados coletados, entre outros.

Art. 32º As sessões de orientações ocorrerão semanalmente em dia, hora e local interno à UFPI, preestabelecidos em plano de curso e terão duração de 02 horas-aula.

Art. 33º A aquisição de livros, textos ou documentos necessários ao trabalho de pesquisa e produção da monografia é de absoluta responsabilidade do(a) aluno(a), cabendo ao professor(a), somente a indicação de referências.

Parágrafo único – O eventual empréstimo de livros, textos ou documentos do(a) professor(a) ao(a) discente constitui ato de colaboração adicional.

Capítulo VIII - Do processo de avaliação do TCC

Art. 34º A avaliação do TCC dar-se-á na forma de atribuição de nota de 0 a 10 pelo professor orientador e constará de quatro momentos os quais levarão em conta aspectos diferenciados do processo de construção da monografia.

§ 1º A primeira avaliação apreciará a densidade da revisão de literatura realizada, bem como o nível de aprofundamento da abordagem teórica do objeto de estudo apresentado pelo aluno.

§ 2º A segunda avaliação se deterá na apreciação do trabalho de campo como um todo realizado pelo orientando, da organização das informações e das primeiras análises dela decorrentes. Quando se tratar de pesquisa que não contemple trabalho de campo, a avaliação se dará levando-se em conta o nível de apropriação e aprofundamento das escolhas teórico-metodológicas e o desenvolvimento da monografia em relação à pretensão de estudo apontada.

§ 3º A terceira avaliação levará em conta a análise dos dados coletados apresentados no(s) capítulo(s) da monografia.

§ 4º A quarta avaliação levará em conta o produto final apresentado pelo aluno, na forma de monografia concluída, que redunde em um padrão suficiente de qualidade exigível para um Trabalho de Conclusão de Curso no nível de graduação. Devem ser observadas a estrutura lógica do texto, a argumentação, o domínio dos referenciais teórico-metodológicos, a condução processual geral da pesquisa, a correção gramatical e a normalização científica e, inclusive, todos os aspectos formais previstos nestas normas.

Art. 35º Os alunos, com frequência regular, cuja nota final esteja entre 4,0 (quatro) e 6,9 (seis vírgula nove), terão oportunidade de uma reapreciação da monografia, no prazo máximo de dez dias após o lançamento dos resultados parciais da avaliação do trabalho pelo professor orientador.

§ 1º - A reapreciação do trabalho constituir-se-á no que as normas institucionais da UFPI para a graduação consideram exame final e será de estrita responsabilidade do professor orientador.

§ 2º - No caso previsto nos parágrafos deste artigo, a nota mínima para aprovação em exame final é 6,0 (seis), como resultado da média alcançada nas avaliações parciais, somada à nota de reapreciação do trabalho pelo orientador, dividido por dois.

§ 3º Nos casos de reprovação de TCC não caberá nenhum recurso a instância superior, devendo o aluno submeter-se a nova matrícula na disciplina Monografia II.

Art. 36º A nota final do TCC somente será digitada no SIGAA somente após entrega ao Departamento do comprovante de entrega do volume às instituições ou sujeitos, quando for o caso.

Art. 37º- Não será admitido para efeito de avaliação do TCC, trabalhos, no todo ou em partes, considerados inautênticos, plagiados ou copiados de quaisquer fontes, os quais sujeitar-se-ão, na forma da lei, às penalidades devidas.

TÍTULO IV – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 38º - Os casos omissos do presente regulamento serão resolvidos pelo Departamento de Serviço Social, Assembleia Departamental e/ou Colegiado do Curso de Serviço Social, no que comportar, conforme o regimento da UFPI e resoluções específicas.

Art. 39º - Este regulamento entra em vigor a partir da data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

3.8 AS ATIVIDADES COMPLEMENTARES

As atividades complementares compreendem um repertório diversificado de possibilidades de inserção e ações que ampliam a concepção de educação para além das atividades de sala de aula e estágio, permitindo uma maior flexibilidade nos componentes curriculares e promovendo maior relação do(a) discente com as questões mais gerais da questão social para além dos muros da Universidade e da mera transmissão e produção de conhecimento nos espaços acadêmicos da Instituição, estimulando o aluno a ser assumir a condição de sujeito ativo no processo de produção do saber. O universo de possibilidades no que tange às atividades são múltiplas, envolvendo a inserção em projetos de pesquisa e extensão, a participação em Programas de Educação Tutorial, a produção científica, a monitoria, a participação em encontros, seminários e congressos, a apresentação de trabalhos, os estágios não-obrigatórios, a inserção em movimento estudantil e outros movimentos sociais, assim como vivência de gestão, como participação em colegiados de curso, dentre outras.

Segundo a Resolução nº 177/2012, que regulamenta a Graduação na UFPI, as atividades complementares de graduação, a serem desenvolvidas durante o período da formação, constituem o conjunto de estratégias didático-pedagógicas que permitem, no âmbito do currículo, a articulação entre teoria e prática e a complementação, por parte do estudante, dos saberes e habilidades necessárias a sua formação.

O curso de Serviço Social, após ampla discussão envolvendo discentes e docentes e o Colegiado do Curso e após tramitação em diversas instâncias da Casa, aprovou diretrizes que normatizam as atividades complementares, definidas pelas Resoluções nº 177/2012 e nº 150/2006 – CEPEX/UFPI que trata da consignação de créditos referentes às atividades



complementares. A seguir, sintetizamos as referidas diretrizes, buscando adaptá-las à legislação mais recente da Política de Estágio.

TÍTULO I - DA NATUREZA E DOS OBJETIVOS DAS ATIVIDADES COMPLEMENTARES

Art. 1º - As atividades complementares compreendem um conjunto de estratégias pedagógico-didáticas que visam estimular a condição de sujeito do/a aluno/a nos processos de produção do saber, que lhes possibilitem o aproveitamento de atividades extracurricular.

TÍTULO II - DAS MODALIDADES DE ATIVIDADES COMPLEMENTARES

Art. 2º - Podem ser consideradas atividades complementares no Curso de graduação em Serviço Social, as seguintes atividades com seus respectivos critérios de aproveitamentos:

a) CATEGORIA: Atividades de Iniciação à Docência: Monitoria

Carga Horária Máxima da Categoria (Resolução CEPEX/UFPI N.º 177/12): 60h

Carga Horária Máxima do Currículo na Categoria: 60h

COMPONENTE			CH mínima aproveitada	CH máxima aproveitada	Exigência
CÓDIGO	ATIVIDADE	DESCRIÇÃO			
UFP1041	Inserção em Programa de Monitoria da CAAP/PREG.	Um semestre de exercício de monitoria.	60 h	60 h	

b) CATEGORIA: Atividades Complementares de Ensino

Carga Horária Máxima da Categoria (Resolução CEPEX/UFPI N.º 177/12): 60h

Carga Horária Máxima do Currículo na Categoria: 60h

COMPONENTE			CH mínima aproveitada	CH máxima aproveitada	Exigência
CÓDIGO	ATIVIDADE	DESCRIÇÃO			
UFP1042	Disciplina adicional	Outras disciplinas cursadas nas seguintes condições: - Uma terceira disciplina optativa (Tópico Especial) ou	60 h	60 h	As disciplinas devem contemplar temas que tenham relação com o Serviço Social

		eletiva, na UFPI ou em outra IES pública; - Disciplina cursada no currículo IV, não aproveitada no currículo V.			
UFP1048	Participação em Programa de Educação Tutorial (PET)	Participação no PET por semestre letivo.	60 h	60 h	

c) CATEGORIA: Participação em Núcleos ou Grupos de Pesquisas

Carga Horária Máxima da Categoria (Resolução CEPEX/UFPI N.º 177/12): 60h

Carga Horária Máxima do Currículo na Categoria: 60h

COMPONENTE			CH mínima aproveitada	CH máxima aproveitada	Exigência
CÓDIGO	ATIVIDADE	DESCRIÇÃO			
UFP1050	Participação em Programa de Iniciação Científica (PIBIC/ICV)	Participação no Programa de iniciação científica, por semestre letivo.	60 h	60 h	
UFP1051	Participação em núcleo e grupos de pesquisas.	Inserção semestral em projetos de pesquisas, sob supervisão de um docente.	60 h	60 h	

d) CATEGORIA: Atividades de Extensão

Carga Horária Máxima da Categoria (Resolução CEPEX/UFPI N.º 177/12): 90h

Carga Horária Máxima do Currículo na Categoria: 90h

COMPONENTE			CH mínima aproveitada	CH máxima aproveitada	Exigência
CÓDIGO	ATIVIDADE	DESCRIÇÃO			
UFP1104	Cursos, seminários ou similares	Participação em cursos presenciais ou à	15 h	45 h	

		distância, relacionados ao Serviço Social e áreas afins.			
UFP1102	Participação em Projetos de Extensão	Participação em Projetos de Extensão na área de Serviço Social ou afim, sob supervisão de um docente.	60 h	60 h	
UFP1105	Curso de língua estrangeira	Participação formal e regular em curso de língua por semestre letivo.	10 h	20 h	
UFP1106	Intercâmbio acadêmico e/ou cultural	Participação em intercâmbio acadêmico e/ou cultural com duração de, no mínimo, 6 meses.	20 h	40 h	

e) CATEGORIA: Experiências de Gestão ou Representação em Órgãos

Carga Horária Máxima da Categoria (Resolução CEPEX/UFPI N.º 177/12): 40h

Carga Horária Máxima do Currículo na Categoria: 40h

COMPONENTE			CH mínima aproveitada	CH máxima aproveitada	Exigência
CÓDIGO	ATIVIDADE	DESCRIÇÃO			
UFP1107	Direção institucional e Coordenação de programas e projetos governamentais ou em organizações não governamentais	Inserção como gestor/a ou coordenador/a em programas ou projetos governamentais ou de organizações não governamentais com duração de no mínimo 6 meses.	40 h	40 h	

UFP1108	Representação em Conselhos de Direitos, Gestores, Tutelares ou fóruns representativos da sociedade	Mandato em Conselhos de Direitos ou Tutelares ou fóruns representativos da sociedade por um período mínimo de um ano na condição de membro titular.	40 h	40 h	
CCSS027	Participação diretoria de Centro Acadêmico ou Diretório Central dos Estudantes	Mandato em instâncias de organização dos estudantes em nível local, regional ou nacional, como membro titular, por ano de efetivo exercício no cargo.	15 h	30 h	
CCSS026	Representação Estudantil em Colegiados ou comissões de trabalhos determinadas pelos órgãos colegiados da UFPI não relacionados a eventos	Um ano de efetivo exercício de atividades como representante estudantil em Colegiado de Curso, Comissões de Currículo, Assembleias Departamentais, Conselhos de Centros, Colegiados Superiores ou outras eventuais comissões designadas pelos colegiados desta IFES.	10 h	20 h	
CCSS025	Representação estudantil em organismo ligado	Representação Estudantil em organismo	10 h	20 h	



	a formação profissional (ABEPSS, ENESSO, ALAEITS etc)	ligado a formação profissional por ano de efetivo exercício, mediante devida comprovação.			
--	---	---	--	--	--

f) CATEGORIA: Atividades de Participação em Eventos Científicos

Carga Horária Máxima da Categoria (Resolução CEPEX/UFPI N.º 177/12): 60h

Carga Horária Máxima do Currículo na Categoria: 60h

COMPONENTE			CH mínima aproveitada	CH máxima aproveitada	Exigência
CÓDIGO	ATIVIDADE	DESCRIÇÃO			
UFP1096	Eventos científicos de áreas diretamente relacionadas ou afins ao curso de Serviço Social e áreas afins.	Participação em eventos internacionais, nacionais, regionais ou locais diretamente relacionados ao Serviço Social e áreas afins na condição de ouvinte.	Internacional – 7h Nacional – 5h Local/Regional – 3h	25 h	

g) CATEGORIA: Atividades de Bolsa de Trabalho ou Experiências semiprofissionais

Carga Horária Máxima da Categoria (Resolução CEPEX/UFPI N.º 177/12): 120h

Carga Horária Máxima do Currículo na Categoria: 120h

COMPONENTE			CH mínima aproveitada	CH máxima aproveitada	Exigência
CÓDIGO	ATIVIDADE	DESCRIÇÃO			
UFP1094	Estágio Não Obrigatório	Realização de estágio não-obrigatório, por um semestre letivo, com supervisão de campo e acadêmica de	60 h	60 h	

		Assistente Social.			
UFP1095	Programa Bolsa Trabalho da UFPI	Participação no Programa Bolsa Trabalho da PRAEC/UFPI por um semestre de atividade de trabalho, mediante devida comprovação.	25 h	25 h	

h) Apresentação de Trabalhos em Eventos Científicos e Trabalhos Publicados

Carga Horária Máxima da Categoria (Resolução CEPEX/UFPI N.º 177/12): 90h

Carga Horária Máxima do Currículo na Categoria: 90h

COMPONENTE			CH mínima aproveitada	CH máxima aproveitada	Exigência
CÓDIGO	ATIVIDADE	DESCRIÇÃO			
UFP1219	Trabalhos em eventos como autor/a ou coautor/a ou participação em mesas redondas	Apresentação de trabalhos como autor/coautor ou participação em mesas redondas em eventos internacionais, nacionais, locais ou regionais diretamente relacionados ao curso de Serviço Social ou áreas afins.	Internacional – 20h Nacional – 15h Local ou Regional – 10h	40 h	
CCSS004	Publicação de trabalhos completos em anais de eventos como autor/a ou coautor/a	Autoria ou coautoria de trabalhos completos publicados em anais de eventos, via impressa, CD-ROM, ou no formato eletrônico.	Internacional – 40h	60 h	
CCSS005	Publicação de	Autoria ou	Nacional –	60h	

	trabalhos completos em anais de eventos como autor/a ou coautor/a	coautoria de trabalhos completos publicados em anais de eventos, via impressa, CD-ROM, ou no formato eletrônico.	30h		
CCSS006	Publicação de trabalhos completos em anais de eventos como autor/a ou coautor/a	Autoria ou coautoria de trabalhos completos publicados em anais de eventos, via impressa, CD-ROM, ou no formato eletrônico.	Local ou Regional – 20h	60h	
CCSS007	Publicação de resumo expandido em anais de eventos como autor/a ou coautor/a	Autoria ou coautoria de resumo expandido publicado em anais de eventos, via impressa, CD-ROM, ou no formato eletrônico.	Internacional – 30h	40 h	
CCSS008	Publicação de resumo expandido em anais de eventos como autor/a ou coautor/a	Autoria ou coautoria de resumo expandido publicado em anais de eventos, via impressa, CD-ROM, ou no formato eletrônico.	Nacional – 20h	40h	
CCSS009	Publicação de resumo expandido em anais de eventos como autor/a ou coautor/a	Autoria ou coautoria de resumo expandido publicado em anais de eventos, via impressa, CD-ROM, ou no formato	Local ou Regional – 10h	40h	



		eletrônico.			
CCSS010	Publicação de resumos em anais de eventos como autor/a ou coautor/a	Autoria ou coautoria de resumos publicados em anais de eventos, seja via impressa, CD-ROM, ou no formato eletrônico.	Internacional – 20h	25 h	
CCSS011	Publicação de resumos em anais de eventos como autor/a ou coautor/a	Autoria ou coautoria de resumos publicados em anais de eventos, seja via impressa, CD-ROM, ou no formato eletrônico.	Nacional – 15h	25h	
CCSS012	Publicação de resumos em anais de eventos como autor/a ou coautor/a	Autoria ou coautoria de resumos publicados em anais de eventos, seja via impressa, CD-ROM, ou no formato eletrônico.	Local ou Regional – 10h	25h	
CCSS013	Publicação de artigo científico em periódicos como autor/a ou coautor/a	Autoria ou coautoria de artigos publicados em periódicos na área do Serviço Social e afins.	Internacional – 80h	80 h	
CCSS014	Publicação de artigo científico em periódicos como autor/a ou coautor/a	Autoria ou coautoria de artigos publicados em periódicos na área do Serviço Social e afins.	Nacional – 60h	80h	
CCSS015	Publicação de artigo científico em periódicos como autor/a ou coautor/a	Autoria ou coautoria de artigos publicados em periódicos na	Local ou Regional – 40h	80h	



		área do Serviço Social e afins.			
CCSS016	Publicação de resenhas ou relatos de experiência em periódicos científicos como autor/a ou coautor/a	Autoria ou coautoria de resenhas ou relatos de experiência em periódicos científicos como na área do Serviço Social e afins.	Internacional – 40h	40 h	
CCSS017	Publicação de resenhas ou relatos de experiência em periódicos científicos como autor/a ou coautor/a	Autoria ou coautoria de resenhas ou relatos de experiência em periódicos científicos como na área do Serviço Social e afins.	Nacional – 30h	40h	
CCSS018	Publicação de resenhas ou relatos de experiência em periódicos científicos como autor/a ou coautor/a	Autoria ou coautoria de resenhas ou relatos de experiência em periódicos científicos como na área do Serviço Social e afins.	Local ou Regional – 20h	40h	
UFP1279	Publicação de artigo em livro na área de Serviço Social ou afim como autor/a ou coautor/a	Autoria ou coautoria de artigo publicado em livro organizado na área de Serviço Social ou afim.	50 h	50 h	
UFP1280	Publicação de cadernos ou manuais instrutivos como autor/a ou coautor/a	Autoria ou coautoria de cadernos, cartilhas ou manuais instrutivos na área de Serviço Social e afins, provenientes de	15h	30 h	



		experiências de pesquisa, ensino, extensão, estágios ou ainda produto de participação em projetos governamentais, não-governamentais ou de mandatos em Conselhos de Direitos ou Tutelares ou similares.			
UFP1281	Publicação de artigos em jornais em geral de assuntos no âmbito de interesse do Serviço Social ou áreas afins	Autoria ou coautoria de artigos em jornais em geral devidamente identificada a autoria e o jornal, versando sobre temas relacionados ao Serviço Social e áreas afins.	10h	10 h	
UFP1324	Aprovação em concursos na área de Serviço Social	Aprovação em concursos públicos para fins de vínculo de trabalho no Serviço Social.	30 h	30 h	
UFP1325	Premiação em concurso no âmbito da formação profissional em Serviço Social.	Premiação de trabalhos acadêmicos em concurso seja no ensino/pesquisa/extensão, ou ações de projetos provenientes de experiências de estágios na	40 h	40 h	



		área do Serviço Social e áreas afins.			
--	--	---------------------------------------	--	--	--

i) CATEGORIA: Participação em Atividades ou Produções Técnicas Científicas Artísticas e Culturais relacionadas à área do Serviço Social ou afins
Carga Horária Máxima da Categoria (Resolução CEPEX/UFPI N.º 177/12): 90h
Carga Horária Máxima do Currículo na Categoria: 90h

COMPONENTE			CH mínima aproveitada	CH máxima aproveitada	Exigência
CÓDIGO	ATIVIDADE	DESCRIÇÃO			
UFP1314	Participação na produção ou elaboração de vídeos relacionados à área do Serviço Social ou afins	Autoria ou coautoria de vídeos educativos na área do Serviço Social ou áreas afins.	20 h	20 h	
DSS202	Realização/organização de exposição relacionados à área do Serviço Social ou afins	Organização ou participação em equipe organizadora de exposição na área do Serviço Social ou áreas afins.	10 h	20 h	
UFP1320	Edição ou coedição de publicações relacionadas à área do Serviço Social ou afins	Edição ou coedição de publicação na área do Serviço Social ou afins (livros, periódicos, anais de eventos).	15 h	15 h	
DSS201	Ministrar ou mediar cursos, oficinas ou palestras	Realização de cursos, oficinas, palestras na condição de mediador, ministrante ou facilitador com duração de no mínimo 2h.	2 h	10 h	

(*) A carga-horária a ser considerada para efeito de consignação é contada em horas/aula.

Art. 3º - Serão passíveis de consignação como atividades complementares somente as que tiverem sido realizadas no período regular do curso de Serviço Social do(a) aluno(a) solicitante e no âmbito de interesse do curso de Serviço Social ou áreas afins.

Art. 4º - Para fins de consignação de créditos não serão consideradas as atividades em quaisquer modalidades que componham requisitos de avaliação dos componentes curriculares obrigatórios ou optativos da grade curricular do curso, ou seja, atividade realizada como parte constitutiva de uma disciplina do curso ou ainda de estágio não poderá ser considerada como passível de constituir-se em atividade complementar.

Art. 5º - Para fins de consignação de créditos não poderá ser considerada como complementar uma atividade que tenha sido realizada no âmbito de outra modalidade para a qual o(a) aluno(a) demande também consignação de créditos, ou seja, é vedada a duplicidade de aproveitamento de estudos para fins de consignação de créditos em atividades complementares, como no caso das Atividades Curriculares de Extensão (ACE), que não poderão ser contabilizadas como carga horária nas atividades complementares.

Art. 6º - Fica vedada a consignação de créditos de atividades numa única modalidade, sendo exigido, portanto, a diversidade nas atividades complementares.

TÍTULO III - DO PROCESSO DE SOLICITAÇÃO, ANÁLISE E DIVULGAÇÃO DOS RESULTADOS DA AVALIAÇÃO QUANTO A CONSIGNAÇÃO DE CARGA-HORÁRIA RELATIVA À ATIVIDADES COMPLEMENTARES

Art. 7º - O(a) aluno(a) deve incluir as atividades e documentação comprobatória no SIGAA, no período previsto pelo calendário acadêmico, que será validada ou não pelo coordenador do curso.

Art. 8º - Só serão consideradas para efeito de integralização de créditos as atividades devidamente comprovadas.

Art. 9º - A inclusão das atividades complementares e consignação de carga-horária de atividades complementares realizadas inicia-se no segundo período de curso prolongando-se até o início do último período letivo do/a aluno/a.

Art. 10º - O(a) aluno(a) poderá requer a consignação de créditos totais (120 h) ou parcial, conforme lhe aprouver, embora sempre na observância dos dispostos na presente resolução, quanto a evitar a duplicidade no aproveitamento de estudos, a realização de atividades

complementares em uma mesma modalidade ou mesmo a busca de aproveitar, como complementares, atividades realizadas no âmbito do fluxo regular do curso, já previsto no currículo.

Art. 11º - A análise ou validação das atividades, devem ser realizadas pela coordenação do curso em absoluta observância aos dispostos na presente resolução e a normatização referente a atividades complementares no âmbito da UFPI, emanada do CEPEX.

TÍTULO IV - DAS POSSIBILIDADES DE RECURSOS CONTRA A DECISÃO EMANADA NO ÂMBITO DA COORDENAÇÃO DO CURSO

Art. 12º - Eventuais recursos contra a decisão da Coordenação do curso deverão ser encaminhados em primeira instância ao Colegiado do Curso de Serviço Social, e, em instância superior, ao CEPEX desta IFES.

TÍTULO V - DAS ATRIBUIÇÕES DA COORDENAÇÃO DE CURSO

Art. 15º - São atribuições da Coordenação do Curso:

- a) Divulgar junto aos estudantes as normas e procedimentos para realização das atividades complementares, sua natureza e objetivos;
- b) Apreciar os requerimentos de consignação de créditos das atividades complementares, de acordo com presente resolução, bem como analisar a documentação apresentada;
- c) Divulgar, através de portaria, os resultados das análises dos processos de aproveitamento das atividades complementares para fins de consignação de créditos respeitando as diretrizes quanto aos prazos estabelecidos na presente normalização;
- d) Solicitar junto à DAA a consignação dos créditos ou lançar diretamente no Sistema Acadêmico essas informações ao final do processo de cada período letivo;
- e) Manter banco de informações sobre os/as alunos/as, por turma/ano, referentes às atividades complementares já consignadas, com respectiva carga horária;
- f) Presidir o processo de implementação e acompanhamento das atividades complementares no âmbito do curso de Serviço Social.

TÍTULO VI - DAS ATRIBUIÇÕES E RESPONSABILIDADES DISCENTES



Art. 16º - Cabe ao aluno(a) encaminhar requerimento à Coordenação do Curso de Serviço Social com a devida comprovação das atividades elencadas como complementares, para fins de consignação e integralização curricular até o início do último período letivo do curso;

Parágrafo Primeiro – O(a) aluno(a) eventual formando(a) que não encaminhar no período devido seu requerimento à Coordenação ou que seu processo não obtenha êxito com a consignação dos créditos necessários à integralização curricular, aguardará até a regularização desse impedimento para a conclusão de suas atividades como discente desta IFES.

Parágrafo Segundo - Só serão consideradas para efeito de integralização de créditos as atividades devidamente comprovadas.

Art. 17º - O(a) aluno(a) é responsável por quaisquer informações que preste quando da solicitação ou eventual recurso de decisão emanada da Coordenação, podendo vir a ser alvo de sanções em casos de adulterações de comprovantes ou declarações falsas, para as quais a Instituição encaminhará os eventuais casos para as providências cabíveis.

TÍTULO VII - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 18º - O eventual descumprimento das obrigações concernentes as atividades complementares ou mesmo o desrespeito aos prazos e diretrizes estabelecidas na presente resolução implicam em pendências impeditivas da integralização curricular.

Art. 19º - Fica eleito o Colegiado do Curso de Serviço Social como fórum para dirimir toda e qualquer dúvida não prevista na presente norma.

Art. 20º - A presente Resolução entrará em vigor a partir de sua aprovação nos colegiados competentes, revogando-se as disposições em contrário.

3.9 ATIVIDADES CURRICULARES DE EXTENSÃO (ACE)

Norteadas pela concepção de extensão popular, comunicativa e orientada para os processos de educação popular e emancipação humana, compreende-se que o processo de curricularização da extensão como essencial para potencializar a formação em Serviço Social e colocar os(as) estudantes em relação direta com a realidade, dinamizando a relação entre



teoria e prática (ABEPSS, 2021). Nessa direção, destaca-se a compreensão de extensão referenciada pela ABEPSS:

- Que se balize pelo método da educação popular pois coloca como ponto de partida à autonomia dos sujeitos e construção de alternativas junto com eles respeitando seus interesses;
- Que reafirme a atualidade do significado da relação profissional com os movimentos sociais redimensionando criticamente a formação e o perfil profissional fortalecendo os processos de renovação profissional;
- Que referencie práticas educacionais emancipadoras como forma de superar o enfoque de “difusão” atuando com maior inserção na realidade social e política brasileira (ABEPSS, 2021, p.22).

Balizada nesta compreensão, a curricularização da extensão proposta no atual Projeto Pedagógico do curso de Serviço Social da UFPI, tem como horizonte o fortalecimento dos princípios formativos contidos nas Diretrizes Curriculares, alinhados ao Projeto Ético-Político do Serviço Social brasileiro. Nessa perspectiva, foram formuladas diretrizes gerais para normatização das ACEs no referido curso.

DIRETRIZES GERAIS PARA NORMATIZAÇÃO DAS ATIVIDADES CURRICULARES DE EXTENSÃO NO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ

TÍTULO I – DA NATUREZA E DOS OBJETIVOS DAS ATIVIDADES CURRICULARES DE EXTENSÃO

Art. 1º - Considera-se como Atividades Curriculares de Extensão: programas, projetos, eventos, cursos de extensão e/ou prestação de serviços à comunidade.

Art. 2º - As ACEs têm como objetivos:

- I - Reafirmar a articulação da universidade com outros setores da sociedade, principalmente aqueles de vulnerabilidade social;
- II - Garantir a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão;
- III - Contribuir para a melhoria da qualidade da formação dos graduandos, voltada para a cidadania e o seu papel social;
- IV- Proporcionar a busca de novos objetos de investigação, e de inovação, bem como o desenvolvimento tecnológico e a transferência deste a partir do contato com os problemas das comunidades e sociedade;



V- Estabelecer a troca de conhecimentos, saberes e prática no campo das ciências, tecnologia, cultura, esporte e lazer.

TÍTULO II – DA CARGA HORÁRIA DAS ATIVIDADES CURRICULARES DE EXTENSÃO

Art. 3º - O Projeto Pedagógico do Curso de Serviço Social estabelece a carga horária mínima a ser cumprida como Atividades Curriculares de Extensão 315 horas, que corresponde a 10% da carga horária total do curso;

TÍTULO III - DO COORDENADOR DE EXTENSÃO DO CURSO DAS ATIVIDADES CURRICULARES DE EXTENSÃO

Art. 4º - Compete ao Coordenador de Extensão do curso de Serviço Social:

- I - Eleger, em reunião com os docentes e técnico - administrativos do curso, o Coordenador e o Coordenador adjunto da atividade de extensão a ser obrigatoriamente ofertada no semestre seguinte;
- II - Supervisionar o encaminhamento à PREXC do cadastro das propostas de ACEs e dos seus respectivos relatórios semestrais e finais;
- III - Acompanhar e orientar a inscrição dos(as) discentes do curso nas ACEs;
- IV - Fazer levantamento semestralmente de demandas dos(as) discentes do curso na participação das ACEs e propor, junto com os(as) docentes do curso, alternativas de atendimento às referidas demandas;
- V – Analisar e validar as atividades de extensão a serem integralizadas no currículo como ACEs, em articulação com a Coordenação do Curso de Serviço Social;

TÍTULO IV – DA INTEGRALIZAÇÃO DA CARGA HORÁRIA DAS ATIVIDADES CURRICULARES DE EXTENSÃO

Art. 5º - As atividades de extensão a serem aproveitadas para fins de integralização do currículo como ACE deverão:

- I - Envolver diretamente comunidades externas à universidade como público;
- II - Estar vinculadas à formação do(a) estudante;

III - Ser realizadas presencialmente;

IV - Atender as especificidades do curso de Serviço Social e áreas afins.

V – Ter sido realizadas no período regular do curso de Serviço Social do(a) estudante solicitante;

Art. 6º - A creditação das horas de extensão será realizada através do módulo de extensão no SIGAA;

Art. 7º - Só serão consideradas para efeito de integralização de créditos como ACE as atividades de extensão devidamente comprovadas;

Art. 8º - Podem ser creditadas como ACE as atividades de extensão realizadas em outros cursos, departamentos, unidades ou instituições, desde que atendam ao disposto no artigo 5º;

Art. 9º - É vedada a duplicidade de aproveitamento de carga horária em outras modalidades, como no caso das Atividades Complementares;

Art. 10º - A análise e validação das atividades de extensão, devem ser realizadas pela coordenação de extensão do curso em absoluta observância aos dispostos neste PPC e a normatização referente as ACEs no âmbito da UFPI;

Art. 11º - É dever do(a) discente cadastrar os seus certificados no módulo de extensão do SIGAA para fins de consignação das 315 horas de ACE, que precisam ser integralizadas até a conclusão do curso;

TÍTULO V - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 12º - Os casos omissos do presente regulamento serão resolvidos pelo Departamento de Serviço Social, Núcleo Docente Estruturante e/ou Colegiado do Curso de Serviço Social, no que comportar, conforme o regimento da UFPI e resoluções específicas.

3.10 MATRIZ CURRICULAR

Quadro 10 – Matriz curricular do curso de bacharelado em Serviço Social da UFPI

BLOCO	CÓDIGO	DISCIPLINAS	CH	Créditos	Pré-requisito
1º	NOVO CÓDIGO	Seminário de introdução à formação em Serviço Social	15	1.0.0	
	DFI0438	Introdução à Filosofia	60	4.0.0	
	NOVO CÓDIGO	Economia Política	60	4.0.0	

	NOVO CÓDIGO	Introdução à metodologia científica	60	4.0.0	
	NOVO CÓDIGO	Iniciação à Política	60	4.0.0	
	NOVO CÓDIGO	Iniciação Sociológica	60	4.0.0	
	NOVO CÓDIGO	Introdução ao Serviço Social	30	1.1.0	
		TOTAL	345		
BLOCO	CÓDIGO	DISCIPLINAS	CH	Créditos	Pré-requisito
2º	NOVO CÓDIGO	Seminário temático I	60	4.0.0	
	NOVO CÓDIGO	Fundamentos históricos e teórico-metodológicos do serviço social I	60	4.0.0	
	NOVO CÓDIGO	Iniciação antropológica	60	4.0.0	
	NOVO CÓDIGO	Política social I	60	4.0.0	
	NOVO CÓDIGO	Questão social no Brasil	60	3.1.0	
	DGH0092	Formação sócio-histórica do Nordeste e do Piauí	60	4.0.0	
		TOTAL	360		
BLOCO	CÓDIGO	DISCIPLINAS	CH	Créditos	Pré-requisito
3º	NOVO CÓDIGO	Processo de trabalho do Serviço Social I	60	3.1.0	
	NOVO CÓDIGO	Fundamentos Históricos e Teórico-Metodológicos do Serviço Social II	60	4.0.0	Fundamentos Históricos e Teórico-Metodológicos do Serviço Social I
	NOVO CÓDIGO	Psicologia social	60	4.0.0	
	NOVO CÓDIGO	Seminário temático II	60	4.0.0	
	NOVO CÓDIGO	Política social II	60	4.0.0	Política Social I
	NOVO CÓDIGO	Direitos sociais e cidadania	60	4.0.0	
		TOTAL	360		
BLOCO	CÓDIGO	DISCIPLINAS	CH	Créditos	Pré-requisito
4º	NOVO CÓDIGO	Fundamentos Históricos e Teórico-Metodológicos do Serviço Social III	60	4.0.0	Fundamentos Históricos e Teórico-Metodológicos do Serviço Social II
	NOVO CÓDIGO	Processo de trabalho do Serviço Social II	60	3.1.0	Processo de trabalho I
	NOVO CÓDIGO	Gestão e planejamento de políticas públicas e serviços sociais	60	4.0.0	
	NOVO CÓDIGO	Fundamentos éticos e ética profissional	60	4.0.0	
	NOVO CÓDIGO	Sociedade civil e movimentos sociais	60	3.1.0	
	NOVO CÓDIGO	Política Social III	60	4.0.0	Política Social I

		TOTAL	360		
BLOCO	CÓDIGO	DISCIPLINAS	CH	Créditos	Pré-requisito
5º	NOVO CÓDIGO	Processo de trabalho do Serviço Social III	60	3.1.0	Processo de trabalho I
	NOVO CÓDIGO	Optativa	60	4.0.0	
	NOVO CÓDIGO	Pesquisa social I	60	4.0.0	
	NOVO CÓDIGO	Avaliação de políticas públicas e projetos sociais	60	3.1.0	
	NOVO CÓDIGO	Diversidades e desigualdades de gênero, raça/etnia e de classe	60	4.0.0	
			TOTAL	300	
BLOCO	CÓDIGO	DISCIPLINAS	CH	Créditos	Pré-requisito
6º	NOVO CÓDIGO	Estágio Supervisionado Obrigatório em Serviço Social I	225	0.0.15	Processo de Trabalho do Serviço Social III; Fundamentos éticos e ética profissional; Avaliação de políticas públicas e projetos sociais
	NOVO CÓDIGO	Seminário de prática I	30	0.2.0	Co-requisito com estágio obrigatório em Serviço Social I
	NOVO CÓDIGO	Instrumentalidade do Serviço Social I	15	0.1.0	Co-requisito com estágio obrigatório em Serviço Social I
	NOVO CÓDIGO	Pesquisa social II	60	4.0.0	Pesquisa social I
			TOTAL	330	
BLOCO	CÓDIGO	DISCIPLINAS	CH	Créditos	Pré-requisito
7º	NOVO CÓDIGO	Seminário de prática II	30	0.2.0	Co-requisito com estágio obrigatório em Serviço Social II
	NOVO CÓDIGO	Instrumentalidade do Serviço Social II	15	0.1.0	Co-requisito com estágio obrigatório em Serviço Social II
	NOVO CÓDIGO	Estágio Supervisionado Obrigatório em Serviço Social II	225	0.0.15	Estágio Supervisionado Obrigatório em Serviço Social I
	NOVO CÓDIGO	Pesquisa Social III	75	1.3.1	Pesquisa Social II
			TOTAL	345	

BLOCO	CÓDIGO	DISCIPLINAS	CH	Créditos	Pré-requisito
8º	NOVO CÓDIGO	Trabalho de Conclusão de Curso	195	1.10.2	Pesquisa Social III
	NOVO CÓDIGO	Optativa	60	4.0.0	
		TOTAL	255		
CARGA HORÁRIA			2.655h		
ATIVIDADES COMPLEMENTARES			120 h		
ATIVIDADES CURRICULARES DE EXTENSÃO			315 h		
CARGA HORÁRIA TOTAL DO CURSO			3.090 h		

Fonte: Própria

4 POLÍTICAS INSTITUCIONAIS

4.1 POLÍTICAS INSTITUCIONAIS DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

A indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão é um ideário universitário, sendo princípio da UFPI (PDI UFPI, 2020) e eixo balizador da presente proposta curricular, tendo no âmbito do curso de Serviço Social muitas inserções promissoras que dão conta do esforço de integrar essas atividades, seja pela inserção dos(as) discentes em núcleos, diretórios, programas especiais, como o PET, o PIBIC/ ICV e em programas e projetos de extensão.

Essa indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão é fundamental quando se tem como propósito uma formação que ultrapasse as fronteiras geralmente livrescas (ou de reprodução de cópias), do processo de ensino e que oportunize a produção do conhecimento, pela via da pesquisa e do contato e intervenção junto às comunidades, grupos, movimentos e organizações sociais etc. A vivência, as experiências reais no mundo da vida e dos problemas sociais habilitam o(a) discente a alargar os horizontes de preocupações e intervenção de forma a ampliar as possibilidades de romper com uma lógica pragmática, reiterativa e pouco crítica.

4.1.1 A Iniciação Científica

Há muito consolidado no âmbito do CNPq e da UFPI, o Programa de Iniciação Científica (PIBIC) já envolve parte significativa de docentes e discentes do curso e já contou inclusive com projetos premiados na área de atuação dado a qualidade e acuidade com que foram desenvolvidos¹².

Com um corpo docente na totalidade de doutores(as), o Departamento de Serviço Social tem uma grande quantidade de professores(as) que desenvolvem pesquisas (por vezes mais de uma), envolvendo, por conseguinte, alunos(as) em suas atividades. Além da inserção dos(as) docentes em programas de mestrado e doutorado que possibilitam o desenvolvimento de pesquisas conjuntas e em articulação da graduação com a pós-graduação.

4.1.2 Os núcleos e diretórios de pesquisa

As pesquisas estão, em geral, ligadas a núcleos e diretórios de pesquisa do CNPq, certificados pela UFPI. Embora muitos núcleos e diretórios não passem de estruturas formais com pouca expressividade no plano acadêmico para além de projetos individuais de pesquisa que agregam os interesses particulares de docentes coordenadores e seu grupo de orientandos, alguns ensaiam inserções mais comprometidas com a pulsação do debate no âmbito de suas temáticas e áreas de interesse.

Assim, nessa proposição pedagógica entendemos ser indispensável o estímulo à criação e/ou fortalecimento de núcleos como os já existentes (Núcleo de Pesquisa sobre Criança e adolescentes – NUPEC; Núcleo de Pesquisa Estado e Políticas Públicas; Núcleo de Estudos, Pesquisa e Extensão Universitária para a Terceira Idade - NUPEUTI/PTIA; Núcleo de Pesquisa sobre Família e Gerações – FAMGER; Núcleo de Pesquisa sobre Gênero e Desenvolvimento – ENGENDRE; Núcleo de Pesquisa Formação, Educação, Trabalho, Desigualdade Social e Políticas Públicas; Núcleo de Estudos e Pesquisa sobre Sociedade,

¹² No âmbito da iniciação científica, situamos o PIBIC e o Programa de Iniciação Científica Voluntária (ICV), que, em geral, vem recebendo significativa quantidade de alunas/os de Serviço Social em face das cotas de bolsas para o PIBIC (seja do CNPq ou da UFPI) não serem suficientes para dar conta da quantidade de projetos e alunos candidatos a bolsas interessados em inserções em pesquisas propostas por seus docentes.



Direitos e Políticas Públicas – NUSDIPP, dentre outros¹³), e os vários de diretórios de pesquisa, de forma a que, cada vez mais, consubstanciem-se em espaços abertos aos alunos de graduação gerando, portanto, a possibilidade de outras práticas e contato com o debate contemporâneo no tocante a suas temáticas específicas.

Os núcleos e diretórios, por suas características de articular professores pesquisadores e alunos por áreas de interesse e não por lotação departamental ou Programa específico de Pós-graduação, podem oferecer amplas possibilidades de fortalecimento de parcerias e de contatos para fora do espaço restrito do curso, ou seja, permite uma circulação e uma mobilidade intra-universidade para além do espaço específico de formação do curso, de grande valia para o alargamento dos debates e ampliação dos horizontes de pesquisa, de forma a abrir possibilidades para uma efetiva experiência interdisciplinar e mesmo interinstitucional.

Os núcleos e diretórios de pesquisa são de grande relevância também por propiciarem maiores condições e proximidade dos(as) estudantes ao universo dos eventos acadêmicos (Congressos, Seminários, Jornadas Científicas, Encontros Nacionais). Faz-se, portanto de grande relevância o estímulo à participação nos eventos em geral da profissão (Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais - CBAS, Encontro Nacional de Pesquisa em Serviço Social - ENPESS, Jornada Internacional de Políticas Públicas - JOINPP, reuniões e eventos em geral da ABEPSS, do CRESS, do CFESS, instituições públicas estaduais locais, entre outros) e das entidades organizativas dos(as) estudantes (CA, ENESSO), de forma aos(as) discentes integrem-se, cada vez mais, aos processos, debates e deliberações nacionais ou mesmo internacionais, buscando romper com o isolamento, com a apatia, abrindo campo para o compromisso mais aberto de nossa escola com os rumos que tomam a formação e a profissão de Serviço Social, em particular, fortalecendo o viés investigativo que deve portar o profissional que formamos e o intercâmbio acadêmico no mundo globalizado.

O curso de Serviço Social da UFPI tem um histórico de desenvolvimento de atividades de extensão, tais como programas, projetos, eventos e cursos, que possibilitam a articulação da formação acadêmica com a comunidade externa. Dentre os vários programas e projetos de extensão desenvolvidos ao longo dos anos, destacam-se: Programa de extensão universitária para pessoas idosas (PTIA); Feira Agroecológica e Cultural; Programa de Ações

¹³ Necessário evidenciar a participação de docentes do Departamento de Serviço Social em Núcleos e Grupos de Pesquisa de outros cursos, centros e IES, consolidando a articulação interdepartamental e interinstitucional. Esse é o caso do Núcleo de Estudos em Saúde Públicas (NESP), vinculado ao Centro de Ciências e Saúde da UFPI, que é composto por docentes dos cursos de saúde e, além de contar com a participação de professoras do DSS, e que desde o ano de 2019 tem como gerente / coordenadora a professora Lúcia da Silva Vilarinho, do DSS.



Integradas de Promoção e Defesa de Direitos Humanos, Sociais e Cidadania (PRAIDIH); Programa Memória do Serviço Social no Piauí; Projeto de Extensão Questão Social e Atenção Especializada em Saúde nas Causas Externas; Projeto Participação e Controle Social na Saúde Mental; Diálogos e Vivências com o SUAS em Tempos de COVID-19; dentre outros.

Dentre os diversos eventos de extensão desenvolvidos pelo curso ao longo dos anos, cabe ressaltar a Jornada Científica de Serviço Social da UFPI, que vem sendo organizada pela coordenação de curso, com apoio de docentes e discentes e que conta com a participação de estudantes, pesquisadores e assistentes sociais do Piauí e de outros Estados.

Merece destaque também o Simpósio Internacional sobre Estado Sociedade e Políticas Públicas, promovido pelo Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da UFPI, que é articulado ao Departamento de Serviço Social, realizado a cada dois anos, já fazendo parte da agenda científica da área como importante evento internacional.

4.1.3 O Programa de Educação Tutorial – PET

Criado pelo MEC (Secretaria de Educação Superior), o Programa de Educação Tutorial (PET) foi oficialmente instituído pela Lei 11.180/2005 e regulamentado pelas Portarias do MEC nº 3.385/2005, nº 1.632/2006 e nº 1.046/2007. O PET é direcionado a alunos regularmente matriculados em cursos de graduação, que se organizam em grupos, com tutoria de um(a) docente, objetivando fomentar o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão e garantir uma formação de excelência.

O PET Serviço Social foi fundado em 2011 e conta com a inserção de um grupo considerável de estudantes em suas atividades, acompanhados por professor (tutor) do Departamento de Serviço Social. Trata-se de um dos Programas que fortalece a diversificação das atividades complementares do curso.

Os(as) discentes do curso de Serviço Social da UFPI podem ainda participar de outros Programas de Educação Tutorial existentes, como o “PET Integração: ação integrada em educação, cidadania e inclusão social”, que conta com a participação de estudantes dos cursos de Serviço Social, Direito, Nutrição, Pedagogia e Ciência da Computação.

Destaca-se também a participação de alunos(as) do curso no “PET Saúde interprofissional”, que conta estudantes de Medicina, Enfermagem, Odontologia, Farmácia, Serviço Social, Nutrição e Educação Física, tendo sido lançado pelo Ministério da Saúde, como fomento e organização das ações de integração ensino de graduação-serviço

comunidade nos territórios de saúde, para fortalecer o movimento de mudança da formação de graduação em saúde, aproximando do Sistema Único de Saúde (SUS).

4.1.4 O Programa de Extensão Universitária para Pessoas Idosas - PTIA

O Programa de extensão universitária para pessoas idosas (PTIA), implementado pela Universidade Federal do Piauí (UFPI), sob a condução de professores do DSS¹⁴, foi criado como uma proposta de educação permanente da pessoa idosa à semelhança das Universidades Abertas para a Terceira Idade (UNATIs), que proliferaram no Brasil, sobretudo a partir da década de 1990 do século XX. O Programa é vinculado ao Núcleo de Estudos, Pesquisa e Extensão Universitária para a Terceira Idade (NUPEUTI), e, conforme Silva (2012, p.169), “tem se constituído um espaço fecundo de troca de saberes e de construção coletiva de conhecimentos a respeito da experiência de vida e das aspirações da população idosa na realidade piauiense”.

[...] Como programa de educação permanente, congrega diferentes áreas do conhecimento e da atividade docente na UFPI, entre elas o Serviço Social na qual se assenta a iniciativa da sua criação como campo de conhecimento, formação e intervenção profissional, buscando-se a necessária interface com outros ramos acadêmicos, na perspectiva da interdisciplinaridade no trato das questões que cercam o processo do envelhecimento. As ações do programa envolvem a realização de cursos de extensão ministrados semestralmente pelos docentes da UFPI e por profissionais voluntários, tendo por objetivo proporcionar aos idosos a ampliação de conhecimentos e habilidades que lhes permitam envelhecer com cidadania (SILVA, 2012, p. 169).

O PTIA consiste, portanto em um espaço de ampla interação ensino-pesquisa e extensão, articulando e favorecendo a intergeracionalidade a partir do entrosamento entre os alunos do Programa e os da graduação em Serviço Social. Como assevera Silva (2012), essa relação ocorre principalmente através de monitoria nos cursos de extensão do Programa, com a participação dos graduandos; do engajamento dos alunos em experiências de pesquisa através do PIBIC; de projetos de monografia de conclusão do curso e experiências de estágio.

4.2 A RELAÇÃO DA GRADUAÇÃO COM A PÓS-GRADUAÇÃO

¹⁴ Embora envolva professores de outros departamentos, o PTIA sempre foi um espaço de pesquisa e extensão voltado para a população idosa sob a coordenação de professores do DSS.



Embora a relação da graduação em Serviço Social com a pós-graduação passe fundamentalmente pela discussão que já foi posta no presente projeto nas seções que antecedem a esta, especialmente no que tange à pesquisa e a constituição de núcleos ediretórios, convém conferir a ela uma atenção particular, já que a pós-graduação tem sido um dos espaços abertos pelos(as) docentes de Serviço Social nos últimos anos.

Tendo realizado amplo investimento na capacitação de seu corpo docente desde meados dos anos 1990¹⁵, o DSS tem hoje todos os(as) seus professores(as) com doutorado e já grande parte com estudos pós-doutorais, além de 92% dos(as) docentes integrarem programas de pós-graduação da UFPI (Políticas Públicas e Sociologia),¹⁶ conforme atesta o quadro 11.

O Departamento de Serviço Social foi um dos pioneiros no âmbito do CCHL a investir na pós-graduação, iniciando, junto com docentes do Departamento de Ciências Sociais, o primeiro mestrado do CCHL. O Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, que atualmente oferta turmas de mestrado e doutorado, possui 21 anos de existência. Além disso, alguns professores do Departamento de Serviço Social têm investido no fortalecimento de outro Programa de Pós-Graduação na UFPI, o de Sociologia.

Essa incursão pela pós-graduação (e, por conseguinte, em linhas de pesquisa) tem rebatido diretamente na graduação, já que alunos da Pós-graduação realizam seus estágios de docência na graduação, ministram palestras, participam de núcleos e diretórios, entre outros, interagindo de modo geral no mesmo espaço de trabalho, de forma que muitos são os aspectos da comunicação entre o mundo da graduação e da pós, em especial, o incentivo que, de forma direta e indireta, os graduandos recebem para continuar o processo de formação após a graduação. Isso pode ser constatado com o significado ingresso de egressos do curso de Serviço Social em turmas de mestrado e doutorado no âmbito da própria UFPI e em outras IES ao longo dos anos.

Quadro 11 - Docentes do Departamento de Serviço Social com inserções em programas de pós-graduação – 2023

Nº	NOME DO DOCENTE	TITULAÇÃO	PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO
			PERMANENTE

¹⁵ O relatório ENADE (2010) quanto ao Curso de Serviço Social da UFPI aponta que 100% dos estudantes consideram que todos ou maior parte dos professores demonstram domínio do conteúdo das disciplinas.

¹⁶ Convém ainda observar que alguns dos docentes integram dois programas ao mesmo tempo, sem qualquer desmerecimento para com a graduação, embora isso venha gerando significativa sobrecarga de trabalho.

01	Edna Maria Goulart Joazeiro	Doutorado	Políticas Públicas
02	Guiomar de Oliveira Passos	Doutorado	Políticas Públicas
03	Iracilda Alves Braga	Doutorado	Políticas Públicas
04	Lila Cristina Xavier Luz	Doutorado	Sociologia
05	Lúcia Cristina dos Santos Rosa	Doutorado	Políticas Públicas
06	Lúcia da Silva Vilarinho	Doutorado	Políticas Públicas
07	Masilene Rocha Viana	Doutorado	Políticas Públicas e Sociologia
08	Rita de Cássia Cronemberger Sobral	Doutorado	Sociologia
09	Rosilene Marques Sobrinho de França	Doutorado	Políticas Públicas
10	Solange Maria Teixeira	Doutorado	Políticas Públicas
11	Sofia Laurentino Barbosa Pereira	Doutorado	Políticas Públicas
12	Teresa Cristina Moura Costa	Doutorado	Políticas Públicas
13	Mauricéia Lígia Neves da Costa Carneiro	Doutorado	Serviço Social

Fonte: Própria

4.3 APOIO AO DISCENTE

A Pro-reitoria de Assuntos Estudantis e Comunitários (PRAEC) da Universidade Federal do Piauí oferece gratuitamente ao conjunto dos(as) discentes uma série de ações, serviços e benefícios que visam assegurar a permanência e inclusão dos alunos. Tais ações são desenvolvidas pelo Serviço Pedagógico (SEPE), Núcleo de Acessibilidade (NAU), ligados a PRAEC. Destacam-se as ações ligadas à alimentação, moradia, transporte, inclusão digital, lazer, cultura, esporte, além de saúde, atendimento psicopedagógico e social, médico e odontológico. Além disso, são ofertados vários tipos de acompanhamento à comunidade universitária, dentre eles: Serviço Pedagógico, Serviço Social, Serviço Pedagógico, Serviço Odontológico e Serviço Apoio à Amamentação.

Quadro 12 – Benefícios oferecidos pela PRAEC/UFPI

Benefício	Descrição
Bolsa de apoio estudantil (BAE)	Auxílio financeiro no valor de R\$ 400,00 mensais, concedido a estudantes de baixa renda;
Isenção da taxa de	Isenção do valor cobrado para acesso aos Restaurantes

alimentação (ITA)	Universitários, concedido a estudantes de baixa renda;
Auxílio creche (AC)	Auxílio financeiro no valor de R\$ 400,00 mensais concedido a estudantes com baixa renda familiar que sejam pais ou mães de crianças de até 3 anos e onze meses de idade;
Auxílio residência (AR)	Benefício em pecúnia destinado a estudantes em vulnerabilidade socioeconômica, oriundos de outros municípios e/os Estados e que não possuam familiares diretos ou responsáveis legais residentes no município onde está localizado o Campus;
Residência universitária (REU)	Moradia para estudante com baixa renda familiar oriundos de outros municípios ou Estados, fora do Campus sede da UFPI onde o mesmo está matriculado;
Bolsa de incentivo às atividades socioculturais e esportivas (BIASE)	Benefício em pecúnia concedido ao estudante em situação de vulnerabilidade socioeconômica com o objetivo de contribuir com as ações afirmativas e sociais no âmbito da universidade;
Bolsa de Inclusão Social (BINCS)	Auxílio financeiro de valor correspondente a R\$ 400,00 destinado ao estudante regularmente matriculado na UFPI que presta auxílio acadêmico a estudante com necessidade educacional especial (NEE) desta Instituição;
Apoio à participação em eventos científicos (APEC)	Ajuda de custo para auxiliar nas despesas relativas à participação do estudante em eventos acadêmicos fora do Campus onde cursa a graduação
Kit odontológico	Kit composto por 40 itens permanentes (instrumentos odontológicos) essenciais às disciplinas práticas do curso de odontologia
Kit lupas manuais	O kit de lupas manuais é um conjunto de lupas que potencializa o desempenho acadêmico de estudantes com baixa visão, auxiliando-os no processo de leitura
Auxílio emergencial (AE)	Benefício em pecúnia, concedido pelo período máximo de 03 (três) meses, em caráter emergencial, a estudante em situação de extrema vulnerabilidade socioeconômica e/ou presença de agravantes sociais
Recurso de tecnologia Assistiva	Benefício não pecuniário, que consiste em ceder em regime de conduto, gravadores de voz e/ou outros recursos descritos em edital, aos estudantes com deficiência

Fonte: PRAEC / UFPI

A coordenação do curso de Serviço Social também realiza atividades que contribuem para que o aluno permaneça no curso, entre as quais destacam-se:

- A Semana da/o Caloura/o realizada em conjunto com o Centro Acadêmico de Serviço Social e o PET Serviço Social com o objetivo de aproximar os alunos da concepção do curso, universidade, docentes, demais discentes, rotinas acadêmicas e programas e projetos desenvolvidos pelo corpo docente;

- A Jornada Científica de Serviço Social, realizada desde 2007 com a participação da coordenação, docentes e discentes do curso com o objetivo de discutir temáticas importantes para a formação acadêmico-profissional assim como estimular a produção científica das/os discentes;

- A consulta junto ao corpo discente sobre a oferta do Tópico Especial para o semestre subsequente, quando da organização da oferta dos componentes curriculares;

- Reuniões com as/os discentes sempre que necessário para discutir alguma problemática a ser resolvida para o andamento do curso;

- Estímulo a participação das/os discentes nos programas de extensão, nos PET's, núcleos e grupos de pesquisa, programas de iniciação científica, eventos de natureza científica, monitoria e atividades do Programa de Pós-graduação de Políticas Públicas;

- Alimentação contínua de canais de comunicação como o Instagram e Fórum do Curso/SIGAA com informações e orientações sobre os editais abertos, estágios, matrícula, calendário acadêmico, entre outras.

5 METODOLOGIA E SISTEMÁTICA DE AVALIAÇÃO

5.1 O PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM

Nos marcos deste Projeto Pedagógico o processo ensino-aprendizagem é compreendido como experiência intersubjetiva, a qual tem no(a) docente e no(a) discente(a) atores prioritários de trocas de conhecimento. É na interação do meio acadêmico com o(a) educador(a), principalmente, e com os seus pares que o(a) aluno(a) construirá conhecimentos e experiências as quais passarão a compor a sua formação subjetiva e profissional, delineando também as competências e habilidades necessárias ao exercício profissional.

É pela via do processo de ensino-aprendizagem que o(a) discente apreende as competências e habilidades necessárias ao exercício profissional interagindo com o educador, seja nos espaços formais de ensino seja em atividades e lugares fora da Universidade. Deve obedecer a uma lógica, que pressupõe definição, desenvolvimento de atividades, acompanhamento e avaliação, visando a concretude do processo de ensinar-aprender.

Nesse sentido, o processo de ensino-aprendizagem deve instrumentalizar o(a) aluno(a) para responder aos novos desafios postos pela questão social, que evidencia o redesenho das exigências teórico-metodológicas, teórico-políticas e técnico-operativas do



Serviço Social, bem como os desafios postos aos sujeitos no contexto da sociedade complexa em que estão situados. Assim, no ambiente da formação, embora docente e discente encontrem-se partilhando a construção dos princípios e objetivos constantes deste Projeto, nesse processo metodológico e do ponto de vista didático, detêm especificidades nos papéis desempenhados.

O modo como o currículo de Serviço Social está organizado, já pressupõe um papel importante ao aluno, no que refere à capacidade de ser sujeito do seu processo de formação, mediante uma inserção ativa em todas as dimensões da vida acadêmica. Portanto, o(a) discente deve assumir uma postura investigativa sobre a realidade, ter curiosidade, capacidade de trabalhar em grupo, autonomia para escolher as atividades que lhe permitam ampliar e consolidar a construção de um conhecimento crítico. Para que o(a) discente assuma essa condição, faz-se importante também que o(a) professor(a) incorpore uma concepção de prática docente que respeite o(a) aluno(a) como “usuário(a)” de seus serviços e portador de direitos, com relativa autonomia para constituir-se como ativo construtor do processo ensino-aprendizagem, e do ambiente de sua formação.

Nesse processo, o(a) professor(a) deve ser capaz de problematizar a realidade, por meio de recursos a saberes éticos-políticos, técnico-operativos e teórico-metodológicos, proporcionando reflexões que fundamentem a compreensão da realidade social na qual o assistente social irá desenvolver seu trabalho. Considerando a natureza interventiva da profissão de Assistente Social, esses saberes assumem importância significativa uma vez que o aluno é um sujeito social em processo de formação. Portanto, durante o processo de formação, o(a) professor(a) deve recorrer a metodologias de ensino que lhe permita mediar conhecimentos, com vistas a uma formação profissional que atenda aos objetivos previstos no presente currículo.

Por fim, no ambiente da formação profissional, cabe ao(a) docente, também, a luta pela garantia e permanência de uma educação de qualidade, pois sem ela não lhe será possível mediar conhecimento, muito menos construir práticas pedagógicas considerando as diversidades presentes na universidade. Assim, ao planejar as atividades o(a) professor(a) deve considerar o contexto em que os alunos estão inseridos, suas linguagens, seus modos de vidas e os modos de vida das comunidades nas quais irão intervir, sempre cultivando o respeito aos interesses da população usuária de seus serviços.

5.1.1 Avaliação da aprendizagem



A avaliação contínua e permanente é requisito fundamental para a efetiva realização de um processo de ensino-aprendizagem competente e que atenda aos objetivos traçados. Trata-se de processo que exige atenção focada no cotidiano das atividades pedagógicas (o dia a dia da sala de aula e dos outros espaços onde se darão as atividades de ensino-aprendizagem) e no conjunto das questões que remetem a uma visão mais integrada das distintas práticas (o processo pedagógico como um todo).

A avaliação do processo de ensino-aprendizagem dar-se-á, em geral, a partir dos mecanismos e instrumentos usuais, tais como provas escritas¹⁷, seminários, trabalhos grupais, produção de relatórios de trabalho de campo, projetos de intervenção ou de pesquisa, análises institucionais, produção de textos – em geral artigos, resenhas, fichamentos, entre outros e obedece a regulamentação específica definida pelo CEPEX/UFPI¹⁸, devendo as mesmas já serem incluídas no plano de curso e distribuída entre as unidades, de forma a garantir avaliações por formas diversificadas e de conhecimento antecipado para o alunado. Associado a esses formatos usuais de avaliação, o(a) professor(a) deve valorizar a observação da participação e o comprometimento dos alunos nas atividades em sala de aula (ou fora dela), na leitura e discussão dos textos, na frequência e pontualidade.

Convém destacar a contribuição dos(as) alunos(as)-monitores nos processos de avaliação e acompanhamento de algumas disciplinas, que vem qualificando esse processo e gerando melhor desempenho do conjunto dos(as) discentes nas disciplinas que têm esse monitoramento.

Além das avaliações de desempenho acadêmico realizado no cotidiano da sala de aula, o curso de Serviço Social também é avaliado pelo Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE), tendo recebido nota máxima (5,0) no último exame realizado em 2016.

5.2 AVALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO PROCESSO PEDAGÓGICO DO CURSO

A avaliação, como componente do planejamento curricular é compreendida como um processo sistemático de acompanhamento e análise do efetivo e satisfatório cumprimento das

¹⁷ Pela natureza do curso, recomenda-se a prática de provas de caráter mais discursivo e como forma de incentivar a escritura de textos, prática importante e usual no universo do trabalho do assistente social.

¹⁸ Referimo-nos especificamente à norma de regulamentação dos cursos de graduação da UFPI, aprovada em 2012 na parte concernente a avaliação da aprendizagem e assiduidade (Título VIII) da referida Norma.



diretrizes curriculares. Pela via da avaliação e do monitoramento da implementação do projeto pedagógico do curso devemos ser capazes de conhecer, de forma contextualizada, todas as dimensões do processo, além dos efeitos, as implicações das práticas educativas, administrativas e pedagógicas, de forma a estimular o aprimoramento, tendo por finalidade o autoconhecimento e o levantamento de subsídios para a tomada de decisões e, eventuais alterações de rota.

O projeto pedagógico ora proposto, como um instrumento de gestão, orientará todo o processo de decisão acadêmica da Coordenação do Curso de Serviço Social. Nele estão contidas as orientações mais gerais para o curso explicitadas nos pressupostos, princípios, competências e habilidades dos profissionais que se pretende formar, além das demandas que se pretende atender. Em suma, com o processo de acompanhamento e avaliação objetiva-se:

- Levantar e sistematizar informações para o processo de tomada de decisão quanto ao currículo;
- Aprimorar o processo de implementação, fornecendo bases para o planejamento do processo;
- Acompanhar o “estado da arte” da implantação e implementação, seja ouvindo os atores envolvidos no processo, seja analisando os planos de curso, seja ainda acompanhando a rotina institucional nas suas mais variadas formas;
- Verificar se os pressupostos e objetivos em que se baseia o currículo estão sendo atingidos;
- Assegurar a construção de uma perceptiva quanto aos resultados alcançados.

O processo de avaliação e acompanhamento será conduzido pelo Núcleo Docente Estruturante (NDE), que definirá oportunamente as condições de sua efetivação e a periodicidade em que desenvolverá, de forma mais concreta suas ferramentas e instrumentos de avaliação, como oficinas, incursões exploratórias com os atores do processo, análises documentais (monitoramento dos programas), aplicação de questionários, entre outras possibilidades, de forma a realizar diagnósticos regulares do processo que mapeiem o contexto institucional e acadêmico de execução do projeto, destacando e atualizando, o perfil dos alunos, dos(as) docentes, a realidade social e o mercado de trabalho para a profissão.

Tal gerenciamento do processo visa assegurar o desenvolvimento e aperfeiçoamento contínuo da proposta de projeto pedagógico, realizar levantamento de indicadores para a correção das distorções ou incorreções no desenvolvimento das ações, evitando os possíveis



desvios/distorções durante a execução da proposta e, ainda a identificação dos sucessos, os pontos fortes da proposta.

Serão priorizadas as metodologias emancipatórias de avaliação, centradas na participação intensiva dos diferentes atores sociais implicados no processo, sobretudo, alunos, docentes e supervisores de campo. Desse modo, a inclusão, o diálogo, a consulta aos sujeitos envolvidos serão condutas regulares no acompanhamento do curso, embora seja o NDE e o Colegiado, as instâncias por onde passam formalmente os debates e, no último caso, a deliberação sobre eventuais mudanças ou mudanças de rota.

O NDE permanecerá com a atribuição de acompanhar e avaliar a implantação e implementação das diretrizes aqui apontadas, encarregando-se de elaborar um plano de trabalho em que explicitará as estratégias para subsidiar a discussão do coletivo do Departamento de Serviço Social, emitindo pareceres.

6 EMENTÁRIO E BIBLIOGRAFIA

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código (quando houver)	Tipo	Departamento de Serviço Social
SEMINÁRIO DE INTRODUÇÃO À FORMAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL	NOVO CÓDIGO	Obrigatória	
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s): -	
1.0.0	15h		
EMENTA: Noções básicas do Bacharelado em Serviço Social. O projeto político pedagógico do curso: concepções do processo de formação, competências, habilidades e grade curricular. A organização institucional da UFPI: dinâmicas, normativas, serviços institucionais e colegiados. A articulação entre ensino, pesquisa e extensão.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
ABEPSS. Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. Diretrizes gerais para o curso de Serviço Social: com base no currículo mínimo aprovado em assembleia geral extraordinária de 8 de novembro de 1996. Rio de Janeiro: ABEPSS, 1996.			
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ. Projeto Pedagógico do Curso de Serviço Social. Teresina: 2022. <i>mimeo.</i>			
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ. Regimento Geral da UFPI. Disponível em: < http://www.ufpi.br/arquivos/File/estatutos_e_regimentos/regimento_geral_ufpi.pdf >. Acesso em 13.out.2022			

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ. **Resolução CEPEX nº177/2012 e alterações.** Estabelece o regulamento geral da graduação da UFPI. Disponível em: <https://ufpi.br/arquivos_download/arquivos/PREG/resolucoes_preg> Acesso em 01 out. 2021.
BRASIL. **Lei nº 8.662**, de 7 de junho de 1993, que regulamenta a profissão de Assistente Social. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/pdf/legislacao_lei_8662.pdf>. Acesso em 08.set.2013.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília: 1988.
BRASIL. Lei de diretrizes e bases da educação nacional. **Lei nº 9.394** de 20 de dezembro de 1996.
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Câmara de Educação Superior. **Diretrizes Curriculares para os Cursos de Serviço Social.** Resolução nº 15, de 13 de março de 2002. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/pdf/legislacao_diretrizes_cursos.pdf>. Acesso em 08.set.2013.
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ. Estatuto da Universidade Federal do Piauí. Disponível em: http://leg.ufpi.br/arquivos/File/estatutos_e_regimentos/estatuto_ufpi.pdf Acesso em 13 out. 2022.

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código (quando houver)	Tipo	Departamento de Serviço Social
INTRODUÇÃO AO SERVIÇO SOCIAL	NOVO CÓDIGO	Obrigatória	
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s): -	
1.1.0	30h		
EMENTA: A profissão de Serviço Social: caracterização, especificidades, espaços sócio-ocupacionais e suas demandas e requisições. As formas de organização da profissão e do profissional de Serviço Social. O Serviço Social no Piauí e os diferentes campos de intervenção profissional na cidade de Teresina.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL - CFESS (Org.). Perfil de Assistentes Sociais no Brasil: formação, condições de trabalho e exercício profissional. CFESS: Brasília (DF), 2022. Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/2022Cfess-PerfilAssistentesSociais-Ebook.pdf Acesso em: 04 set. 2022.			
CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL-CFESS. Resolução CFESS nº 273/93 , de 13 de março de 93. Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais. Disponível em: < http://www.cfess.org.br/pdf/legislacao_etica_cfess.pdf >. Acesso em 08.set.2013.			
ESTEVÃO, Ana Maria Ramos. 6. Ed. O que é Serviço Social. São Paulo: Brasiliense, 2007 (Coleção Primeiros Passos).			
FERREIRA, M.D.M.; SILVA, M.R.F.; GUIMARÃES, S. J. O Serviço Social no Piauí. In: JUNIOR, A.A.S. (Org.). A reconstrução histórica do Serviço Social no Nordeste. Curitiba: CRV, 2021, p.67-80.			
IAMAMOTO, Marilda. Os espaços sócio-ocupacionais do assistente social. In: CFESS (Org.). Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:			

<p>ALMEIDA, Magali, S. Exercício do Serviço Social sem ser discriminado, nem discriminar, por de inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, opção sexual, idade e condição física. In: CRESS. Conselho Regional de Serviço Social (Org.). Projeto ético-político e exercícioprofissional em Serviço Social: os princípios do código de ética articulados a atuação crítica de assistentes sociais. Rio de Janeiro: CRESS, 2013.</p> <p>BRASIL. Lei nº 8.662, de 7 de junho de 1993. Dispõe sobre a profissão de assistente social, já com a alteração trazida pela Lei nº 12.317, de 26 de agosto de 2010.</p> <p>BAPTISTA, Myrian Veras; BATTINI, Odária (Orgs.). A prática profissional do assistente social: teoria, ação, construção de conhecimento. V. I. São Paulo: Veras Ed., 2009.</p> <p>GUIMARÃES, S. J. Trajetória de vida, trajetória acadêmica: alunos e egressos do Curso de Serviço Social da UFPI. Teresina, 1995.</p> <p>MARTINELLI, Maria Lúcia. Reflexões sobre o Serviço Social e o projeto ético-político profissional. Emancipação, ano 6, nº 1. Ponta Grossa: UEPG, 2006.</p> <p>MARTINELLI, Maria Lúcia. Pensar a identidade: eis a tarefa. Um ensaio sobre a identidade profissional do serviço Social. KARSCH, Úrsula (Org.). Estudos do Serviço Social: Brasil e Portugal. V. 2. São Paulo: EDUC, 2005.</p> <p>MOTA, Ana Elizabete et al (Org.) Serviço social no Nordeste: das origens à renovação. São Paulo: Cortez editora, 2021.</p>			
COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código (quando houver)	Tipo	Departamento de Filosofia/CCHL
INTRODUÇÃO À FILOSOFIA	DFI0438	Obrigatória	
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s): -	
4.0.0	60h		
<p>EMENTA: O ser no mundo: visão metafísica clássica; visão analítica existencial. A sociabilidade humana como problema filosófico. Idealismo e materialismo. Correntes filosóficas contemporâneas.</p>			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
<p>CAPRA, Fritjof. A teia da vida. São Paulo: Cultrix, 2002.</p> <p>GILLES, Thomas Ranson. Introdução à Filosofia. São Paulo: EPU,</p> <p>HESSON, Johannes. Teoria do conhecimento. São Paulo: Martins Fontes, 2000.</p> <p>JAPÍASSU, Hilton. Nascimento e morte das ciências humanas. R.J.: Fco Alves, 1978.</p> <p>LEFF, Enrique. Epistemologia ambiental. São Paulo: Cortez, 2000.</p> <p>SEVERINO, Antônio Joaquim. Filosofia. São Paulo: Cortez, 1992.</p>			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:			
<p>BUZZI, Arcângelo R. Introdução ao pensar: o ser, o conhecimento, a linguagem. 15. ed. Petrópolis: Vozes, 1986. 230p.</p> <p>CHAUÍ, Marilena. Convite à filosofia. 12. ed. São Paulo: Ática, 2001. 440p.</p> <p>CORBISIER, Roland. Introdução à filosofia. 2. ed. R.J.: Civilização Brasileira, 1986. Tomo. 243p.</p> <p>LARA, Tiago Adão. Caminho da Razão no Ocidente: a filosofia ocidental, do Renascimento aos nossos dias. 3 ed. Petrópolis: Vozes, 1988. 175 p.</p> <p>LUCKESI, Cipriano Carlos, PASSOS, Elizete Silva. Introdução à Filosofia: aprendendo a pensar. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2000.</p> <p>SANTOS, Boaventura de S. A crítica da razão indolente. São Paulo: Cortez, 2000.</p>			

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código (quando houver)	Tipo	Departamento de Ciências Econômicas/CCHL
ECONOMIA POLÍTICA	NOVO CÓDIGO	Obrigatória	
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s): -	
4.0.0	60h		
EMENTA: A constituição da Economia Política e a relação com o Serviço Social. O Liberalismo. O Keynesianismo, o Neoliberalismo e a crítica marxista da economia política. As mudanças contemporâneas no padrão de acumulação capitalista e suas expressões na economia brasileira e internacional. Produto Interno Bruto. IDH. Distribuição de renda. Política fiscal. Orçamento e fundo público. Noções básicas de economia internacional.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
<p>ARAÚJO, Carlos Roberto V. História do Pensamento Econômico: uma abordagem introdutória. São Paulo: Atlas, 1988</p> <p>BASTOS, Vânia Lomônaco. Para entender a economia capitalista. Brasília: Forense Universitária. Rio de Janeiro – RJ, 1991.</p> <p>BOYES, William & MELVIN, Michel. Introdução à Economia. São Paulo. Ática, 2006</p> <p>MARX, Karl. O Capital: uma crítica da economia política. DIFEL, 1987.</p> <p>NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. Economia Política: uma introdução crítica. São Paulo. Cortez, 2006.</p>			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:			
<p>ANDERSON, B. Kelvin - Marx nas Margens: Nacionalismo, Etnia e Sociedades Não Ocidentais. Boitempo Editorial, São Paulo, 2019.</p> <p>CARDOSO, Eliana. Economia brasileira ao alcance de todos. S. P.: Brasiliense, 1985</p> <p>DOWBOR, Ladislau. O que capital. 2 ed. São Paulo. Brasiliense, 1982.</p> <p>HARVEY, David. O Novo Imperialismo. 2. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2005.</p> <p>MANDEL, E. O capitalismo tardio. S. Paulo, Abril, 1983</p> <p>NIKITIN, P. Fundamentos de Economia Política. R. J.: Civilização Brasileira, 1967.</p> <p>OSER, Jacob; BLANCFIELD, William C. História do Pensamento Econômico. São Paulo. Atlas, 1987.</p> <p>QUEIROZ, Marcos. Clóvis Moura e Florestan Fernandes: interpretações marxistas da escravidão, da abolição e da emergência do trabalho livre no Brasil. Revista Fim do Mundo, n.4, Dossiê temático: Capitalismo e Racismo: a práxis negra (2021).</p> <p>SALAMA, Pierre; VALIER, Jacques. Uma Introdução à Economia Política. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 1975.</p> <p>SINGER, Paul. Aprender economia. São Paulo: Brasiliense, 1994</p> <p>_____. Curso de Introdução à Economia Política. Forense Universitária, 1991.</p> <p>ROSSETTI, José Paschoal. Introdução à economia. 19.ed. São Paulo: Atlas, 2002.</p> <p>WILLIAMS, Eric. Capitalismo & escravidão. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.</p>			

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código (quando houver)	Tipo	Departamento de Filosofia/CCHL

INTRODUÇÃO À METODOLOGIA CIENTÍFICA		NOVO CÓDIGO	Obrigatória
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s): -	
4.0.0	60h		
EMENTA: Conhecimento científico e demais formas de conhecimento. Natureza e configurações teóricas gerais sobre o trabalho científico. Tipos de trabalho científico. Instrumentos e técnicas relacionadas ao trabalho científico. Normas técnicas de elaboração do trabalho científico. Ética na produção do conhecimento científico.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
ANDRADE, Maria Margarida. Introdução à Metodologia do Trabalho Científico . São Paulo, Atlas, 2001.			
BARROS, Aidil de J. P.; LEHFELD, Neide A. de S. Fundamentos de metodologia científica: um guia para a iniciação científica . 2.ed. São Paulo: Pearson Educacion do Brasil, 2000.			
DEMO, Pedro. Introdução à metodologia científica . Atlas: São Paulo, 1995.			
MEDEIROS, João Bosco. Redação científica: a prática de fichamentos, resumos, resenhas . São Paulo, Atlas, 2000.			
SEVERINO, A. J. Metodologia do trabalho científico . São Paulo: Cortez, 2005.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:			
ALVES-MAZZOTTI, Alda Judith; GEWANDSZNAJDER, Fernando. O método nas ciências naturais e sociais: pesquisa quantitativa e qualitativa . São Paulo: Pioneira, 1998.			
BARNES, Rob. Seja um ótimo aluno: guia prático para um estudo universitário eficiente . Tradução de Luzia Araújo e Thelma M. Nóbrega. Campinas, SP: Papyrus, 1995.			
DUARTE, Jorge, BARROS, Antonio. (Org.). Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação . São Paulo: Atlas, 2005.			
FEITOSA, Vera Cristina. Redação de textos científicos . 2. Ed. Campinas, SP: Papyrus, 1995.			
LUCKESI, Cipriano e outros. Fazer universidade: uma proposta metodológica . 6. Ed. São Paulo: Cortez, 1991.			
PRESTES, Maria Lucia de Mesquita. A pesquisa e a construção do conhecimento científico: do planejamento aos textos, da escola à academia . – 2. Ed. Ver. Atual. E ampl. – São Paulo: Rêspel, 2003.			
SALOMON, Délcio Vieira. Como fazer uma monografia . 3. Ed. São Paulo: Martins Fontes, 1994.			

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código (quando houver)	Tipo	Departamento de Ciências Sociais/ CCHL
INICIAÇÃO SOCIOLOGICA	NOVO CÓDIGO	Obrigatória	
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s): -	
4.0.0	60h		
EMENTA: Matrizes clássicas do pensamento sociológico (Marx, Weber, Durkheim), Processos sociais fundamentais: industrialização, modernização, urbanização e seus constitutivos - classes sociais, movimentos sociais e instituições. Sociedade complexa e seus desdobramentos na contemporaneidade.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
DURKHEIM. Émile. Sociologia . Rodrigues. José Albertino (Org.) 9.ed. São Paulo: Ática, 2001. (Introdução de José Albertino Rodrigues, cap. I, cap. II até a sessão 8 [páginas 7-102]) (Coleção			

<p>Grandes Cientistas Sociais); IANNI, Octávio. (Org). Marx Sociologia. São Paulo: Ática, 1988 (coleção Grandes Cientistas Sociais – 10). MARX, Karl. Introdução à Crítica da Economia Política. São Paulo: Nova Cultural, 1991. (Coleção Os Pensadores) WEBER, Max. Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva. Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília. 1991. Parte I Capítulos: 1, 3 e 4. DURKHEIM, Émile. As regras do método sociológico. São Paulo: Abril Cultural, 1985.</p>
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:
<p>ABRAMIDES, Maria Beatriz Costa (org). Marxismo e questão étnico-racial: desafios contemporâneos. EDUC - PUC SP, São Paulo, 2021. ARON, Raymond. As etapas do pensamento sociológico. São Paulo: Martins Fontes, 1993. CHAUI, Marilena. Conformismo e resistência: aspectos da cultura popular no Brasil. S. Paulo: Brasiliense, 1989. FERNANDES, Florestan. Significado do protesto negro. São Paulo: Expressão Popular, 2017. HUBERMAN, Leo. História da riqueza do homem. 21. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986. p. 171-174. RIBEIRO, Darcy. O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 106-40.</p>

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código (quando houver)	Tipo	Coordenação de Ciência Política/CCHL
INICIAÇÃO À POLÍTICA	NOVO CÓDIGO	Obrigatória	
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s): -	
4.0.0	60h		
EMENTA: Os sentidos da política: administração de interesses, ocupação do espaço público, campo de práticas emancipatórias. A emergência do Estado Moderno e suas variações. As ações do Estado no campo da coerção e legitimação. As instituições políticas.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
<p>BOBBIO, Norberto. Teoria geral da política, a filosofia e as lições dos clássicos. Rio de Janeiro: Campus, 2000. CERRONI, Umberto. Política: Métodos, teorias e processos. São Paulo: Brasiliense, 1993. DURVERGER, Maurice. Ciência Política: Teoria e método. Zahar Editores. Rio de Janeiro, 1981. JAGUARIBE, Helio (Org). O sistema Público brasileiro. In: Sociedade, Estado e Partidos na atualidade Brasileira. RJ: Paz e terra, 1992. LAMOUNIER, Bolivar. A ciência política nos anos 80. Brasília: Cadernos da UnB, 1982.</p>			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:			
<p>LEO MAAR, Wolfgang. O que é Política. Coleção primeiros passos. 54 ed. Brasileira- 1984 LÖWY, Michael. Ideologia e Ciência Social: Elementos para uma análise marxista. São Paulo: Cortez, 1992. NICOLAU, Jairo Marconi. Sistema eleitoral e reforma política. Rio de Janeiro: Foglio Ed, 1993. ROSENFELD, Denis. O que é Democracia. Brasiliense, 1990 (Coleção primeiros passos).</p>			

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código (quando houver)	Tipo	Departamento de Serviço Social
SEMINÁRIO TEMÁTICO I	NOVO CÓDIGO	Obrigatória	
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s): -	
4.0.0	60h		
EMENTA: Perspectivas teórico-metodológicas positivista e marxista, destacando: método, categoriais teóricas centrais, principais representantes, análises teóricas da realidade social, correntes teóricas e as diferenças e semelhanças entre essas correntes.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
<p>DURKHEIM, E. As regras do método sociológico. São Paulo: Editora Nacional, 1990.</p> <p>LÖWY, M. As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen: marxismo e positivismo na sociologia do conhecimento. São Paulo: Cortez, 2000.</p> <p>MARX, K; ENGELS, F. A. A ideologia Alemã (Feuerbach), São Paulo: Hucitec, 1993.</p> <p>_____. Manifesto do partido comunista, São Paulo: Cortez, 1988.</p> <p>MARX, K. Contribuição à crítica da economia política. São Paulo: Matins Fortes, 1983. (Prefácio, introdução e método da economia política);</p> <p>NETTO, J. P. Introdução ao método da teoria social. Disponível em: http://www.pcb.org.br/porta1/docs/int-metodo-teoria-social.pdf. Acesso em: 20.02.2016</p>			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:			
<p>COMTE, Auguste. Discurso sobre o espírito positivo. São Paulo: Edusp, 1976.</p> <p>RODRIGUES, J. A; FERNANDES, F. (orgs). Durkheim – Sociologia. São Paulo: Editora Ática, 2001 (itens 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12 e 13).</p> <p>MARX, K. Salário, preço e lucro. In: _____. Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos. São Paulo: Abril Cultural, 1998 (Coleção Os pensadores).</p> <p>MONTAÑO, C. Breves anotações sobre o método e a teoria em Marx. In: MONTAÑO, C; BASTOS, R. L. (orgs) Conhecimento e sociedade: ensaios marxistas. São Paulo: Outras Expressões, 2003.</p> <p>KOSIK, K. Dialética do Concreto. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976. (parte I: Dialética da Totalidade Concreta)</p> <p>OLIVEIRA, Dennis. Racismo Estrutural: uma perspectiva histórico-crítica. Dandara, São Paulo, 2021.</p>			

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código (quando houver)	Tipo	Departamento de Serviço Social
QUESTÃO SOCIAL NO BRASIL	NOVO CÓDIGO	Obrigatória	
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s): -	
3.1.0	60h		
EMENTA: Emergência, significado e desenvolvimento da questão social no Brasil. Questão social e os atravessamentos de classe, gênero, raça/etnia. Configurações e dimensões gerais da questão social na contemporaneidade. Expressões da questão social na realidade local.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			

CERQUEIRA FILHO, Gisálio. **A questão social no Brasil**. Rio, Civilização Brasileira, 1982.

PASTORINI, Alejandra. **A categoria “questão social” em debate**. São Paulo: Cortez, 2004.

NETTO, José Paulo. Cinco notas a propósito da “questão social”. **Temporalis**. Brasília: ABEPSS, n. 3, 2001.

SANTOS, Josiane Soares. **“Questão social”**: particularidades no Brasil. São Paulo: Cortez, 2012.

CISNE, Mirla. Relações sociais de sexo, “raça”/etnia e classe: uma análise feminista-materialista. **Temporalis**, Brasília (DF), ano 14, n. 28, p. 133-149, jul./dez. 2014.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ABEPSS. **Temporalis**. Crise Capitalista, Questão Social no Brasil e Diretrizes Curriculares da ABEPSS, v. 21, n. 42, 2021.

ABRAMIDES, Maria Beatriz Costa (org). **Marxismo e questão étnico-racial: desafios contemporâneos**. EDUC - PUC SP, São Paulo, 2021.

BEHRING, Elaine R; SANTOS, Silvana, M.M. dos. Questão social e direitos. In: CFESS (Org.) **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS; ABEPSS, 2009, p. 267-283.

BOGUS, Lúcia (org.) **Desigualdade e a questão social**. São Paulo, EDUC, 1997.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social**. Uma crônica do salário. 7 ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

CARDOSO, Franci Gomes *et al.* Questão social. **Ser Social**. Brasília: Programa de Pós-Graduação em Política Social, n. 6, 2000.

FRANÇA, Rosilene Marques Sobrinho de; COSTA, Teresa Cristina Moura (Orgs.). **Questão social, direitos e políticas públicas na realidade brasileira contemporânea**, Teresina: EDUFPI, 2022, 433 p.

IAMAMOTO, Marilda. A questão social no capitalismo. **Temporalis**. Brasília: ABEPSS, n. 3, 2001.

IANNI, Octávio. **A ideia de Brasil moderno**. São Paulo: Brasiliense, 1992.

PEREIRA, Potyara. A questão social e as transformações das políticas sociais. **Ser Social**. Brasília: Programa de Pós-Graduação em Política Social, n. 6, 2000.

PEREIRA, Evelyne Medeiros; NOBRE, Maria Cristina Q.; DURIGUETTO, Maria Lúcia. “Nordestino sim, nordestinado não”: questão regional, lutas de classes e resistências populares no nordeste brasileiro. In: GONÇALVES, André M.; FRANÇA JUNIOR, Reginaldo (Orgs.). **Serviço social e a questão regional**. Campina Grande: EDUFCEG, 2022.

SERRA, Rose Mary. A questão social hoje. **Ser Social**. Brasília: Programa de Pós-Graduação em Política Social, n. 6, 2000.

ROSAVALLON, Pierre. **A nova questão social**. Brasília: Instituto Tetônio Vilela, 1998.

SOUZA, Maria Cristina. **Mulheres negras, pobreza e racismo**. Belo Horizonte: Letramento, 2022.

TELLES, Vera. **Questão social**: afinal do que se trata: Perspectiva. S. P.: SEADE, n. 4, 1996.

WANDERLEY, Luís Eduardo. As particularidades da questão social na América Latina. **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo: Cortez, n. 76, 2003.

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código (quando houver)	Tipo	Departamento de Serviço Social
FUNDAMENTOS HISTÓRICOS E TEÓRICO-METODOLÓGICOS DO SERVIÇO	NOVO CÓDIGO	Obrigatória	

SOCIAL I		
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s): -
4.0.0	60h	
<p>EMENTA: A emergência e a profissionalização do Serviço Social: relações com as suas protoformas, com a questão social e o capitalismo monopolista. Surgimento do Serviço Social na Europa, EUA, América Latina e Brasil. Formação e respostas ideopolíticas, teórico-metodológicas e técnicas do Serviço Social no Brasil, no período da gênese, institucionalização e desenvolvimento da profissão: dos anos de 1930 aos anos 1950. A influência da Igreja Católica e de sua Doutrina Social. Os campos de atuação e prática profissional. Serviço Social de Caso e de Grupo.</p>		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		
<p>CASTRO, Manuel Manrique. O Serviço Social na América Latina. 12ed. Cortez, 2011. IAMAMOTO, Marilda; CARVALHO, Raul. Serviço Social e Relações Sociais: esboço de interpretação histórico-metodológica. 15ª ed. São Paulo. Cortez, 2003. MARTINELLI, Maria Lúcia. Serviço Social: identidade e Alienação. 16ª ed. São Paulo: Cortez, 2011. NETTO, José Paulo. Capitalismo Monopolista e Serviço Social. 8ª ed. São Paulo: Cortez, 2011. YAZBEK, M. Carmelita. O significado sócio-histórico da profissão. In: CFESS (Org.). Serviço Social: direitos e competências profissionais. CFESS/ABEPSS, 2009.</p>		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:		
<p>AGUIAR, A. G. Serviço Social e Filosofia: das origens a araxá. São Paulo: Cortez, 1985. ANDRADE, M. A. O metodologismo e o desenvolvimentismo no serviço social brasileiro – 1947 a 1961. Serviço Social & Realidade, Franca, v. 17, n. 1, p. 268-299, 2008. Disponível em: https://ojs.franca.unesp.br/index.php/SSR/article/view/13 Acesso em 31 jul. 2021. FERREIRA, Camila Manduca. O negro na gênese do Serviço Social (Brasil, 1936-1947). Dissertação de mestrado (Pós-Graduação em Serviço Social), Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2010. GOIN, M. Fundamentos do Serviço Social na América Latina e no Caribe: conceituação, condicionantes sócio-históricos e particularidades profissionais. Campinas/SP: Papel Social, 2019 LEÃO XIII, Papa. Carta Encíclica Rerum Novarum (Sobre a condição dos operários). São Paulo: Loyola, 1991. LIMA, Arlette Alves. Serviço Social no Brasil. São Paulo, Cortez, 1982. KONOPKA, Gisela. Serviço Social de Grupo. 3ª. Ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1974. PIO XI, Papa. Carta Encíclica Quadragesimo Anno (Sobre a restauração e aperfeiçoamento da Ordem Social em conformidade com a Lei Evangélica). Petrópolis: Vozes, 1962. RICHMOND, Mary. Caso social Individual. Buenos Aires: Hvmánitas, 1922. SILVEIRA JUNIOR, Adilson. Notas para uma história da emergência do Serviço Social na particularidade do Nordeste. In: JUNIOR, A.A.S. (Org.). A reconstrução histórica do Serviço Social no Nordeste. Curitiba: CRV, 2021, p.67-80. TORRES, Zélia. Grupo: instrumento de Serviço Social. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 1978. VIEIRA, Balbina Ottoni. Serviço Social: Processos e técnicas. 5ª. Ed. Rio de Janeiro. Agir, 1981.</p>		

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código (quando houver)	Tipo	Departamento de História/CCHL
FORMAÇÃO SÓCIO-	DGH0092	Obrigatória	

HISTÓRICA DO NORDESTE E DO PIAUÍ					
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s): -			
4.0.0	60h				
EMENTA: A formação sócio-histórica do Nordeste, com ênfase no Piauí. A configuração das questões agrárias e urbanas nordestinas. As novas configurações dos segmentos sociais e do poder político no nordeste, após 1970. As intervenções do Estado Brasileiro na região. Globalização e suas repercussões nas políticas regionais.					
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:					
ALBUQUERQUE JUNIOR, D. M. A invenção do Nordeste e outras artes . Recife: Massangana: São Paulo: Cortez, 2001.					
ARAÚJO, Mafalda M. B. Cotidiano e pobreza: a magia da sobrevivência em Teresina (1877-1914) . Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1995.					
OLIVEIRA, Francisco. Elegia para uma região . Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.					
QUEIROZ, Teresinha. História, literatura, sociabilidades . Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1998.					
SANTANA, R. N. Monteiro. Piauí: Formação, Desenvolvimento e Perspectivas . Teresina: Fundapi/Halley, 1995.					
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:					
ANDRADE, Manuel Correia de Andrade. 1964 e o Nordeste: golpe, revolução ou contra-revolução? São Paulo: Contexto, 1989.					
CUNHA, Euclides da. Os Sertões . Tecnoprint: São Paulo, 1902.					
FERNANDES, Florestan. A integração do negro na sociedade de classes . São Paulo: Editora Globo, 2008.					
FREYRE, Gilberto. Casa-Grande & Senzala . 34 ed. Rio de Janeiro: Editora Record, 1998.					
FERREIRA, Jorge Luiz. José e os Sírios: opressão social e cultura política camponesa. Revista brasileira de História . São Paulo. ANPUH/Marco zero v.11, nº 22, mar.91/Ago.91. p.175-182.					
OLIVEIRA, Hermínio B. Formação histórica da religiosidade popular no nordeste . Paulinas: São Paulo.					
PEREIRA, Evelyne Medeiros. A questão regional e o Nordeste no desenvolvimento no capitalismo brasileiro . In: MOTA, Ana E. et al (Orgs.). Serviço social no Nordeste: das origens à renovação . São Paulo: Editora Cortez, 2021					
MARTINS, Agenor Sousa (Org). Piauí: evolução, realidade, desenvolvimento . Governo do Estado do Piauí, Secretaria do Planejamento, Fundação Centro de Pesquisas Econômicas e Sociais do Piauí (CEPRO), 2003.					

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código (quando houver)	Tipo	Departamento de Ciências Sociais
INICIAÇÃO ANTROPOLÓGICA	NOVO CÓDIGO	Obrigatória	
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s): -	
4.0.0	60h		

EMENTA: Cultura, etnocentrismo e relativismo. A relação entre o material e o simbólico na construção das identidades sociais e da subjetividade. Questões de método: trabalho de campo e observação participante. Imaginário, representações sociais e expressões culturais dos diferentes segmentos sociais com ênfase na realidade brasileira e suas particularidades regionais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

DAMATTA, Roberto. **Relativizando:** uma introdução à antropologia social. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1989.

GOMES, Mércio Pereira. **Antropologia:** ciência do homem e filosofia da cultura. São Paulo: Contexto, 2008. Cap. Metodologia.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura:** um conceito antropológico. R. J.: Jorge Zahar, 1980.

LAPLANTINE, François. **Aprender antropologia.** São Paulo: Brasiliense, 1992.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ALVES, Paulo César; MINAYO, Maria Cecília de Sousa (Org.) **Saúde e doença:** um olhar antropológico. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1994.

BARREMAN, Gerald. **Desvendando máscaras sociais.** Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1975.

GEERTZ, Clifford. **O saber local:** novos ensaios em antropologia social. Petrópolis: Vozes, 2000. (Parte 1, cap. 3.)

Haidar, Asad. **Armadilha da identidade.** Editora Baderna, 2019.

LE BRETON, David. O corpo acessório. In: **Adeus ao Corpo:** antropologia e Sociedade. Campinas: Papyrus, 2003.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **Raça e história.** Rio de Janeiro: Martins Fontes e Editorial Presença, 1975.

MAUSS, Marcel. As Técnicas Corporais. In: **Sociologia e Antropologia.** São Paulo: Cosac Naif, 2003.

ORTIZ, Renato. **Cultura brasileira e identidade nacional.** 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

SABINO, Cesar; LUZ, Madel T. Tatuagem, gênero e a lógica da diferença. **Physis: Revista Saúde Coletiva,** Rio de Janeiro, 2006.

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código (quando houver)	Tipo	Departamento de Serviço Social
PROCESSO DE TRABALHO DO SERVIÇO SOCIAL I	NOVO CÓDIGO	Obrigatório	
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s): -	
3.1.0	60h		
<p>EMENTA: O trabalho no sentido ontológico e como elemento constitutivo do ser social. Trabalho na sociedade capitalista em diferentes modelos de acumulação. Transformações contemporâneas no mundo do trabalho e implicações na materialidade e subjetividade da classe trabalhadora. Serviço Social como especialização do trabalho coletivo. Elementos do processo de trabalho do Assistente Social. Instrumentalidade: dimensões teórico-metodológica, técnico-operativa e ético-política do fazer profissional.</p>			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
ANTUNES, Ricardo. Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negociação do trabalho.			

São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.
 GRANEMANN, S. Processos de trabalho e Serviço Social I. **Capacitação em Serviço social**, modulo (2). Brasília: CEAD, 1999.
 GUERRA, Yolanda. **Instrumentalidade do Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2017.
 IAMAMOTO, M. V. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 2001.
 RAICHELIS, Rachel et al (Org). **A nova morfologia do trabalho no Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2018.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ALVES, Leonardo Dias. **A divisão racial do trabalho como um ordenamento do racismo estrutural**. *Katálysis*, v. 25, 2022 (pag. 212-221).
 ARAÚJO, N.M.S. O serviço social como trabalho: alguns apontamentos sobre o debate. **Serviço social e sociedade**, n.93, ano 29, 2008.
 ANTUNES, Ricardo. **Privilégio da servidão: o novo proletariado de serviço na era digital**. Rio de Janeiro: Boitempo, 2018. (Coleção mundo do trabalho)
 CFESS (Org.) **Serviço Social: Direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.
 FALEIROS, Vicente. **Saber Profissional e Poder Institucional**. (Cap. II) São Paulo: Ed. Cortez, 1997.
 GUERRA, Yolanda. Instrumentalidade do processo de trabalho e serviço social. **Serviço Social e Sociedade**, no.62, São Paulo: Cortez, 2000.
 MONTAÑO, C.; DURIGUETTO, M. L. A (contra) reforma do Estado no regime de acumulação flexível (pós-1973). In: MONTAÑO, C.; DURIGUETTO, M. L. **Estado, Classe Social e Movimento Social**. São Paulo: Cortez, 2011.
 RAICHELIS, Rachel. O assistente social como trabalhador assalariado: desafios frente às violações dos seus direitos. **Serviço Social e sociedade**, v.107, jul/set., 2011.
 NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia política: uma introdução crítica**. São Paulo: Cortez, 2006, p. 211-240.
 ROCHA, Roseli; ANDRADE, Júlio Cezar. **O trabalho profissional e a questão do quesito raça/cor** (pag. 52-65). In: CRESS SP. *Emancipa: o cotidiano em debate*, n. 5, 2020.
 SANTOS, Cláudia Mônica dos; BACKX, Sheila; GUERRA, Yolanda (Orgs.). **A dimensão técnico-operativa no Serviço Social: desafios contemporâneos**. 3ed. São Paulo: Cortez, 2017.
 SOUZA, Edvânia A.; SILVA, Maria Liduína Oliveira. **Trabalho, questão social e Serviço Social: a autofagia do capital**. São Paulo: Cortez, 2019
 TRINDADE, Rosa Lúcia P. Desvendando as determinações sócio-históricas do instrumental técnico-operativo do serviço social na articulação entre demandas sociais e projetos profissionais. **Temporalis**, Brasília: ABEPSS, Ano 2, no.4, 2001.

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código (quando houver)	Tipo	Departamento de Serviço Social
POLÍTICA SOCIAL I	NOVO CÓDIGO	Obrigatória	
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s): -	
4.0.0	60h		
EMENTA: A constituição do sistema de proteção social no capitalismo e o Estado de Bem Estar Social – fundamentos e desenvolvimento. Política social: conceito, abordagens teórico-metodológicas e			

trajetória no Brasil. A crise do Estado de Bem Estar, os modelos de proteção social e a particularidade do Brasil.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BEHRING, Elaine; BOSCHETTI, Ivonete. **Política Social** – fundamentos e história. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

DRAIBE, Sonia Miriam. O “Welfare State” no Brasil: características e perspectivas. **Ciências Sociais Hoje**. São Paulo, ANPOCS; Vértice, 1989, p. 13 a 59.

ESPING-ANDERSEN, G.. As três economias políticas do Welfare State. **Lua Nova**. (24). R.J.: 1991.

KERSTENETZKY, Celia. **O Estado do Bem-Estar Social na Idade da Razão: A reinvenção do estado social no mundo contemporâneo**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012

SANTOS, Wanderley G. **Cidadania e Justiça**. 3.ed. Rio de Janeiro: Campus, 1994.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ABRANCHES, Sérgio *et al.* **Política Social e combate à pobreza**. 2. ed. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1989.

ARRETCHE, Marta. Emergência e desenvolvimento do Welfare State: teorias explicativas. **BIB**. Rio de Janeiro, nº 39, Relume Dumará, 1995, p. 3-40.

MEDEIROS, Marcelo. **A Trajetória do Welfare State no Brasil: papel redistributivo das Políticas Sociais dos anos 1930 aos anos 1990**. Brasília: IPEA, 2001. (Texto para Discussão, 852).

OFF, Clauss. Teoria do Estado e Política Social. In: **Problemas Estruturais do Estado Capitalista**. Trad. Bárbara Freitag. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984, p. 32-48.

FALEIROS, V. P. A natureza e desenvolvimento das políticas sociais no Brasil. In: CFESS/ABEPSS. **Capacitação em Serviço Social e Política Social**. Módulo 3. Brasília: UnB/CEAD, 1999.

PEREIRA, P. A. **Necessidades humanas: subsídios à crítica dos mínimos sociais**. 6ª Ed. São Paulo: Cortez, 2011.

PIANA, MC. **A construção do perfil do assistente social no cenário educacional** [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009. 233 p. ISBN 978-85-7983-038-9.

POCHMANN, Márcio. Política social na periferia do capitalismo: a situação recente no Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 12, n. 6, p.1477-1489, 2007.

POLANYI, Karl. **A grande transformação: as origens de nossa época**. Trad. Fanny Wrobel. 2. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

ROSANVALLON, Pierre. **A Crise do Estado-Providência**. Trad. Joel Pimentel de Ulhôa. Goiânia: Editora da UF

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código (quando houver)	Tipo	Departamento de Serviço Social
DIREITOS SOCIAIS E CIDADANIA	NOVO CÓDIGO	Obrigatória	
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s): -	
4.0.0	60h		
EMENTA: A trajetória histórica de construção dos direitos humanos e garantias fundamentais da cidadania. A construção dos direitos no Brasil. A Constituição Federal e os direitos sociais. Os mecanismos de garantia dos direitos sociais. Direitos de grupos sociais vulneráveis e demandas para as políticas públicas e para o sistema de garantia de direitos.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			

BELTRÃO, Jane Felipe; BRITO FILHO, Jose Claudio Monteiro de. GÓMEZ, Itziar; PAJARES, Emilio; PAREDES, Felipe; ZÚÑIGA, Yanira (Coordenadores). **Direitos Humanos dos Grupos Vulneráveis**. dhes. Rede Direitos Humanos e Educação Superior, 2014.

BOBBIO, Norberto. **A Era dos Direitos**. Rio de Janeiro: Elsevier, 1992.

CARVALHO, José Murilo de. 2005 (2001). **Cidadania no Brasil** – o longo caminho. 7ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

JUBILUT, Liliana Lyra, FRINHANI, Fernanda de Magalhães Dias; LOPES, Rachel de Oliveira (Organizadoras). **Direitos humanos e vulnerabilidade em políticas públicas** [e-book] -- Santos (SP): Editora Universitária Leopoldianum, 2017. 261 p.

SIMÕES, Carlos. **Os direitos sociais clássicos e universais** - O Estado Social e o Estado Democrático de Direitos. PUC/SÃO PAULO: 2012 (tese de doutorado).

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**, Brasília: Senado Federal, 2017.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Brasília: Senado Federal, 2017.

BRASIL. **Estatuto da Juventude**. Brasília: Senado Federal, 2017.

BRASIL. **Estatuto da Pessoa Idosa**. Brasília: Senado Federal, 2017.

BRASIL. **Estatuto da Pessoa com Deficiência**. Lei 13.146/2015, Brasília: Senado Federal, 2015.

BRASIL. **Estatuto da Igualdade Racial**. Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010, Brasília: Senado Federal, 2010.

BENDIX, Reinhard. **Construção Nacional e Cidadania**. São Paulo: EDUSP, 1996.

BOTELHO, / André; SCHWARCZ, Lilia Moritz [Orgs]. **Cidadania, um projeto em construção: minorias, justiça e direitos**, 1ª. ed. São Paulo: Claro Enigma, 2012.

CREMONESE, Dejalma. **A Difícil Construção da Cidadania no Brasil**. Editora Unijuí, ano 5, n. 9, jan./jun., 2007, p. 59-84.

MARSHALL, Thomas Humphrey. **Cidadania, classe social e status**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

SIMÕES, Carlos. **Curso de direito do Serviço Social**. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2009.

SOUZA, Jessé. **A Construção Social da Subcidadania: para uma Sociologia Política da Modernidade Periférica**. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2003. (Coleção Origem) 207p.

HULLEN, Angélica Cristina Nagel. Cidadania e direitos sociais no Brasil: um longo percurso para o acesso aos direitos fundamentais. **Rev. secr. Trib.** perm. revis. Año 6, Nº 11; Abril 2018; pp. 213-227.

COSTA, Maria Izabel Sanches; IANNI, Aurea Maria Zöllner. **Individualização, cidadania e inclusão na sociedade contemporânea: uma análise teórica** [online]. São Bernardo do Campo, SP: Editora UFABC, 2018, 122p.

LIMA, Maria Eliene Lima; MENEZES JUNIOR, Antônio da Silva; BRZEZINSKI, Iria; RIBEIRO, Luiz Cesar Queiróz. Desafios da construção da cidadania na metrópole brasileira. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 22, n. 3, p. 525-544, set./dez. 2007.

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código (quando houver)	Tipo	Departamento de História/CCHL
FUNDAMENTOS HISTÓRICOS E TEÓRICO-METODOLÓGICOS DO SERVIÇO SOCIAL II	NOVO CÓDIGO	Obrigatória	
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):	

4.0.0	60h	Fundamentos Históricos e Teórico-Methodológicos do Serviço Social I
<p>EMENTA: Respostas ideológicas, teórico-metodológicas e técnicas do Serviço Social no Brasil, no período da modernização e renovação: dos anos de 1960 aos anos 1980. O nacional desenvolvimentismo e o Desenvolvimento de Comunidade. Autocracia burguesa e o processo de modernização do Serviço Social no Brasil: Araxá, Teresópolis, Sumaré e a proposta fenomenológica. O Movimento de Reconceituação na América Latina, os processos de renovação da profissão no Brasil e a intenção de ruptura: o Método BH.</p>		
<p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</p>		
<p>AMMANN, S. B.. Ideologia do desenvolvimento de Comunidade no Brasil. 5ª ed. São Paulo: Cortez, 1985. AGUIAR, A. G. Serviço Social e Filosofia: das origens a axará. São Paulo: Cortez, 1985. WANDERLEY, Mariângela Belfiore. Metamorfoses do Desenvolvimento de Comunidade. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 1998. NETTO, J. P. Ditadura e Serviço Social. Uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64. São Paulo: Ed. Cortez, 1991. SANTOS, L. L. Textos do Serviço Social. São Paulo: Cortez, 1987.</p>		
<p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:</p>		
<p>ALMEIDA, A. A. Possibilidades e limites da teoria do Serviço Social. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1989. ALMEIDA, Magali da Silva; ROCHA, Roseli da Fonseca; BRANCO, Suelma Inês de Deus. Assistentes sociais negras na construção “da virada” do Serviço Social brasileiro. In: SILVA, MariaLiduína de Oliveira e. Congresso da Virada e o Serviço Social hoje: reação conservadora, novas tensões e resistências. – São Paulo: Cortez, 2019. pgs. 169-181. CARLI, Ranieri. Fenomenologia e questão social: limites de uma filosofia. Campinas, São Paulo: Papel Social, 2013. IAMAMOTO, M.V.; SANTOS, C. M. (Orgs.). A história pelo avesso: a reconceituação do serviço social na América Latina e interlocuções internacionais. São Paulo: Cortez, 2021. IAMAMOTO, M. V. O debate contemporâneo da reconceituação do Serviço Social: ampliação e aprofundamento do marxismo. In: _____. O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional. São Paulo: Cortez, 1999. IAMAMOTO, M. V. Renovação e Conservadorismo no Serviço Social: ensaios críticos. São Paulo: ed. Cortez, 1992. LIMA, B. A. Contribuição à metodologia do Serviço Social. Belo Horizonte: Interlivros, 1978. NETTO, J.P. Pequena história da ditadura brasileira (1964-1985). São Paulo : Cortez, 2014. SILVA, Maria Liduína de Oliveira (Org.). Serviço social no Brasil: histórias de resistências e de ruptura com o conservadorismo. São Paulo: Cortez, 2016. SOUZA, M. L. de. Desenvolvimento de Comunidade e Participação. São Paulo: Cortez, 1991. VIEIRA, B. O. Serviço Social: processos e técnicas. Rio de Janeiro: Agir, 1978. VIEIRA, B. O. História do Serviço Social: contribuição para a construção de sua teoria. 5.ed. Rio de Janeiro: Agir, 1989. YAZBEK, M. C. Os fundamentos históricos e teórico metodológicos do Serviço Social brasileiro na contemporaneidade. In: CFESS (Org). Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.</p>		

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código	Tipo	Departamento de Fundamentos da

	(quando houver)		Educação/CCE
PSICOLOGIA SOCIAL	NOVO CÓDIGO	Obrigatória	
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s): -	
4.0.0	60h		
EMENTA: As principais matrizes teóricas do debate contemporâneo das relações indivíduo-sociedade. A fundamentação das questões relativas ao desenvolvimento da personalidade e dos grupos sociais. A constituição da subjetividade no processo de produção e reprodução da vida social.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
BRASIL, A. Psicologia do Desenvolvimento . Vozes/RJ/1983. BOCK, A. M. B. GONÇALVES, MG; FURTADO. O (Org.). Psicologia Sócio-Histórica: uma perspectiva crítica em psicologia . São Paulo: Cortez, 2001. BRAGHIROLI, E. M. et al. Psicologia Geral . 20. Ed. Petrópolis: Vozes, 2001. CAMPOS, R. H. F. (Org.) Psicologia Social Comunitária . Da solidariedade à autonomia. Petrópolis: Vozes, 2002. DAVIDOFF, L. L. Introdução à Psicologia Geral . São Paulo: Makron Books, 2001.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:			
AMARANTE, P. Saúde Mental e Atenção Psicossocial . Rio de Janeiro: editora Fiocruz, 2007 BAREMBLITT, Gregorio Franklin. Grupos: teoria e técnica. 2. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1986. FARR, R. M. As raízes da psicologia social moderna . Petrópolis: Vozes, 2000. FIGUEIREDO, Luis Claudio Mendonça. Matrizes do pensamento psicológico . Petrópolis, RJ: Vozes, 1989 GUARESCHI, N.M. F; BRUSCHI, M.E. (Org.) Psicologia Social nos estudos culturais: perspectivas e desafios para uma nova psicologia social . Petrópolis: Vozes, 2003. HALL, Calvin S.; LINDSAY, Gardner; CAMPBELL, Jonh B. Teorias da Personalidade . 4. Ed. Porto Alegre: Artmed, 2008. SKINNER, B.F. Ciência e comportamento Humano . São Paulo: Martins Fontes. 2007.			

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código (quando houver)	Tipo	Departamento de Serviço Social
SEMINÁRIO TEMÁTICO II	NOVO CÓDIGO	Obrigatória	
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s): -	
4.0.0	60h		
EMENTA: Perspectivas teórico-metodológicas pós-estruturalista, compreensiva, fenomenológica e as correntes teóricas que derivam dessa raiz, destacando: método, categoriais teóricas centrais, principais representantes, análises teóricas da realidade social. O debate em torno da crise de paradigmas e da pós-modernidade.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
COHN, G; FERNANDES, F. Weber – Sociologia São Paulo: Editora Ática, 2001. (Cap. 3 e 4); FOUCAULT, M. Microfísica do poder . Rio de Janeiro: edições Graal, 1979. (Introdução e capítulo 1); BOURDIEU, P. Razões Práticas: sobre a teoria da ação . Rio de Janeiro: Papiros, 1997. (cap. 1); _____. O poder simbólico . Lisboa: Difel, 1989. (cap. II e III). SANTOS, B.de Souza. Um discurso sobre as Ciências na transição para uma ciência pós-moderna.			

Estudos avançados , v.02, ano 2, São Paulo, 1988.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:
CARLI, R. Fenomenologia e questão social : limites de uma filosofia. Campinas, SP: Papel Social, 2013. (Coleção didática do serviço social)
IANNI, O. A crise dos paradigmas na Sociologia: problemas de explicação. Disponível em: < www.anpocs.org.br/publicacoes/rbcs-00-13/rbcs13_05htm > Acesso em: 01 març.2020
GUERRA, Y. Modernidade : crise de “paradigmas” ou final do sonho? Disponível em: < www.ts.ucr.ac.cr > Acesso em: 01 març.2020
NETTO, J. P A controvérsia paradigmática nas ciências sociais. In: Cadernos ABESS , n.05, São Paulo, Cortez, 1992.
SANTOS, Jair Ferreira dos. O que é pós-moderno . São Paulo, Brasiliense, 1986.
SCHUTZ, A. Sobre fenomenologia e relações sociais . RJ: Vozes, 2012
SIMIONATTO, I. Expressões ideo-culturais da crise capitalista na atualidade e sua influência teórico-prática. In: Serviço Social: Direitos sociais e competências profissionais . Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.
WEBER, M. Conceitos Sociológicos Fundamentais . Lisboa: Edições 70, 2009.

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código (quando houver)	Tipo	Departamento de Serviço Social
PROCESSO DE TRABALHO DO SERVIÇO SOCIAL II	NOVO CÓDIGO	Obrigatória	
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):	
3.1.0	60h	Processo de trabalho I	
EMENTA: O trabalho do Assistente Social em diferentes espaços sócio-ocupacionais: no âmbito das políticas públicas e no espaço sócio-ocupacional estatal/governamental (seguridade social: saúde, previdência social e assistência social; sociojurídico; educação; agrário e outros). Atribuições e competências. Instrumentos técnico-operativos, procedimentos e técnicas. Trabalho interdisciplinar e em redes sócio-institucionais. Experiências profissionais nas diversas políticas públicas.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
CFESS (Org.) Serviço Social: Direitos sociais e competências profissionais . Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.			
CFESS (Org.) O estudo social em perícias, laudos e pareceres técnicos : contribuição ao debate no judiciário, no penitenciário e na previdência social. 4ªed. São Paulo: Cortez, 2005.			
CFESS (Org.) Legislação e Resoluções sobre o trabalho do/a assistente social . Brasília: CFESS, 2011.			
LAVORATTI, Cleide Lavoratti; COSTA, Dorival (Org.). Instrumentos técnico-operativos no Serviço Social : um debate necessário. Ponta Grossa: Estúdio Texto, 2016.			
SANTOS, Cláudia Mônica dos; BACKX, Sheila; GUERRA, Yolanda (Orgs.). A dimensão técnico-operativa no Serviço Social : desafios contemporâneos. 3ed. São Paulo: Cortez, 2017.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:			

BRAGA, L; CABRAL, M. do S. R. **Serviço Social na Previdência**: trajetória, projetos profissionais e saberes. São Paulo: Cortez, 2008.

CFESS (Org.). **Perfil de Assistentes Sociais no Brasil**: formação, condições de trabalho e exercício profissional. CFESS: Brasília (DF), 2022. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/2022Cfess-PerfilAssistentesSociais-Ebook.pdf> Acesso em: 04 set. 2022.

CFESS. **Parâmetros para atuação de Assistentes Sociais na Política de Assistência Social**. CFESS: Brasília, 2009.

CFESS. **Parâmetros de atuação de Assistentes Sociais na saúde**. CFESS: Brasília, 2010.

CFESS. **Subsídios para a Atuação de Assistentes Sociais na Política de Educação**. CFESS: Brasília, 2010.

CFESS. **Atuação de assistentes sociais no Sociojurídico** - subsídios para reflexão. CFESS: Brasília, 2014.

CFESS. **Atuação de assistentes sociais na Política Urbana** - subsídios para reflexão. CFESS: Brasília, 2016.

CFESS. **Atribuições privativas do/a assistente social em questão**. CFESS: Brasília, 2014.

EURICO, Márcia Campos. **Nota Técnica sobre o trabalho de assistentes sociais e a coleta do quesito Raça/Cor/Etnia**. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 2022.

MARTINELLI, Maria Lúcia; KOUMROUYAN, Elza. Um novo olhar para a questão dos instrumentais técnicos operativos em Serviço Social. **Serviço Social & Sociedade**. São Paulo: Cortez, n. 45, 1994.

MOTA, A. et al (Orgs.). **Serviço Social e saúde**: formação e trabalho profissional. 3ed. São Paulo: Cortez, 2008.

SÁ, Jeanete L.M. **Serviço Social e interdisciplinaridade**. São Paulo: Cortez Editora, 2019.

VASCONCELOS, Eduardo. M. Serviço Social e interdisciplinaridade: o exemplo da saúde mental. In: _____. Et al. (Org.). **Saúde mental e serviço social**: desafio da subjetividade e da interdisciplinaridade. São Paulo: Cortez, 2010. P. 33-67.

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código (quando houver)	Tipo	Departamento de Serviço Social
POLÍTICA SOCIAL II	NOVO CÓDIGO	Obrigatória	
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):	
4.0.0	60h	Política Social I	
EMENTA: A seguridade social na realidade brasileira: fundamentos, concepções, trajetória e tendências. Políticas setoriais: assistência social, saúde e previdência. Legislação, estrutura e financiamento das políticas setoriais. Gestão das políticas setoriais e seguridade social: descentralização, intersectorialidade, territorialidades, redes, e controle social. Reformas e Contrarreformas na Seguridade Social brasileira.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
SILVA, Ademir Alves da. A Gestão da seguridade social brasileira - entre a política pública e o mercado. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2012.			
BOSCHETTI, Ivanete. Seguridade social na América Latina após o dilúvio neoliberal. Observatório da cidadania , Rio de Janeiro, v. 11, p. 91-98, 2007. Disponível em: https://www.socialwatch.org/sites/default/files/pdf/en/panorbrasileiroc2007_bra.pdf . Acesso em: 09 jun. 2022.			

PAIM, Jairnilson Silva. Sistema Único de Saúde (SUS) aos 30 anos. **Ciência & Saúde Coletiva**, São Paulo, v. 23, n. 6, p. 1723-1728, jun. 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/Qg7SJFjWPjvdQjvnRzxS6Mg/?lang=pt>. Acesso em 09 jun. 2022.

CARNEIRO, Annova Míriam Ferreira; ARAUJO, Cleonice Correia; ARAUJO, Maria do Socorro Sousa de Araujo. Política de Assistência Social no período 1988-2018: construção e desmonte. **Ser Social**. 44, jan.-jun. 2019

ESTEVES, Juliana Teixeira Esteves; GOMES, José Menezes Gomes. A contrarreforma da previdência, crise do capital e da previdência privada. **Rev. Direito e Práx.**, Rio de Janeiro, V. 11, N. 4, 2020, p. 2572-2608.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BEHRING, Elaine; BOSCHETTI, Ivonete. **Política Social: fundamentos e história**. 2. Ed. São Paulo: Cortez, 2007.

BOSCHETTI, Ivanete. **Assistência Social no Brasil: um Direito entre a originalidade e conservadorismo**. 2. ed. Brasília: Ivanete Boschetti, 2003.

LOURENÇO, E. A. de S. Crise do Capital e o desmonte da Previdência Social no Brasil. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n.130, p.467-486, 2017.

BRAVO, Maria Inês de Sousa. **Serviço Social e Reforma Sanitária: lutas sociais e práticas profissionais**. São Paulo: Cortez Editora: Editora da UFRJ, 1996.

COSTA, Gracyelle. **Trabalhadores negros na origem da política social brasileira**. Revista em Pauta, Rio de Janeiro, v. 18, n. 46, 2020.

FARIAS, Pedro César Lima de. **A seguridade social no Brasil e os obstáculos institucionais à sua implementação**. Brasília: MARE/ENAP, 1997, p. 35 a 46. (Cadernos ENAP, n. 11)

FLEURY, Sonia. O legado da Seguridade Social. In: FLEURY, Sonia. **Estado sem Cidadãos: seguridade social na América Latina**. Rio de Janeiro: FIOCRUX, 1994, p. 153-174.

MENICUCCI, T.M.G. Política de saúde no Brasil: entraves para universalização e igualdade da assistência no contexto de um sistema dual. **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo, nº 87, 2006.

MOTA, Ana E. **Cultura da Crise e Seguridade Social**. 6. Ed. São Paulo: Cortez Editora, 2011

MESA-LAGO, Carmelo. **As reformas de previdência na América Latina e seus impactos nos princípios de Seguridade Social**. Trad. da Secretaria de Políticas de Previdência Social. Brasília: Ministério da Previdência Social, 2006.

MELO, M.F.; MELO, A.A.F.; KOHN, R. (orgs). **Epidemiologia da saúde mental no Brasil**. Porto Alegre: Artes médicas, 2007.

COSTA, Nilson do R.; TUNDIS, Silvério A. (orgs). **Cidadania e loucura: políticas de saúde mental no Brasil**. 7. Ed. Petrópolis: Vozes, 2001

COUTO Berenice Rojas; YAZBEK, M. C.; SLVA, M.O.S.; DEGENSZAJN, R. R. (orgs). **O Sistema Único de Assistência Social no Brasil: uma realidade em movimento**. 2. Ed. São Paulo –SP: Cortez, 2011.

POCHMANN, Márcio. Política social na periferia do capitalismo: a situação recente no Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 12, n. 6, p. 1477-1489, 2007

SALVADOR, Evilásio. **Fundo Público e Seguridade Social no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2010.

SILVA, Ademir Alves da. **A Gestão da seguridade social brasileira - entre a política pública e o mercado**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

SIMÕES, Carlos. **Curso de Direito do Serviço Social**. 3. Ed. São Paulo: Cortez, 2009 (Biblioteca Básica de Serviço Social, v. 3)

SPOSATI, Aldáza. Descaminhos da seguridade social e desproteção social no Brasil. **Revista Ciência & Saúde Coletiva**, 23(7):2315-2325, 2018.

COMPONENTE CURRICULAR

UNIDADE RESPONSÁVEL:

Nome	Código (quando houver)	Tipo	
FUNDAMENTOS HISTÓRICOS, TEÓRICO-METODOLÓGICOS DO SERVIÇO SOCIAL III	NOVO CÓDIGO	Obrigatória	Departamento de Serviço Social
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):	
4.0.0	60h	Fundamentos Históricos e Teórico-Metodológicos do Serviço Social II	
EMENTA: Respostas ideopolíticas, teórico-metodológicas e técnicas do Serviço Social no Brasil, no período contemporâneo: do final da década de 1980 aos anos atuais. Recuperação da crítica reconceituada no contexto da redemocratização e da Constituição Federal de 1988. O redimensionamento da profissão ante as transformações societárias e a construção do projeto ético-político profissional. Pós-modernidade, neoconservadorismo e Serviço Social.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
<p>ABRAMIDES, Beatriz. 80 anos de Serviço Social no Brasil: organização política e direção social da profissão no processo de ruptura com o conservadorismo. Serviço Social e Sociedade, São Paulo, n. 127, p. 456-475, set./dez. 2016.</p> <p>IAMAMOTO, Marilda V. O Serviço Social na cena contemporânea. In: CFESS (Org.) Serviço Social: Direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.</p> <p>NETTO, José Paulo. Transformações societárias e Serviço Social. Serviço Social e Sociedade, n. 50. São Paulo, p.87 – 106.</p> <p>SANTOS, J. S. Neoconservadorismo Pós-moderno e Serviço Social Brasileiro. São Paulo: Cortez. 2007.</p> <p>SIMIONATTO, I. Expressões ideo-culturais da crise capitalista na atualidade e sua influência teórico-prática. In: CFESS (Org.) Serviço Social: Direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.</p>			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:			
<p>ABRAMIDES, Maria Beatriz Costa. Desafios do projeto profissional de ruptura com o conservadorismo. Serviço Social e Sociedade, São Paulo, Cortez, n. 91. 2007.</p> <p>ABREU, Marina Maciel. Serviço Social e a organização da cultura: perfis pedagógicos da prática profissional. São Paulo, Cortez, 2002.</p> <p>BARROCO, Maria Lucia. Barbárie e neoconservadorismo: os desafios do projeto ético-político. Serviço Social e sociedade. São Paulo, n. 106, p. 205-218, abr./jun. 2011.</p> <p>BEHRING, Elaine Rossetti. Brasil em Contra-Reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos. São Paulo: Cortez, 2003.</p> <p>CFESS (Org.), CRESS- 9ª. Região, ABEPSS, ENESS (Co-org.). 30 Anos do Congresso da Virada. Brasília, 2009. Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/CFESS-CongressodaVirada-Site.pdf Acesso em: 22 ago. 2021.</p> <p>GUERRA, I. et al. Serviço Social e seus fundamentos: conhecimento e crítica. Campinas-SP: Papel Social, 2018. (capítulos 1 e 2).</p> <p>IAMAMOTO, Marilda Vilela. Serviço Social em tempo de capital fetiche. S. P.: Cortez, 2008.</p> <p>IAMAMOTO, Marilda. O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional. São Paulo: Cortez, 5ª edição, 2001.</p> <p>KOIKE, Marieta. As novas exigências teóricas, metodológicas e operacionais da formação profissional</p>			

na contemporaneidade. **Caderno de capacitação em Serviço Social e Política Social**. Módulo 2. Brasília: UNB, 1999, P. 101 – 118.

MOTA, Ana Elisabete. Crise capitalista e as transformações na produção capitalista. In: CFESS. **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

SANTOS, Jair Ferreira dos. **O que é pós-moderno**. São Paulo, Brasiliense, 1986.

SILVA, Marcela Mary José da. **A materialização do projeto ético-político do Serviço Social**. Campinas: Papel Social, 2012.

YAZBEK, M. C. Os fundamentos do Serviço Social e o enfrentamento ao conservadorismo. **Revista Libertas**, Juiz de Fora, v.20, n.2, p. 293-306, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/libertas/article/view/32934/21667> Acesso em 19 out. 2022.

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código (quando houver)	Tipo	Departamento de Serviço Social
PROCESSO DE TRABALHO DO SERVIÇO SOCIAL III	NOVO CÓDIGO	Obrigatória	
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):	
3.1.0	60h	Processo de trabalho I	
EMENTA: O trabalho do Assistente Social no âmbito privado e no terceiro setor: empresas, ONGs, fundações, conselhos, movimentos sociais, associações e outros. Uso de instrumentos e técnicas: observação, entrevista, laudo, parecer, relatórios e outros. Assessoria e Consultoria. O trabalho profissional com diversos segmentos sociais.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
AMARAL, Ângela S; CESAR, Mônica O trabalho do assistente social nas empresas capitalistas. In: CFESS (Org.) Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais . Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.			
BRAVO, Maria Inês S.; MATOS, Maurílio C. de (Orgs). A assessoria, consultoria e Serviço Social . Rio de Janeiro: 7Letras, 2010.			
CARDOSO, Maria de Fátima M. Reflexões sobre Instrumentais em Serviço Social: Observação sensível, entrevista, relatório, visitas e teorias de base no processo de intervenção social . SP:LCTE Editora, 2008.			
SANTOS, Vera N. Terceiro Setor no Serviço Social. Serviço Social e Sociedade . São Paulo: Cortez, 91, 2007.			
TAVARES, Maria Augusta. Trabalho e demandas sociais na reestruturação do capital: o serviço social entre a prática e a realidade. Tavares. Revista Temporalis . Brasília, ABEPSS, 11, 2008.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:			
AZEVEDO, Fernanda Caldas de. Consultoria empresarial de Serviço Social: expressões da precarização e da terceirização profissional. Serviço Social e Sociedade , n. 118. São Paulo: Cortez, 2014.			
CÉSAR, Maria de Jesus. A experiência do Serviço Social nas empresas. Capacitação em Serviço social , modulo (2). Brasília: CEAD, 1999.			
EURICO, Márcia Campos. A luta contra as explorações/opressões, o debate étnico-racial e o trabalho do assistente social . Serviço Social & Sociedade [online]. 2018, n. 133			
FREIRE, Lúcia M. B. Trajetória do Serviço Social em grandes empresas e instituições especializadas			

em saúde do trabalhador no Rio de Janeiro. In: FREIRE, Lúcia M. B. **O Serviço Social na reestruturação produtiva**. São Paulo: Cortez, 2003.

JUNQUEIRA, L. A. P. A gestão intersetorial das políticas sociais e o terceiro setor. **Saúde e Sociedade**. São Paulo: USP, 2004. v. 13, n. 1.

KAMEYANA, Nobuco; NOGUEIRA, Cleonice L. As tendências da gestão da força de trabalho nas empresas brasileiras, **Temporalis**, Brasília, ABEPSS, 6, 2002.

MACHADO, Graziela S. O Serviço Social nas ONGs no campo da saúde: projetos societários em disputa. **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo: Cortez, 102, 2010.

MAGALHÃES, Selma M. **Avaliação e linguagem**: relatórios, laudos e pareceres. São Paulo: Veras; Lisboa: CPIHTS, 2003.

MIOTO, Regina C. T. Orientação e acompanhamento social a indivíduo, grupos e famílias. In: CFESS, **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009, p.497-512.

MOREIRA, C.F.N. **O trabalho com grupos em serviço social**. A dinâmica do grupo como estratégia para reflexão crítica. 5ed. São Paulo: Cortez, 2019.

MOTA, Ana Elizabete (org.). **A nova fábrica de consensos**: ensaios sobre a reestruturação empresarial, o trabalho e as demandas ao serviço social. São Paulo: Cortez, 2008.

WANDERLEY, Luís. E. Uma proposta inovadora: o público não-estatal. **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo: Cortez, 86, 2006.

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código (quando houver)	Tipo	Departamento de Serviço Social
GESTÃO E PLANEJAMENTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E SERVIÇOS SOCIAIS	NOVO CÓDIGO	Obrigatória	
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):	
2.2.0	60h		
EMENTA: Gestão de políticas públicas e de serviços sociais: tendências, modelos, níveis de competências, atribuições e instrumentos. Fundamentos teóricos, perspectivas metodológicas e instrumentos que formalizam o planejamento social. Processo de formulação de planos, programas e projetos sociais. As experiências de gestão e planejamento em diferentes políticas públicas e serviços sociais, destacando o trabalho profissional das/os assistentes sociais.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
BAPTISTA, Myriam Veras. Planejamento Social : intencionalidade e instrumentação. São Paulo: Veras Editora. 2000.			
CARVALHO, Maria do Carmo Brant de. Gestão Social e trabalho social : desafios e percursos metodológicos. São Paulo: Cortez, 2014.			
SOUZA FILHO, Rodrigo de; GURGEL, Marcelo. Gestão Democrática e Serviço Social . São Paulo: Cortez, 2016.			
RAICHELIS, Raquel (org.). Gestão Social Uma Questão em Debate . São Paulo: EDUC, 1999.			
RONCONI, Luciana Francisco de. Os Dilemas Gerenciais do Serviço Social. Santa Catarina: UFSC.			
LIMA, Luciana Leite; PAPI, Luciana Pazini (Orgs.). Planejamento e políticas públicas :			

intencionalidades, processos e resultados [recurso eletrônico]. Porto Alegre : Jacarta, 2020. 323 p.
Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/212555>

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

- ARMANI, DOMINGOS. **Como elaborar projetos**. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2001.
- BONDER, Cíntia. O Assistente Social e planejamento participativo. **Serviço Social e Sociedade** n° 78, São Paulo: Cortez Editora, julho, 2004.
- FILGUEIRAS, Cristina. Gestão Estratégica de Programas Sociais. In: BRASIL. **Concepção e gestão da proteção social não contributiva no Brasil**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, UNESCO, 2009. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Livros/concepcao_gestao_protecao_social.pdf Acesso em: 29 set. 2022.
- CLDERON, Adolfo. Ignácio e CHAIA, V. **Gestão municipal: descentralização e participação popular**. São Paulo; Cortez editora, 2002.
- KISIL, Rosana. **Elaboração de Projetos e propostas para as Organizações da sociedade civil**. São Paulo: Editora Global, 2.ed. 2002.
- FISCHER, Tânia (Org.) **Gestão Contemporânea: cidades estratégicas e organizações locais**. Rio de Janeiro: FGV, 1997.
- GANDIN, Danilo. A prática de planejamento participativo: na educação e em outras instituições, grupos e movimentos dos campos cultural, social, político, religioso e governamental. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.
- SOARES, Jose Arlindo e GONDIM, Linda. Novos modelos de gestão: lições que vêm do poder local. IN: SOARES, Jose A. e CACCIA-BAVA (Orgs). **Os desafios da gestão municipal democrática**. São Paulo: Cortez Editora, 1998.
- SILVA, Maria do Rosário de Fátima e. Atuação do Serviço Social no processo de gestão e avaliação de políticas e programas sociais. **Revista de Políticas Públicas**. São Luís: UFMA, 2018.
- SOUZA, Luiza Erundina de. Revolucionar a gestão da cidade: um grande desafio. In: SOUZA, Marcelo e RODRIGUES, Glauco (Orgs). **Planejamento urbano e ativismos sociais**. São Paulo: UNESP, 2004.
- TEIXEIRA, Joaquina Barata. Formulação, administração e execução de políticas públicas. CFESS/ABEPSS. In: **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009 (Coletânea do Curso de Especialização lato sensu em Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. v. 1). Disponível em: <http://www.unirio.br/chs/ess/Members/altineia.neves/planejamento-e-gestao-em-servico-social/teixeira-j-b-formulacao-administracao-e-execucao-de-politicas-publicas/view> Acesso em: 29 set. 2022.
- TENORIO, Fernando G. elaboração de projetos comunitários In: TENÓRIO, F. (Org.) **Gestão comunitária: uma abordagem prática**. RJ: Editora FGV, 2008.
- NETO, Alberto Bracagioli; GEHLEN, Ivaldo; OLIVEIRA, Valter Lúcio de (Orgs.). **Planejamento e gestão de projetos** [recurso eletrônico] coordenado pelo SEAD/UFRGS. – Dados eletrônicos. – 2. ed. rev. e ampl. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2018. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad200.pdf> Acesso em: 29 set. 2022.
- SILVA, Christian Luiz da. (Org.). **Políticas públicas e desenvolvimento local: instrumentos e proposições de análise para o Brasil**. Petrópolis (RJ): Vozes, 2012.
- WU, Xun.; RAMESH, M.; HOWLETT, Michael; FRITZEN Scott. **Guia de políticas públicas: gerenciando processos**. traduzido por Ricardo Avelar de Souza. – Brasília: Enap, 2014, Cap.1.

COMPONENTE CURRICULAR

UNIDADE RESPONSÁVEL:

Nome	Código (quando houver)	Tipo	
FUNDAMENTOS ÉTICOS E ÉTICA PROFISSIONAL	NOVO CÓDIGO	Obrigatória	Departamento de Serviço Social
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):	
4.0.0	60h		
<p>EMENTA: A questão da Ética, da Moral e de suas relações com a filosofia. As atuais reflexões éticas sobre a ciência e suas repercussões na sociedade. Ética e direitos humanos. Os fundamentos da dimensão ético-moral da vida social e seus rebatimentos na ética profissional. O processo de construção de um <i>ethos</i> profissional, o significado de seus valores e as implicações ético-políticas de seu trabalho. Os códigos de ética profissional na história do Serviço social brasileiro. O Projeto Ético-Político do Serviço Social. O debate teórico-filosófico sobre as questões éticas da atualidade. A organização político do Serviço Social.</p>			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
<p>BARROCO, Maria Lúcia Silva. Ética e Serviço Social: fundamentos ontológicos. 3. ed. SP, Cortez, 2005.</p> <p>BARROCO, Maria Lúcia Silva; TERRA, Sylvia Helena. CFESS, Conselho Federal de Serviço Social (Organizador). Código de Ética Profissional do Assistente Social (comentado), São Paulo: Cortez, 2012.</p> <p>BRASIL. Lei de Regulamentação da Profissão de Assistente Social. Lei nº 8662, 07 junho de 1993.</p> <p>BONETTI, Dilséa Adeodata <i>et al.</i> (Orgs.). Serviço Social e Ética: convite a uma nova práxis. São Paulo: Cortez/Brasília: CFESS, 1996.</p> <p>CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. Código de Ética Profissional do Assistente Social. Brasília, 2011.</p> <p>NETTO, José Paulo. A Construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social, Serviço Social e Saúde: Formação e Trabalho Profissional, s.d. Disponível em: https://www.ssrede.pro.br/wp-content/uploads/2017/07/projeto_etico_politico-j-p-netto .pdf. Acesso em 20 de outubro de 2020.</p> <p>TEIXEIRA, Joaquina Barata; BRAZ, Marcelo. O projeto ético político do Serviço Social. ABEPSS, s. d. Disponível em: http://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/teixeira-joaquina-barata_-braz-marcelo-201608060407431902860.pdf. Acesso em 20 de outubro de 2020.</p>			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:			
<p>ALMEIDA, Magali, S. Exercício do Serviço Social sem ser discriminado, nem discriminar, por de inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, opção sexual, idade e condição física. In: CRESS. Conselho Regional de Serviço Social (Org.). Projeto ético-político e exercício profissional em Serviço Social: os princípios do código de ética articulados a atuação crítica de assistentes sociais. Rio de Janeiro: CRESS, 2013.</p> <p>BOFF, Leonardo. Ética e moral: a busca dos fundamentos. 2. ed. Petrópolis, Vozes, 2004.</p> <p>CARDOSO. Priscila Fernanda Gonçalves. Ética e formação profissional em Serviço Social: do conservadorismo à emancipação. R. Katál., Florianópolis, v. 20, n. 3, p. 325-334, set./dez. 2017.</p> <p>CFESS. Serviço Social a caminho do século XXI: o protagonismo do conjunto CFESS-CRESS. Serviço Social & Sociedade, n. 50, São Paulo, Cortez, 1996, p. 172-190.</p> <p>KOIKE, Maria Marieta dos Santos. Notas sobre Ética Profissional do Assistente Social. Serviço Social & Sociedade, n. 43, SP, Cortez, 1993, p. 142-154.</p> <p>MATOS, Maurílio Castro de Matos. Considerações sobre atribuições e competências profissionais de assistentes sociais na atualidade, Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 124, p. 678-698, out./dez. 2015.</p>			

MATOS, Maurílio Castro de. **Serviço Social, Ética e Saúde** - reflexões para o exercício profissional. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2016.

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código (quando houver)	Tipo	Departamento de Serviço Social
SOCIEDADE CIVIL E MOVIMENTOS SOCIAIS	NOVO CÓDIGO	Obrigatória	
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):	
3.1.0	60h		
EMENTA: Sociedade civil no Brasil contemporâneo. Abordagens teóricas na análise dos movimentos sociais: perspectivas clássicas e contemporâneas. Ações coletivas, Movimentos sociais, terceiro setor e redes de Movimentos sociais. Globalização e ciberativismo. Movimentos sociais e questões agrárias, urbana, rural, ambiental, de gênero e étnico-raciais. Experiências de movimentos sociais locais.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
ALONSO, Ângela. As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate. Lua Nova . N.76, São Paulo: CEDEC, 2009, p.49-86.			
DURIGUETTO, Maria Lúcia. Sociedade civil e democracia : um debate necessário. São Paulo: Cortez, 2007.			
MONTAÑO, Carlos; DURIGUETTO, Maria Lúcia. Estado, Classe e Movimento Social . São Paulo: Cortez, 2009, (Biblioteca Básica de Serviço Social – Vol. 5).			
TARROW, Sidney. O poder em movimento : movimentos sociais e confronto político. Ana Maria Sallum (trad.) Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2009. (coleção Sociologia)			
VIANA, Masilene Rocha. Ativismo político na espaço-temporalidade da virtualização em rede. In: LIMA, A. J.; FERREIRA, M. D. M.; VIANA, M. R. Políticas Públicas e cidadania : temas em debate. EDUFPI, 2012.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:			
ALVAREZ, Sonia E/ DAGNINO, Evelina; ESCOBAR, Arturo. (orgs) Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos : novas leituras. Belo Horizonte: Ed.UFMG, 2000.			
CARDOSO, Paulino de Jesus Francisco. Os desafios da luta antirracista no Brasil . Educação Pública, Cuiabá, v. 21, n.46, p. 319-330, mai/ago. 2012			
COHEN, Jean. Sociedade civil e globalização: repensando categorias. Dados .v. 46 n. 3, RJ, 2003.			
DAGNINO, Evelina. (org) Sociedade civil e espaços públicos no Brasil . São Paulo: Paz e Terra, 1999.			
DAGNINO, Evelina; TATAGIBA, Luciana. (orgs.) Democracia, Sociedade civil e Participação . Chapecó: Argos, 2007.			
_____. Movimentos sociais e participação institucional : repertórios de ação coletiva e dinâmicas culturais na difícil construção da democracia brasileira. (Para publicação na RevueInternationale de Politique Comparée. Número Especial sobre Répertoires d’acioncollective em Amérique Latine). [2011]			
DOMINGUES, Petrônio José. Movimento Negro Brasileiro: alguns apontamentos históricos . Tempo, v.12, n.23, p.100-122, 2007.			
DURIGUETTO, Maria Lúcia; SOUZA, Alessandra Ribeiro de; SILVA, Karina Nogueira. Sociedade civil e movimentos sociais: debate teórico e ação prático-política. Katálysis , v.12 n.1 Florianópolis: EDUFSC, jan.jun.2009, p. 13-22.			
GALVÃO, Andréia. Marxismo e movimentos sociais. Crítica Marxista . N. 32. São Paulo: EDUNESP, 2011.			
LAVALLE, Adrián Gurza; CASTELLO, Graziela; BICHIR, Renata Mirándola. Quando novos atores			

saem de cena. Continuidades e mudanças na centralidade dos movimentos sociais. **Política e Sociedade**, Florianópolis: Ed.UFSC, Cidade Futura, n.05, out.2004, p.37-55.

MEDEIROS, Antônio José. Movimentos sociais. In: SANTANA, Raimundo N. M. de (org). **Piauí: Formação, Desenvolvimento, Perspectivas**. Teresina: FUNDAPI, 1995, p.159-184.

MONTAÑO, Carlos. **Terceiro setor e questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção social**. 3.ed. São Paulo: Cortez, 2005.

SCHERER-WARREN, Ilse. Redes de movimentos sociais na América Latina: caminhos para uma política emancipatória ? **Caderno CRH**. Salvador: v.21, n.54, 2008. P. 505-517

_____. Movimentos sociais e pós-colonialismo na América Latina. **Ciencias Sociais Unisinos**, São Leopoldo v.46, n.1, p. 18-27 jan,abr. 2010.

VIANA, Masilene Rocha. Lutas sociais e redes de movimentos no final do século XX. **Serviço Social & Sociedade** n.64, Cortez, 2000, p.34-56.

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código (quando houver)	Tipo	Departamento de Serviço Social
POLÍTICA SOCIAL III	NOVO CÓDIGO	Obrigatória	
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):	
4.0.0	60h		
EMENTA: Políticas setoriais no quadro da política social brasileira: educação, habitação e trabalho/renda. Fundamentos, legislação, estrutura, financiamento, gestão, controle social, contrarreforma, privatização e publicização.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
PANDORFI, Aline Fardin. Reflexões críticas sobre as Políticas de Geração de Trabalho e Renda no Brasil . Temporalis, Brasília (DF), ano 15, n. 30, jul./dez. 2015			
SILVA, Maria Ozanira da S.; YAZBEK, Maria C. (orgs). Políticas Públicas de Trabalho e Renda no Brasil Contemporâneo . São Paulo- SP: Cortez; São Luiz-MA: FAPEMA, 2006.			
FREITAS, Isabel Maria Sabino de; VIEIRA, Sofia Lerche. Política educacional no Brasil: introdução histórica . Brasília: Plano, 2003. 188 p.			
MONTEIRO, Adriana Roseno; VERAS, Antonio Tolrino de Rezende. A Questão Habitacional no Brasil. Mercator , Fortaleza, v. 16, e16015, 2017.			
SOUZA, Ângelo Ricardo de; GOUVEIA, Andréa Barbosa; TAVARES, Taís Moura. Políticas Educacionais: conceitos e debates . 3. ed. Curitiba: Appris, 2016, 209p.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:			
BARBOSA, Rosângela N de C. A economia solidária como política pública , uma tendência de geração de renda e ressignificação do trabalho no Brasil. São Paulo: Cortez, 2007			
CARDOSO, Adauto Lucio. Habitação Social nas Metrôpoles Brasileiras . Uma Avaliação das Políticas Habitacionais em Belém, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro e São Paulo no final do século XX. Porto Alegre: ANTAC, 2007.			
CAMPOS, Edival B. et all. Subsídios para o debate sobre Serviço Social na educação . 1. Ed. Brasília: CFESS, 2013			
FAVARETO, A.S. A longa evolução da relação rural-urbano. Para além de uma abordagem normativa do desenvolvimento rural. RURIS . Revista do Centro de Estudos Rurais. Vol 1. Nº1. Campinas: Universidade Estadual de Campinas/IFCH, 2007, pp. 157-192.			
FREIRE, Lúcia M. B.; FREIRE, Silene de Moraes; CASTRO, Alba T. B. de. (orgs). Serviço Social ,			

Política Social e Trabalho, desafios e perspectivas para o século XXI. São Paulo: Cortez; Rio de Janeiro: UERJ, 2006

FRIGOTTO, G. **Educação e a crise do capitalismo.** 4. Ed. São Paulo: Cortez, 2000

GROSSI, Esther P; BORDIN, Jussara. **Paixão de aprender.** Petrópolis-RJ: Vozes, 1993.

HARVEY, D. **A produção capitalista do espaço.** São Paulo: Annablume, 2005.

KRAYCHETE, Gabrile; LARA, Francisco; COSTA, Beatriz (orgs). **Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia.** Petrópolis - RJ: Vozes; Rio de Janeiro: Capina; Salvador: CESE: UCSAL, 2000

PANDORFI, Aline Fardin. **Reflexões críticas sobre as Políticas de Geração de Trabalho e Renda no Brasil.** Temporalis, Brasília (DF), ano 15, n. 30, jul./dez. 2015

MARICATO, Ermínia. **Brasil, cidades: alternativas para a crise urbana.** Rio de Janeiro: Vozes, 2001.

MARICATO, E. **Impasse da política urbana no Brasil.** Rio de Janeiro: Vozes, 2011.

MOREIRA, Roberto J.; BRUNO, Regina. (Orgs). **Dimensões rurais de políticas brasileiras.** Rio de Janeiro/Seropédica: Mauad X/Edur, 2010. 182p.

MOTA, Leonardo de Araujo; OLIVEIRA, Maynne Santos de Oliveira. POLÍTICAS PÚBLICAS DE EMPREGO NO BRASIL: reflexões entre a Era Vargas e o Neoliberalismo. **Revista Foco.** V.8, nº 2, ago./dez. 2015.

BALL, Stephen J; MAINARDES, Jefferson (Orgs). **Políticas Educacionais: questões e dilemas.** São Paulo: Cortez, 2018, 288p.

NICÉSIO, Guilherme Alves de Lima; ALMEIDA, Marcia Bastos de; CONCEIÇÃO, Lucy Mara da. **Políticas públicas na educação básica.** Londrina: Editora e Distribuidora Educacional S.A., 2015, 208p.

Disponível em: https://s3.amazonaws.com/cm-cls-content/201502/INTERATIVAS_2_0/POLITICAS_PUBLICAS_NA_EDUCACAO_BASIC/U1/LIVRO_UNICO.pdf. Acesso em: 28 set. 2022

RIBEIRO, Luiz César Q. (Org.); SANTOS JÚNIOR, O. A. (Org.). **As Metrôpoles e a Questão Social Brasileira.** 1. ed. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2007. 340p.

WANDERLEY, M.N.B. **O mundo rural como um espaço de vida:** reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade. Porto Alegre: UFRGS, 2009.

FARAGE, Eblin; HELFREICH, Francine; RAMOS, Isabel Cardoso. Questão urbana, direito à cidade e o serviço social In: Adriana et al. (Orgs.) **Desenvolvimento, formação social brasileira e políticas públicas:** subsídios analíticos para o Serviço Social. Uberlândia: Navegando Publicações, 2019.

ROCHA, Roseli. F. **A Questão Étnico-racial e as Políticas de Ação Afirmativa: contribuição para o debate no Serviço Social.** In: Anais - XII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social - 06 a 10 de dezembro de 2010.

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código (quando houver)	Tipo	Departamento de Serviço Social
DIVERSIDADE E DESIGUALDADES DE GÊNERO, RAÇA-ETNIA E CLASSE	NOVO CÓDIGO	Obrigatória	
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):	
4.0.0	60h		

EMENTA: Aportes teórico-metodológicos da diversidade e desigualdades no contexto da articulação das relações sociais de gênero, classe e raça/etnia na sociedade brasileira que incidem na organização doméstico-familiar, no mundo do trabalho, na constituição de sujeitos políticos e demais dimensões das sociabilidades. Serviço Social e relações de exploração/ opressão de gênero, feminismo, raça/etnia e

sexualidades.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:
ALMEIDA, Silvio Luiz de. O que é racismo estrutural? Belo Horizonte (MG): Letramento, 2019. CARNEIRO, Sueli. Racismo, Sexismo e Desigualdade no Brasil. Rio de Janeiro: Synergia Ed., 2011. CISNE, Mirla; SANTOS, Silvana M. Morais dos. Feminismo, diversidade sexual e serviço social. São Paulo: Cortez, 2018. (Biblioteca básica de serviço social; v.8). FERNANDES, Florestan. A integração do negro na sociedade de classes. 3. Ed. São Paulo: Ática, 1978, v. 1. SAFFIOTI, H. I. B. Gênero, patriarcado, violência. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2004.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:
ABEPSS. Revista Temporalis. Serviço Social, Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Raça/Etnia, Geração, Sexualidades. v. 14, n. 27, 2014. BOZON, Michel. Sociologia da sexualidade. Rio de Janeiro: FGV, 2004. Capítulo 5 – Nova formulação das relações entre homens e mulheres na sexualidade contemporânea p. 81-92. ELPIDIO, M. H et al (Orgs). Desafios para o serviço social na luta antirracista: questão étnico-racial em debate. Annablume Editora, 2021. EURICO, M et al (orgs). Questão racial, Serviço Social e os desafios contemporâneos. Campinas, SP: Editora Papel Social, 2022. HEILBORN, Maria Luiza (Org). Sexualidade: o olhar das ciências sociais. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999. HIRATA, Helena; MARUANI, Margareth. (Orgs.). As novas fronteiras da desigualdade: Homens e mulheres no mercado de trabalho, São Paulo: Senac, 2003 LOYOLA, Maria Andréa. A sexualidade como objeto de estudo das ciências humanas. In: OLIVEIRA, Pedro Paulo. Discursos sobre a Masculinidade. Revistas Estudos Feministas. IFCS/UFRJ, Vol. 6 N. 1, 1998. P. 91-112. GUIMARÃES. Antonio Sergio. Racismo e anti-racismo no Brasil. São Paulo: Fundação de Apoio à Universidade de São Paulo: 1999. MOURA, Clóvis. Dialética Radical do Brasil Negro. São Paulo: Editora Anita, 1994. NASCIMENTO, Abdias do. O genocídio negro brasileiro: processo de um racismo mascarado. São Paulo: Perspectivas, 2016. O'DWYER, Eliane Cantarino. Quilombos: identidade étnica e territorialidade. Rio de Janeiro: FGV, 2002. 268p. SARTI, Cynthia Andersen. A sedução da igualdade: trabalho, gênero e classe. In: SCHPUN, Mônica Raisa (Org.). Gênero sem fronteiras: oito olhares sobre mulheres e relações de gênero. Florianópolis: Mulheres, 1997.

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código (quando houver)	Tipo	Departamento de Serviço Social
AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E PROJETOS SOCIAIS	NOVO CÓDIGO	Obrigatória	
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):	
3.1.0	60h		

EMENTA: Avaliação de políticas públicas: panorama histórico, enfoques teórico-metodológicos e tipologias de avaliação de políticas públicas. Monitoramento de políticas públicas, construção e análise de indicadores sociais. A experiência brasileira de monitoramento e avaliação, destacando o trabalho profissional das/os assistentes sociais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

- RICO, Elizabeth Melo. (Org.). **Avaliação de Políticas Sociais:** Uma questão em debate. 3. ed. São Paulo: Cortez: Instituto de Estudos Especiais, 2001.
- BARREIRA, Maria Cecília; CARVALHO, Maria do Carmo. (Orgs.) **Tendências e perspectivas na avaliação de políticas e programas sociais.** São Paulo: IEE/PUC-SP, 2001.
- GOMES, Maria de Fátima Cabral Marques. Avaliação de Políticas sociais e cidadania: pela ultrapassagem do modelo funcionalista clássico. In: SILVA e SILVA, Maria Ozanira da (Org.). **Avaliação de políticas e programas sociais.** São Paulo: Veras Editora, 2001. p.17-37.
- JANNUZZI, Paulo de Martino. **Indicadores sociais no Brasil:** conceitos, fontes de dados e aplicações. Campinas: Alínea, 2001.
- SILVA, Maria Ozanira da Silva e (coord.) **Pesquisa Avaliativa:** aspectos teórico-metodológicos. 2ª ed. São Paulo: Veras; São Luís, MA. Grupo de Avaliação e Estudo da Pobreza e de Políticas Direcionadas à Pobreza, 2013.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

- ARMANI, Domingos. Indicadores e sistema de monitoramento e avaliação. In: ARMANI, Domingos. Como elaborar projetos? **Guia prático para elaboração e gestão de projetos sociais.** Porto alegre: Tomo Editorial, 2001, p.58-73.
- BELLONI, Isaura *et al.* **Metodologia de avaliação em Políticas Públicas:** uma experiência em educação profissional. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2001.
- BOSCHETTI, Ivanete. Avaliação de políticas, programas e projetos sociais. In: CFESS (Org.). **Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais.** Brasília-DF: CFESS/ABEPSS.2009, p.575-591.
- COHEN, Ernesto. Tipos de Avaliação. In: COHEN, Ernesto. **Avaliação de projetos sociais.** Petrópolis, RJ: Vozes. 1994, p. 108-117.
- EDUARDO, Marino. **Manual de avaliação de projetos sociais.** 2. ed. São Paulo: Saraiva: Instituto Ayrton Senna, 2003.
- FARIA, Regina M. Avaliação de Programas sociais: evoluções e tendências. In: RICO, Elizabeth de M (Orgs). **Avaliação de Políticas sociais:** uma questão em debate. 3. ed. São Paulo: Cortez: Instituto de Estudos Especiais, 2001, p.41-49.
- FONSECA, Ana Maria Medeiros da. O programa de renda Familiar mínima do município de Campinas: questões metodológicas sobre o estudo com famílias. In: RICO: Elizabeth de Melo. (Org.). **Avaliação de Políticas Sociais:** uma questão em debate. São Paulo: Cortez, 2001, p.131-154.
- ROCHE, Chris. **Avaliação de impacto dos trabalhos de ONGs:** aprendendo a valorizar as mudanças. Edição adaptada para o Brasil. ABONG: tradução e interpretação simultânea e escrita. 2.ed. São Paulo: Cortez editora; ABONG: OXFORD, Inglaterra: OXFAM, 2002.
- SILVA e SILVA, Maria Ozanira et al. Avaliação de programa da política social: avaliação do programa creche manutenção. In: SILVA E SILVA, Maria Ozanira. (Org.). **Avaliação de políticas e programas Sociais:** teoria e prática. S.P.: Veras Editora, 2001, p. 98- 144.
- SILVA e SILVA, Maria Ozanira et al. O Bolsa família como mediação da unificação dos programas de transferência de renda: resultados de um estudo empírico no maranhão e no Piauí. In: SILVA e SILVA (Org.). **O Bolsa família no enfrentamento à pobreza no maranhão e Piauí.** São Paulo: Cortez; Teresina: Editora Gráfica da UFPI; São Luís: EDUFMA. 2008, p.104- 142.
- SOUZA FILHO, Rodrigo de; GURGEL, Claudio. **Gestão democrática e serviço social:** princípios e propostas para a intervenção crítica. São Paulo: Cortez, 2016 (Coleção biblioteca básica de serviço

social, v.7).
 SULBRANDT, Jose. La evaluación de los programas sociales: una perspectiva crítica de los modelos usuales. IN: KLIKSBURG, Bernardo. **Pobreza: un tema impostergable**. México: Fondo de Cultura económica. 1993.
 TENÓRIO, Fernando Guilherme. Avaliação Final. In: TENÓRIO, Fernando G. (Coord.) **Avaliação de projetos Comunitários: abordagem prática** Edições Loyola, São Paulo.

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código (quando houver)	Tipo	Departamento de Serviço Social
ESTÁGIO SUPERVISIONADO OBRIGATÓRIO EM SERVIÇO SOCIAL I	NOVO CÓDIGO	Obrigatória	
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):	
0.0.15	225h	Processo de Trabalho do Serviço Social III; Fundamentos éticos e ética profissional; Avaliação de políticas públicas e projetos sociais	
EMENTA: Inserção do aluno no campo de estágio. Observação e aprendizado do exercício profissional na perspectiva das três dimensões (técnico-operativo, ético-política e teórico-metodológica) no contexto institucional. Compreensão da realidade institucional e profissional. Elaboração de Plano de Estágio, Análise institucional, Projeto de Intervenção e Relatório a ser desenvolvido no campo de estágio.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
BAPTISTA, Myriam Veras. Planejamento: introdução à metodologia do planejamento social. São Paulo: Ed. Moraes, 1991.			
BARROCO, Maria Lucia Silva; TERRA, Sylvia Helena. Código de Ética do/a assistente social comentado . São Paulo: Cortez, 2012.			
CFESS. Atribuições privativas do/a assistente social em questão . Brasília: CFESS, 2012.			
COUTO, Berenice Rojas. Formulação de projeto de trabalho profissional. In: CFESS/ABEPSS (Org.). Serviço Social: Direitos Sociais e competências profissionais . Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009, p. 651-666			
SANTOS, C. M.; BACKX, S; GUERRA, Y (ORGS). A dimensão técnico-operativa no Serviço Social: desafios contemporâneos . Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2011.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:			
Bibliografia complementar específica de cada política pública / campo de estágio.			

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código (quando houver)	Tipo	Departamento de Serviço Social
SEMINÁRIO DE PRÁTICA I	NOVO CÓDIGO	Obrigatória	
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):	
0.2.0	30h	Co-requisito com estágio obrigatório em Serviço Social I	
EMENTA: O Estágio na formação profissional do Assistente Social. Legislação de Estágio Supervisionado e Normas Técnicas relativas ao Exercício Profissional aplicadas ao campo de Estágio. As expressões da questão social nos diferentes campos de Estágio. O trabalho intersetorial e			

interprofissional.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:
<p>ABEPSS. Política Nacional de Estágio da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. 2009. Disponível em: <http://www.abepss.org.br> Acesso em: 02 out. 2021.</p> <p>CFESS. Legislação e resoluções sobre o trabalho do/a assistente social. Brasília: CFESS, 2011.</p> <p>LEWGOY, A. M. B. Supervisão de estágio em serviço social: desafios para a formação e o exercício profissional. São Paulo: Cortez, 2009.</p> <p>MONERAT, Giselle et al (Org.) A intersetorialidade na agenda das políticas sociais. Campinas: Papel social, 2014.</p> <p>YASBEK, Maria Carmelita. Pobreza e exclusão social: expressões da questão social no Brasil. Temporalis, Brasília: ABEPSS, ano II, n. 3, jan./jun. 2001.</p>
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:
<p>ABEPSS. Diretrizes curriculares do Curso de Serviço Social. Disponível em: <http://www.abepss.org.br> Acesso em: 02 out. 2021.</p> <p>BRASIL. Lei de Estágio nº 11.788, de 25/09/2008, Brasília (DF), 2008.</p> <p>CFESS - Conselho Federal de Serviço Social. Resolução nº. 533, de 29 de setembro de 2008. Regulamenta a Supervisão Direta de Estágio no Serviço Social.</p> <p>LIMA, Antônia Jesuíta. As multifaces da pobreza: formas de vida e representações simbólicas dos pobres urbanos. Teresina: Halley, 2003.</p> <p>GUIRALDELLI, Reginaldo; ENGLER, Helen B. R. As categorias gênero e raça/etnia como evidências da questão social: uma reflexão no âmbito do serviço social. Serviço Social & Realidade, Franca, v. 17, n. 1, p. 248-267, 2008</p> <p>SANTOS, Josiane Soares. “Questão social”: particularidades no Brasil. São Paulo: Cortez, 2012.</p> <p>PASTORINI, Alejandra. A categoria “questão social” em debate. São Paulo: Cortez, 2010.</p> <p>ROSA, Lucia et al. Experiência de estágio obrigatório como primeiro contato com o mercado de trabalho do serviço social – orientações básicas. In: ROSA, Lucia et al (Orgs.). A saúde mental sob o prisma acadêmico: a experiência em serviço social da UFPI na docência, nos estágios e em produção de conhecimento. Teresina: EDUFPI, 2011, p.13-29.</p> <p>SOUZA, H. J. Como se faz análise de conjuntura. 27ª Ed. Petrópolis: Vozes, 1984.</p>

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código (quando houver)	Tipo	Departamento de Serviço Social
INSTRUMENTALIDADE DO SERVIÇO SOCIAL I	NOVO CÓDIGO	Obrigatória	
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):	
0.1.0	15h	Co-requisito com Estágio Obrigatório em Serviço Social I	
EMENTA: Instrumentalidade do Serviço Social no Estágio Supervisionado I. A dimensão investigativa do exercício profissional no estágio. Instrumentos, técnicas e documentação no Estágio Supervisionado I. A supervisão de estágio como atribuição privativa do assistente social.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
CAPUTI, Leslie. Supervisão de estágio em Serviço Social . Campinas: Papel social, 2021.			

CFESS. **Resolução CFESS nº 533**, de 29 de setembro de 2008. Ementa: Regulamenta a supervisão direta de estágio no Serviço Social.

GUERRA, Yolanda. A dimensão investigativa no exercício profissional. In: CFESS. **Serviço Social: direitos e competências profissionais**. CFESS; ABEPSS, 2009.

MATOS, Maurílio de Castro. Comentários sobre o registro do trabalho do serviço social na área da saúde. In: MATOS, Maurílio de Castro. **Serviço social, ética e saúde: reflexões para o exercício profissional**. São Paulo: Cortez, 2013, p. 109 -140.

ORTIZ, Fátima da Silva Grave. A política nacional de estágio e a supervisão direta: avanços e desafios. **Temporalis**, Brasília (DF), ano 14, n. 27, p. 203-219, jan./jun. 2014.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BURIOLLA, Marta A. F. **Supervisão em Serviço Social – O Supervisor; sua relação e seus papéis**. São Paulo: Cortez, 1996.

EURICO, Márcia Campos. **Nota Técnica sobre o trabalho de assistentes sociais e a coleta do quesito Raça/Cor/Etnia**. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 2022.

GARRETT, A. **A entrevista, seus princípios e métodos**. 10 ed. Rio de Janeiro: Agir, 1991.

LEWGOY, Alzira Maria Baptista. **Supervisão de estágio em serviço social: desafios para a formação e exercício profissional**. São Paulo: Cortez, 2009.

LIMA, Telma C. S.; MIOTO, Regina C. T.; DAL PRÁ, Keli R. A documentação no cotidiano da intervenção dos assistentes sociais: algumas considerações acerca do diário de campo. **Textos & Contextos** (Porto Alegre), v. 6, n.1, p.93-104, 2007. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/view/1048> Acesso em 21 set. 2022.

MARCONSIN, Cleier. Documentação em Serviço Social: debatendo a concepção burocrática e rotineira. In: FORTI, Valeria; GUERRA, Yolanda (orgs.). **Serviço Social: temas, textos e contextos**. 5. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2016. p. 99-112.

MESQUISTA, Andréa P.; GUERRA, Yolanda.; GONÇALVES, André de M. (Orgs.). **Dicionário Crítico: Estágio Supervisionado em Serviço Social**. Fortaleza: Editora Socialis, 2019

MIOTO, R. C. de T. Estudos socioeconômicos. In: CFESS (Org.). **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

MOREIRA, C.F.N. **O trabalho com grupos em serviço social**. A dinâmica do grupo como estratégia para reflexão crítica. 5ed. São Paulo: Cortez, 2019.

PEREIRA, Sofia Laurentino B.; COSTA, Teresa Cristina Moura; VILARINHO, Lúcia da Silva (Org.) **O estágio supervisionado em Serviço Social no Piauí : saberes e experiências**. Teresina : EDUFPI, 2023.

SANTOS, Cláudia Mônica dos. **Na prática a teoria é outra?: mitos e dilemas na relação entre teoria, prática, instrumentos e técnicas no serviço social**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010.

SOUSA, Charles Toniolo de. A prática do assistente social: conhecimento, instrumentalidade e intervenção profissional. **Emancipação**, Ponta Grossa, 8(1): 119-132, 2008

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código (quando houver)	Tipo	Departamento de Serviço Social
PESQUISA SOCIAL II	NOVO CÓDIGO	Obrigatória	

Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):
4.0.0	60h	Pesquisa social I
<p>EMENTA: O projeto de pesquisa: justificativa, definição e delimitação de objeto, objetivos, referencial teórico, metodologia, cronograma e referências. As fases de uma pesquisa (planejamento, execução, análise e interpretação dos dados). Procedimentos científicos que orientam a pesquisa social. Instrumentos e técnicas de pesquisa. Natureza das Fontes. Amostragem. Sistematização e análise dos dados: instrumentais técnicos e analíticos. O relatório e a devolutiva da pesquisa aos participantes. Definição de temática para abordagem na disciplina de Pesquisa Social II.</p>		
<p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</p>		
<p>ALVES, Alda J. A “Revisão da Bibliografia” em Teses e Dissertações: meus tipos inesquecíveis, Cadernos de Pesquisa. SP, 1992. GIL, Antônio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002. GOMES, Romeu. A análise de dados em pesquisa qualitativa. In. MINAYO, Maria Cecília de S. (Org.). Pesquisa Social: teoria, método e criatividade. 23. ed. Petrópolis: Vozes, 2004, p. 67-80. MINAYO, Maria Cecília de Souza. O Desafio do Conhecimento: Pesquisa qualitativa em saúde. 3.ed. São Paulo, Rio de Janeiro: HUCITEC-ABRASCO, 1994. VIANA, Masilene Rocha. A construção do Projeto de Pesquisa. (texto elaborado para ensino)</p>		
<p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:</p>		
<p>BARTIER, R. A pesquisa-ação. Brasília: Plano Editora, 2002. BAUER, M. W.; GASKELL, G. (orgs.). Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som. Petrópolis: Vozes, 2003, pp. 137-155 BOOTH, Wayne C. et al. A Arte da Pesquisa. São Paulo: Martins Fontes, 2000. BRANDÃO, C. R. (org.). Pesquisa participante. São Paulo: Brasiliense, 1986. FLICK, Uwe. Uma introdução à pesquisa qualitativa. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2004. GIL, Antonio Carlos. Métodos e Técnicas de Pesquisa Social. 4.ed. São Paulo: Atlas, 1994. LAVILLE, Christian e DIONNE, Jean. A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas. Belo Horizonte: Editora UFMG; Porto Alegre: Artmed, 1999 LUNA, Sérgio V. Planejamento de Pesquisa. São Paulo: EDUC, 1998. MINAYO, M. Cecília de S. (Org.). Pesquisa social: teoria, método e criatividade. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994. RICHARDSON, R. J. Pesquisa Social: métodos e técnicas. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999. YIN, Robert K. Estudo de caso: planejamento e métodos. 3.ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.</p>		

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código (quando houver)	Tipo	
ESTÁGIO SUPERVISIONADO OBRIGATÓRIO EM SERVIÇO SOCIAL II	NOVO CÓDIGO	Obrigatória	Departamento de Serviço Social

Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):
0.0.15	225h	Estágio supervisionado obrigatório em serviço social I
EMENTA: Implementação/execução do projeto de intervenção. Sistematização, monitoramento e avaliação do projeto de intervenção e do estágio supervisionado. Elaboração do relatório final de estágio.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		
BAPTISTA, Myriam Veras. Planejamento: introdução à metodologia do planejamento social. São Paulo: Ed. Moraes, 1991.		
BOSCHETTI, Ivanete. Avaliação de políticas, programas e projetos sociais. In: CFESS (Org.) Serviço Social: direitos sociais e Competências Profissionais. Brasília: CFESS; ABEPSS, 2009.		
SILVA; Maria Ozanira da S. (Org). Avaliação de Políticas e Programas Sociais: teoria e prática. São Paulo: Veras Editora, 2001.		
TEIXEIRA, Josefina B. Formulação, Administração e Execução de Políticas Públicas. In: CFESS (Org.) Serviço Social: direitos sociais e Competências Profissionais. Brasília: CFESS; ABEPSS, 2009. p.553-573.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:		
Bibliografia complementar específica de cada política pública / campo de estágio.		

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código (quando houver)	Tipo	Departamento de Serviço Social
SEMINÁRIO DE PRÁTICA II	NOVO CÓDIGO	Obrigatório	
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):	
0.2.0	30h	Co-requisito com Estágio Obrigatório em Serviço Social II	
EMENTA: Aprofundamento temático dos objetos dos projetos de intervenção. As estratégias político institucionais frente ao objeto de intervenção. A experiência do Estágio como exercício de iniciativa e construção de autonomia profissional. Problemática do exercício profissional em face do Projeto Ético-Político do Serviço Social.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
BUENO, Nayara; CARLOTO, Cassia. Avaliação e monitoramento da política de assistência social: uma proposta em construção. R. Katál. , Florianópolis, v. 18, n. 1, p. 13-21, jan./jun. 2015			
FALEIROS, Vicente de P. O Serviço Social no cotidiano: fios e desafios. Serviço Social e Sociedade. São Paulo, n. 120, p. 706-722, out./dez. 2014			
TELLES, V.S. Direitos sociais, afinal do que se trata? BH: Ed. UFMG, 1999.			
VASCONCELOS, A. M. O trabalho do assistente social e o projeto hegemônico no debate profissional. Programa de Capacitação Continuada para Assistentes Sociais, Módulo 4. Brasília, CFESS/Abepss/Cead/UnB, 2000.			
YAZBEK, Carmelita. A dimensão política do trabalho do assistente social. Serv. Soc. Soc. , São Paulo, n. 120, p. 677-693, out./dez. 2014			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:			

CFESS. **Legislação e resoluções sobre o trabalho do/a assistente social**. Brasília: CFESS, 2011.

COHEN, E; ROLANDO, F. **Avaliação de projetos sociais**. Petrópolis: Vozes, 1993.

FALEIROS. Vicente de P. **Saber profissional e poder institucional**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

MATOS, Maurílio C. de. Considerações sobre atribuições e competências profissionais de assistentes sociais na atualidade. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 124, p. 678-698, dez. 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282015000400678&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 21 set. 2022.

NETTO, José Paulo. A crítica da vida cotidiana. In: _____; CARVALHO, M. C. B. **Cotidiano: conhecimento e crítica**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

SILVA, Ociana; RAICHELIS, Raquel. O assédio moral nas relações de trabalho do(a) assistente social: uma questão emergente. **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo, n. 123, p. 582-603, jul./set. 2015

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código (quando houver)	Tipo	Departamento de Serviço Social
INSTRUMENTALIDADE DO SERVIÇO SOCIAL II	NOVO CÓDIGO	Obrigatória	
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):	
0.1.0	15h	Co-requisito com estágio obrigatório em serviço social II	
EMENTA: Instrumentalidade do Serviço Social no Estágio Supervisionado II. Instrumentos, técnicas e documentação no Estágio Supervisionado II. A supervisão acadêmica e de campo: acompanhamento e avaliação das ações do projeto de intervenção e do estágio em Serviço Social.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
CARVALHO, Maria C. B. (Orgs.). Tendências e perspectivas na avaliação de políticas e programas sociais . São Paulo: IEE/PUC-SP, 2001.			
FERNANDAS, Neide. Sigilo e ética do/a assistente social . São Paulo: Cortez, 2018.			
GUERRA, Yolanda; BRAGA, Maria Elisa. Supervisão em serviço social. In: CFESS (Org.) Serviço Social: direitos sociais e Competências Profissionais . Brasília: CFESS; ABEPSS, 2009.			
MIOTO, Regina Célia T.; NOGUEIRA, Vera Maria R. Sistematização, Planejamento e Avaliação das Ações dos Assistentes Sociais no Campo da Saúde. In: MOTA, Ana E. et al (Orgs). Serviço Social e Saúde: formação e trabalho profissional . São Paulo: Cortez, 2009.			
JANNUZZI, Paulo. Indicadores sociais no Brasil . Campinas: Ed. Aliena, 2001.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:			
FURTADO, Juarez Pereira. Avaliação de programas e serviços, introduzindo alguns conceitos. In: GASTÃO, W. S. C. et al. Tratado de Saúde Coletiva . São Paulo: Hucitec; Rio de Janeiro: Fiocruz, 2006. p. 715-739.			

JOAZEIRO, Edna M. Goulart. **Estágio Supervisionado: experiência e conhecimento**. São Paulo: ESETEC, 2011.

MAGALHÃES, Sema Marques. **Avaliação e linguagem: relatórios, laudos e pareceres**. 4. ed. rev. São Paulo: Veras Editora, 2016.

MIOTO, R. C. T; LIMA, T. C. S. A dimensão técnico-operativa do Serviço Social em foco: sistematização de um processo investigativo. **Textos e Contextos**, Porto Alegre, v. 8, n. 1. 2009.

MOREIRA, T. W. F.; SANTOS, P. M. S. **Estágio em Serviço Social, combate ao racismo e trabalho com famílias: uma experiência antirracista no contexto do trabalho no CRAS**. Serviço Social em Perspectiva, v. 4, n. 1, 2020.

PEREIRA, Sofia Laurentino B.; COSTA, Teresa Cristina Moura; VILARINHO, Lúcia da Silva (Org.) O estágio supervisionado em Serviço Social no Piauí : saberes e experiências. Teresina : EDUFPI, 2023.

SIMÕES. C. **Curso de Direito do Serviço Social**, 7ª ed, Cortez: São Paulo, 2014

VASCONCELOS, Iana. Dilemas e desafios do estágio Curricular em Serviço Social: Expressão dos (Des) encontros entre a formação profissional e o mercado de trabalho. **Temporalis**, Brasília, ano IX, n.17, 2009

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código (quando houver)	Tipo	Departamento de Serviço Social
PESQUISA SOCIAL III	NOVO CÓDIGO	Obrigatória	
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):	
1.3.1	75h	Pesquisa social II	
EMENTA: Elaboração de projeto de pesquisa sobre tema relacionado à questão social e/ou à profissão de Serviço Social, provenientes de experiência de campo de estágio ou associadas às áreas de estudo consolidadas pelos/as professores/as do DSS. Teste dos instrumentos de coleta de informações adotados no projeto. Submissão do projeto ao comitê de ética em Pesquisa (caso aborde seres humanos).			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
COLOMBO, E. Descrever o social: a arte de escrever a pesquisa empírica. In: MELUCCI, Alberto. Por uma sociologia reflexiva: pesquisa qualitativa e cultura . Petrópolis: Vozes, 2005. P. 265-288.			
DINIZ, Debora <i>et al</i> (orgs). Ética em pesquisa: temas globais . Brasília: Ministério da Saúde, 2008.			
GIL, Antônio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa . 4. Ed. São Paulo: Atlas, 2002.			
MINAYO, Maria Cecília de S. (Org.). Pesquisa Social: teoria, método e criatividade . 23. Ed. Petrópolis: Vozes, 2004.			
RICHARDSON, R. J. Pesquisa Social: métodos e técnicas . 3. Ed. São Paulo: Atlas, 1999.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:			
BOURGUIGNON, Jussara Ayres. A particularidade histórica da pesquisa no Serviço Social . São Paulo: Veras Editora; Ponta Grossa-PR: Editora UEPG, 2008. 232 p.			
CARUZO, Igor. Definição do problema. In. A separação dos amantes: uma fenomenologia da morte . 5. Ed. São Paulo: Cortez, 1989. P. 11-18.			
CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE. Resolução CNS Nº 466 , de 12 de dezembro de 2012. Disponível em: < http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2012/Reso466.pdf > Acessado em: 15/09/13.			

QUEIROZ, Maria Isaura P. de. O pesquisador, o problema de pesquisa, a escolha de técnicas: algumas reflexões. Reflexões sobre a pesquisa sociológica. São Paulo: **Cadernos CERU**, (03), 1992.
 ZALUAR, A. Teoria e prática do trabalho de campo: alguns problemas. In: CARDOSO, R. (org.). **A aventura antropológica**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

Obs: A bibliografia específica à abordagem do problema de pesquisa focado por cada projeto será apontada pelo/a aluno/a.

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código (quando houver)	Tipo	Departamento de Serviço Social
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO	NOVO CÓDIGO	Obrigatória	
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):	
1.10.2	195h	Pesquisa Social III	
EMENTA: Realização de Pesquisa de campo com produção, análise e interpretação dos dados. Elaboração de trabalho monográfico desenvolvido a partir do projeto formulado em Pesquisa Social III.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
<p>BECKER, Howard. S. Segredos e truques da pesquisa. Rio de Janeiro: Zahar, 2007. CORTES, S. M. V. Técnicas de coleta e análise qualitativa de dados. Pesquisa Social Empírica – Métodos e Técnicas. Cadernos de Sociologia, nº 9. IFCH/PPGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul: s/d. p. 11-47. MINAYO. Maria Cecília de Souza. O Desafio do Conhecimento: Pesquisa qualitativa em saúde. 3.ed. São Paulo, Rio de Janeiro: HUCITEC-ABRASCO, 1994. NETO, Otávio Cruz. O trabalho de campo como descoberta e criação. In. MINAYO, Maria Cecília de S. (Org.). Pesquisa Social: teoria, método e criatividade. 23. ed. Petrópolis: Vozes: 2004, p. 51-66. QUEIROZ, Maria Isaura P. de. O pesquisador, o problema de pesquisa, a escolha de técnicas: algumas reflexões. Reflexões sobre a pesquisa sociológica. São Paulo: Cadernos CERU, (03), 1992.</p>			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:			
<p>ALVES, Alda J. A “Revisão da Bibliografia” em Teses e Dissertações: meus tipos inesquecíveis. Cadernos de Pesquisa. São Paulo: maio de 1992. p. 53-60. BARROS, Aidil de J.P. e LEHFELD Neide A. de S. Coleta de Dados. In. Projeto de Pesquisa: propostas metodológicas. 13. ed. Petrópolis: Vozes, 1990. p. 70-85. _____. Análise de Dados. In. BARROS, Aidil de J.P. e LEHFELD Neide A. de S. Projeto de Pesquisa: propostas metodológicas. 13. ed. Petrópolis: Vozes, 1990. p. 86-100. _____. Relatório de Pesquisa. In. BARROS, Aidil de J.P. e LEHFELD Neide A. de S. Projeto de Pesquisa: propostas metodológicas. 13ª ed. Petrópolis: Vozes, 1990. p. 101-111. BEAUD, M. A arte da tese: como redigir uma tese de mestrado ou de doutorado, uma monografia ou qualquer outro trabalho universitário. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002. KIDDER, Louise. (Org.) Métodos de Pesquisa nas Relações Sociais: análise de resultados. São Paulo: E.P.U., 1987, vol 3, p. 17-33; 35-54. MINAYO. Maria Cecília de Souza (Org.). Pesquisa social: teoria, método e criatividade. 13. ed., Petrópolis, Vozes, 1999. p. 9-21. WHITAKER, D. et al. A questão do registro e da memória do pesquisador. In: Sociologia rural: questões metodológicas emergentes. São Paulo: Letras à margem, 2002, p. 121-168. ZALUAR, Alba. Teoria e prática do trabalho de campo: alguns problemas. In. CARDOSO, Ruth. (Org).</p>			

A aventura antropológica: teoria e prática. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986, p. 107-125.

Obs: A bibliografia específica à abordagem do problema de pesquisa focado por cada projeto será apontada pelo/a aluno/a.

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código (quando houver)	Tipo	Departamento de Serviço Social
TÓPICO ESPECIAL SOBRE JUVENTUDE	NOVO CÓDIGO	Optativa	
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s): -	
4.0.0	60h		
EMENTA: A condição juvenil e suas interfaces: etária, gênero, raça/etnia, geracional. Diversidade juvenil, particularidades socioculturais e territoriais. Políticas Públicas de juventudes no Brasil: diretrizes, estrutura, materialidades e intersetorialidades.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
<p>ABRAMO Helena W. e BRANCO, Pedro Paulo Martoni (Orgs.). Retratos da Juventude Brasileira: análise de uma pesquisa nacional. 1. ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo; Instituto Cidadania, 2005. 447 p.</p> <p>ABRAMOVAY, M. et al. Trajetórias/práticas juvenis em tempos de pandemia de covid 19. [livro eletrônico] / organização Miriam Abramovay... [et al.]. -- 1. ed. -- Brasília, DF: Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais, 2022. PDF.</p> <p>CACCIA-BAVA, Augusto e COSTA, Dora Isabel Paiva da. O lugar dos jovens na história brasileira. In: CACCIA-BAVA, Augusto, PAMPOLS, Carlos Feixa e CANGAS, Yanko Gonzáles. Jovens na América Latina. São Paulo: CEBRIJ/ESCRITURAS. p. 63-114.</p> <p>GROPPO, Luís Antônio. Juventude: ensaios sobre sociologia e história das juventudes modernas. São Paulo: Difel. 2000.</p> <p>SPOSITO, Marília Pontes. Juventude e Políticas Públicas no Brasil. In: Revista Brasileira de Educação. Nº 24, São Paulo: ANPED, 2003.</p>			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:			
<p>BRASIL. Guia de políticas públicas de juventude. Brasília: Secretaria-Geral da Presidência da República, 2006.</p> <p>BRASIL. PEC nº138/2003, PL nº4.529/2004 e PL nº4.530/2004. Disponível em: www.camara.gov.br. Acesso em: 26 jun. 2010.</p> <p>BRASIL. Lei nº11.129/2005. Disponível em: http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao. Acesso em: 26 jun. 2010.</p> <p>COGGIOLA, Osvaldo. La Cuestión Agraria en Brasil. Grupo de Pesquisa História e Economia</p>			

Mundial Contemporâneas. Artigos. Março de 2007.

MARGULIS, Mario e URRESTI, Marcelo. **La juventud es más que una palabra**. Buenos Aires, Editorial Biblos, p. 157-171.

SECRETARIA NACIONAL DE JUVENTUDE. Relatório da pesquisa: Agenda Juventude Brasil: Pesquisa Nacional sobre o perfil e opinião dos jovens brasileiros 2013. Brasília, 2013. Disponível em: <http://www.juventude.gov.br/documentos/juventude-brasil>. >>> Acesso em dezembro de 2013. (Juventude Viva)

_____. **Trajetórias na constituição de políticas públicas de juventude no Brasil**. In: FREITAS, Maria Virgínia de; PAPA, Fernanda de Carvalho (orgs.). **Políticas Públicas: juventude em pauta**. São Paulo: Cortez; Ação Educativa e Fundação Friedrich Ebert, 2003.

SPOSITO, Marília P. **A sociabilidade juvenil e a rua; novos conflitos e ação coletiva na cidade**. Tempo Social. **Revista Sociologia da USP**. São Paulo, v.5 n. 1 e 2, p.161- 178, 1993.

SPOSITO, Marília Pontes. **A sociabilidade juvenil e a rua: novos conflitos e ação coletiva na cidade**. In: **Tempo Social**, v.5, n. 1-2, São Paulo, 1994.

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código (quando houver)	Tipo	Departamento de Serviço Social
TÓPICO ESPECIAL SOBRE ENVELHECIMENTO	NOVO CÓDIGO	Optativa	
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s): -	
4.0.0	60h		
EMENTA: Temas contemporâneos sobre envelhecimento e políticas sociais.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
BEAUVOIR, Simone. A velhice . Rio de Janeiro: Nova fronteira, 1990.			
CAMPELO E PAIVA, Sálvea de Oliveira (Org.). Envelhecimento, trabalho e instrumentalidade do serviço social . Recife: EDUPE, 2021.			
DEBERT, Guita Grin. A reinvenção da velhice: socialização e processo de reprivatização do envelhecimento . São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: FAPESP, 2012.			
HADDAD, Eneida Gonçalves de Macedo. A ideologia da velhice . 2ªed. São Paulo: Cortez, 2017.			
TEIXEIRA, Solange Maria. Envelhecimento do trabalhador e as tendências das formas de proteção social na sociedade brasileira. Argumentum , Vitória, v. 1, n. 1, p. 63-77, jul./dez. 2009. Disponível em: https://periodicos.ufes.br/argumentum/article/view/13/15			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:			
TEIXEIRA. Solange Maria (Org.) Serviço Social e envelhecimento . Teresina: EDUFPI, 2020. (capítulos 5 – p.126-159-; cap. 7 - p.192-220-; cap. 8 – p.221-248-; cap. 9 – 249-277-) Disponível em: https://www.ufpi.br/arquivos_download/arquivos/Livro_SERVI%C3%87O_SOCIAL_E_ENVELH			

[ECIMENTO E-BOOK-120201020195516.pdf](#)

MUSTAFÁ, Maria Alexandra da Silva Monteiro (Org.). **Serviço social e gerontologia: a proteção da pessoa idosa em tempos de pandemia**. Recife: Ed. UFPE, 2020. (cap. 5 – p.126-159-, cap. 6 – p.173-197) Disponível em: <https://editora.ufpe.br/books/catalog/download/362/372/1094?inline=1>

COSTA, Joice Sousa ...[et al.] Orgs. **Aproximações e ensaios sobre a velhice**. Franca: UNESP-FCHS; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2017. (cap. II) Disponível em: <https://www.franca.unesp.br/Home/Publicacoes/01-aproximacoes-e-ensaios-sobre-a-velhice.pdf>

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código (quando houver)	Tipo	Departamento de Serviço Social
TÓPICO ESPECIAL SOBRE FAMÍLIA	NOVO CÓDIGO	Optativa	
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s): -	
4.0.0	60h		
EMENTA: Temas contemporâneos sobre família e políticas sociais.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
BRUSCHINI, C. Teoria crítica da família . In: AZEVEDO, M. A.; GUERRA, V. N. de A. (orgs.) <i>Infância e violência doméstica: fronteiras do conhecimento</i> . São Paulo: Cortez, 1993.			
MIOTO, R. C. T. Família, trabalho com famílias e Serviço Social. Serviço Social em Revista , v.12, n.2, jan/jun 2010.			
MIOTTO, Regina Célia T. Trabalho com famílias: um desafio para os Assistentes Sociais. Revista Textos & Contextos . Vol. 3, No 1, 2004.			
TEIXEIRA, Solange Maria. Trabalho Social com Famílias: fundamentos históricos, teórico-metodológicos e técnicos-operacionais . Teresina: EDUFPI, 2018.			
ROSA, L. C. dos S. Trabalho social com famílias na perspectiva da política de saúde mental brasileira . In: TEIXEIRA, S. M. <i>Trabalho social com famílias e políticas sociais</i> . Campinas: Papel Social, 2018.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:			
SILVA, M.CL; SILVA, L.; BOUSSO, R. S. A abordagem à família na Estratégia Saúde da Família: uma revisão integrativa da literatura. Rev. Esc. Enfermagem USP , 45(5), p.1250/55, 2011.			
DAL PRÁ, K. R.; SCHMIDT, C. Atenção domiciliar em saúde e processo de responsabilização das famílias: uma análise a partir do Programa Melhor em Casa . In: TEIXEIRA, S. M. <i>Trabalho social com famílias e políticas sociais</i> . Campinas: Papel Social, 2018.			
CRONEMBERGER, I. H. G. M. O trabalho social com as famílias de origem no serviço de acolhimento institucional . In: TEIXEIRA, S. M. <i>Trabalho social com famílias e políticas sociais</i> . Campinas: Papel Social, 2018.			
MIOTO, R. C. T. Novas propostas e velhos princípios: a assistência às famílias no contexto de			

programas de orientação e apoio sociofamiliar. In: SALES, M. A.; MATOS, M. C.; LEAL, M. C. (Org.). Política social, família e juventude: uma questão de direitos. São Paulo: Cortez, 2004.p. 43-60. (v. 1).

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código (quando houver)	Tipo	Departamento de Serviço Social
TÓPICO ESPECIAL DE SAÚDE	NOVO CÓDIGO	Optativa	
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s): -	
4.0.0	60h		
EMENTA: Temas contemporâneos sobre saúde e políticas sociais.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
BARATA, R. B. Como e por que as desigualdades sociais fazem mal à saúde. Rio de Janeiro: Editora da FIOCRUZ, 2009. (Coleção Temas de Saúde).			
CFESS (Org). Parâmetros para atuação de assistentes sociais na política de saúde. Brasília, CF: CFESS, 2012. Disponível em: http://www.cfess.org.br/visualizar/livros . Acesso em: 30 ma. 2023.			
MERHY, Emerson E. Saúde: a cartografia do trabalho vivo. 4ed. São Paulo: Hucitec editora, 2014.			
MOTA, Ana Elizabete et al. (orgs). Serviço Social e Saúde: formação e trabalho profissional. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2009.			
SENNA, Mônica de Castro Maia; ZUCCO, Luciana Patrícia; LIMA, Ana Beatriz Ribeiro (Orgs). Serviço Social na saúde coletiva: reflexões e práticas. Rio de Janeiro: Garamond, 2012.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:			
CARVALHO, Mario Felipe de Lima; MENEZES, Moisés Santos de. Violência e Saúde na Vida de Pessoas LGBTI. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2021. (Coleção Temas em Saúde).			
GIULIANI, Camila Giugliani et al. Violência Sexual e Direito ao Aborto Legal no Brasil: fatos e reflexões. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2021. (Coleção Temas em Saúde).			
SILVA, Letícia Batista da; CASTRO, Marina Monteiro de Castro e. Serviço Social e Residência em Saúde: trabalho e formação. São Paulo: Ed. Papel Social, 2021.			
WERNECK, J. Racismo institucional e saúde da população negra. Saúde e Sociedade. USP, São Paulo, v.25, n.3, p.535-549, 2016.			

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código (quando houver)	Tipo	Departamento de Serviço Social
TÓPICO ESPECIAL DE SAÚDE MENTAL	NOVO CÓDIGO	Optativa	
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s): -	

4.0.0	60h	
EMENTA: Temas contemporâneos sobre saúde mental e políticas sociais.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		
AMARANTE, P. (org.) Loucos pela vida: A trajetória da reforma psiquiátrica no Brasil. Rio de Janeiro: SDE/ENSP, 1995.		
THORNICROFT, Graham; TANSELA, Michele. Boas práticas em saúde mental comunitária. Barueri: Manole, 2010.		
GOFFMAN, Erving. Manicômios, prisões e conventos. São Paulo: Perspectiva, 1992.		
ROSA, Lucia Cristina dos Santos. Transtorno mental e o cuidado na família. 3ed. São Paulo: Cortez, 2011.		
VASCONCELOS, Eduardo Mourão (Org.). Saúde mental e Serviço Social: O desafio da subjetividade e da interdisciplinaridade. 5ª ed. São Paulo: Cortez, 2010.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:		
CFESS (Org.) Série assistente social no combate ao preconceito: discriminação contra a população usuária da saúde mental – Caderno 8. Brasília, DF: CFESS, 2022.		
DIAS, Marcelo Kimati (org.) Política de saúde mental: desafios no Brasil pós-pandemia. Curitiba: Editora CRV, 2022.		
PASSOS, Rachel Gouveia. Na mira do fuzil: a saúde mental das mulheres negras em questão. São Paulo: Hucitec, 2023.		
PEREIRA, Sofia Laurentino Barbosa; ROSA, Lucia Cristina dos Santos; SILVA, Ellayne Karoline Bezerra; MAIA, Juliana Barbosa Dias (org). A política de saúde mental no Piauí sob a égide da RAPS. Teresina: EDUFPI/FAPEPI, 2017.		
VASCONCELOS, Eduardo Mourão. Reforma psiquiátrica: Tempos sombrios e resistência: diálogos com o marxismo e o Serviço Social. Campinas: Papel Social, 2016.		

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código (quando houver)	Tipo	Departamento de Serviço Social
TÓPICO ESPECIAL DE POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	NOVO CÓDIGO	Optativa	
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s): -	
4.0.0	60h		
A Política de Assistência Social como política do Sistema de Seguridade Social brasileiro. A Políti Nacional de Assistência social e o Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Gestão do Trabalh territorialização, controle social e trabalho em rede no contexto do SUAS. Os serviços, benefícios programas do Sistema Único de Assistência Social. Desafios contemporâneos da Política de Assistênc Social e do Sistema Único de Assistência Social.			

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BOSCHETTI, Ivanete. **Seguridade social no Brasil: conquistas e limites à sua efetivação**. Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS, 2009. Disponível em: http://portal.saude.pe.gov.br/sites/portal.saude.pe.gov.br/files/seguridade_social_no_brasil_c_o_nquistas_e_limites_a_sua_efetivacao_-_boschetti.pdf, acessado em: 05/10/2020.

BRAGA, Iracilda Alves. **A política de assistência social e o sistema único de assistência social: apontamentos para o debate**. In: BRAGA, I.A (ORG.). *A assistência social e o SUAS no contexto de desmonte da seguridade social brasileira*. Teresina: EDUFPI, 2021. P. 31-36.

COSTA, Teresa Cristina Moura. **A Política de Assistência social no contexto da Seguridade Social: aspectos históricos e desafios na conformação do Sistema Único de Assistência Social**. In: BRAGA, Iracilda Alves; COSTA, Teresa Cristina Moura (Orgs.). *A Política de Assistência Social no contexto teresinense: gestão e boas práticas*. Teresina: EDUFPI, 2018, p. 15-30.

MOTA, Ana Elizabete. **A centralidade da assistência social na Seguridade Social brasileira nos anos 2000**. In: MOTA, Ana Elizabete (org). *O mito da Assistência Social: ensaios sobre o Estado, Política e Sociedade*. São Paulo. Cortez. 2010, capítulo 4.

MOTA, Ana Elizabete & SITCOVISK, M. **Sobre a centralidade da política de assistência social brasileira no sistema de seguridade social**. In: BRAGA, I.A (ORG.). *A assistência social e o SUAS no contexto de desmonte da seguridade social brasileira*. Teresina: EDUFPI, 2021. P. 37-48.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BRAGA, Iracilda Alves; FRANÇA, Rosilene Marques; COSTA, Teresa Cristina Moura (Orgs.). **Diálogos e vivências com o SUAS em tempos de COVID 19** – Teresina: EDUFPI: Cancioneiro, 2020. 302 p.

BRASIL. **Constituição da República Federativa no Brasil**: promulgada em 05 de outubro de 1988. 31º Ed. São Paulo. Saraiva. 2003, Capítulo da Ordem Social. <https://www.stf.jus.br/arquivo/cms/legislacaoConstituicao/anexo/CF.pdf>, acessado em: 05/10/2020

Brasil, **Política Nacional de Assistência Social**, MDS, novembro de 2004.

Brasil, **Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social**, versão final, MDS, julho de 2005.

Brasil, **Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS- NOB-RH/SUAS**, MDS, 2006

JALES. Paula Raquel da Silva. **Projetos político-ideológicos na Política de Assistência Social brasileira: os sentidos e as direções da participação em disputa**. 2020. Tese (doutorado). Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas. Universidade Federal do Piauí. Teresina (PI). 2020.

SALVADOR, Evilasio da Silva. O desmonte do financiamento da seguridade social em contexto de ajuste fiscal. **Serviço Social & Sociedade**, n. 130, p. 426-446, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/sssoc/n130/0101-6628-sssoc-130-0426.pdf>. acessado em: 05/10/2020.

TEIXEIRA, S. M. Trabalho Social com famílias na Política de Assistência Social: elementos para sua reconstrução em bases críticas. **Serviço Social em Revista**, [S. l.], v. 13, n. 1, p. 4–23, 2010. DOI: 10.5433/1679-4842.2010v13n1p4. Disponível em:

<https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/ssrevista/article/view/8425>. Acesso em: 31 maio. 2023.

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código (quando houver)	Tipo	Departamento de Serviço Social
TÓPICO ESPECIAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL	NOVO CÓDIGO	Optativa	
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s): -	
4.0.0	60h		
EMENTA: Temas contemporâneos sobre previdência social e serviço social			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
SALVADOR, E. da S. O desmonte do financiamento da seguridade social em contexto de ajuste fiscal. Serviço Social & Sociedade , São Paulo, n.130, p.426-446, set./dez. 2017.			
VIANNA, M. L. Seguridade social e combate à pobreza no Brasil: o papel dos benefícios não contributivos. <i>In</i> : VIANA, A. L. d'Ávila; ELIAS, P. E. M.; IBÁÑEZ, N. (Orgs.). Proteção Social: dilemas e desafios . São Paulo: Hucitec, 2005 (p.89-122).			
CASTRO, A. P. de; LAZZARI, J. B. Panorama e Perspectivas da Previdência Social no Brasil. Revista Direito das relações sociais e trabalhistas , v.8, n.2, p. 178-204, 2022			
ROCHA, Flávia Rebecca Fernandes. A PREVIDÊNCIA SOCIAL NO BRASIL: uma política em reestruturação. Temporalis , Brasília, ano.15, n.30, jul/dez 2015.			
MATOS, Fernanda. Do conservadorismo à tradição marxista: rumos políticos do Serviço Social na previdência. <i>Revista Katálises</i> , Florianópolis, v. 18, n. 2, p. 182-190, jul./dez. 2015.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:			
CFESS. CFESS em defesa das atribuições profissionais da/o assistente social do INSS , do trabalho com autonomia profissional e com garantia das condições técnicas e éticas – Nota técnica. Brasília, CFESS, 2019.			
INSS. Receitas e Despesas do Regime Geral de Previdência Social . Nota Técnica: Resultado do RGPS. <i>Informes de Previdência Social</i> , 2022.			
PEREIRA NETTO, Juliana Presotto. A previdência social em reforma : o desafio da inclusão de um maior número de trabalhadores. São Paulo: LTr, 2002.			
CARTAXO, Ana Maria Baima; CABRAL, REIS, Maria do Socorro (Orgs.). Seguridade social, previdência social e serviço social : desafios do Tempo Presente. São Paulo: Cortez, 2021.			
MACEDO, Alano Carmo Macedo; MOREIRA, Joana Idayanne Silveira. Serviço Social na previdência social: gênese, desenvolvimento e perspectivas contemporâneas. SER Social , Brasília, v. 19, n. 40, p. 31-48, jan.-jun./2017.			

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código (quando houver)	Tipo	Departamento de Serviço Social
TÓPICO ESPECIAL DE EDUCAÇÃO	NOVO CÓDIGO	Optativa	
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s): -	
4.0.0	60h		
EMENTA: Política de educação: marco legal, níveis, programas e políticas intersetoriais. Espaços educacionais: função social, organização e gestão. Serviço Social no espaço da educação: fundamentos e processos do trabalho, funções, ações e instrumental técnico-operativo.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
AMARO, Sarita. Serviço Social em escolas: fundamentos, processos e desafios. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.			
CFESS. Subsídios para a atuação de Assistentes Sociais na Política de Educação. Brasília, 2013.			
SANTOS, André Michel dos. Serviço social na educação: um estudo das atribuições profissionais em escolas públicas municipais. Curitiba: CRV, 2020			
SANTOS, Claudia Monica dos; BACKX, Sheila; GUERRA, Yolanda. A Dimensão técnico-operativa no Serviço Social: desafios contemporâneos. Juiz de Fora (MG): UFJF, 2012.			
SOUZA, Iris de Lima. Serviço Social na Educação: saberes e competências necessárias no fazer profissional. 2008. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, 2008.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:			
ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira de. O Serviço Social na Educação. Revista Inscrita , Brasília, n. 06, 2000, p. 19-24. Disponível em: https://issuu.com/cfess/docs/revistainscrita-cfess_6_ . Acesso em 13 dez. 2021. 3			
CFESS. Parecer Jurídico nº 23 de 22 de outubro de 2000. In: CFESS. Serviço Social na Educação. Brasília, 2001b.			
CFESS. Serviço Social na Educação. Brasília, 2001a.			
CFESS. Subsídios para o debate em Serviço Social na Educação. Brasília, 2011.			
CFESS. Série Diálogos do Cotidiano – assistente social: reflexões sobre o trabalho profissional. Caderno 4. Brasília, 2023.			
MARTINS, Ludson Rocha Martins. A questão dos documentos profissionais no Serviço Social. Temporalis , Brasília (DF), a. 17, n. 33, jan./jun. 2017. Disponível em: https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/15102 . Acesso em: 23.02.2020.			
MEDEIROS, Izabelle Emanuele Santos. A questão da instrumentalidade do Serviço Social e as dimensões prático-sociais no exercício profissional do assistente social na educação. 2013. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, 2013.			
OLIVEIRA, Jullymara Laís Rolim de Oliveira. Explorando outros cenários: o Serviço Social no espaço escolar. 2013. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal da Paraíba.			

João Pessoa, 2013.

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código (quando houver)	Tipo	Departamento de Serviço Social
TÓPICO ESPECIAL SOBRE EDUCAÇÃO POPULAR	NOVO CÓDIGO	Optativa	
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s): -	
4.0.0	60h		
EMENTA: Resgate histórico da educação popular no Brasil. A contribuição da educação popular na constituição de sujeitos políticos. Diálogo entre a pedagogia freiriana e a experiência de educação popular. Educação popular, cultura popular e práticas democráticas. Metodologias participativas e ferramentas pedagógicas de operacionalização da educação popular. Os movimentos sociais e suas relações com a educação popular.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
FREIRE, Paulo. Educação como prática de liberdade . Editora Paz e Terra S.A. Rio de Janeiro, 1980.			
_____. Pedagogia da autonomia : saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.			
FARAGE, Eblin; Francine Helfreich (Orgs) Serviço Social, favelas e educação popular : diálogos necessários em tempos de crise do capital. Uberlândia. Minas Gerais: Navegando Publicações, 2020.			
FERREIRA, Maria D'Alva Macedo. A metodologia freiriana e a organização das bases para atuação mais crítica sobre a realidade vigente. In FONTELES, Marcelino de Oliveira; Maria José C. Sales; Elmode Souza Lima (Orgs.) Educação popular e a formação política da classe trabalhadora . Teresina: Quimera Editora, 2022, p.126-137.			
SILVA, Maria do Rosário de Fátima e. democracia e diálogo em Paulo freire na construção de uma sociedade democrática. In FONTELES, Marcelino de Oliveira; Maria José C. Sales; Elmo de Souza Lima (Org.) Educação popular e a formação política da classe trabalhadora . Teresina: Quimera Editora, 2022, p.58-69.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:			
BETTO, Frei. Desafios da educação popular. São Paulo: CEPIS, 2000.			
BRASIL. Caderno de educação popular e saúde . Brasília: Ministério da Saúde, 2007. 160 p. : il. color. - (Série B. Textos Básicos de Saúde)			
GADOTTI, Moacir; Torres, C. A. (Orgs.) Educação popular : utopia latino-americana. São Paulo: Cortez, 1994.			
GOHN, Maria da Glória. Retrospectiva sobre a educação popular e os movimentos sociais no Brasil in Movimento: Revista de Educação . Niterói, ano 4, nº7, jul/dez 2017, p. 10-32.			
MACHADO, Aline M. Batista. Serviço Social e educação popular : diálogos possíveis a partir de uma perspectiva crítica. In Serviço Social e Sociedade, São Paulo: Cortez, n.109, p.151-178, jan/, mar.2012.			
SANTOS. F. H.C dos. Serviço social e educação : a educação popular e o exercício profissional do			

assistente social. Juiz de Fora: Revista Libertas (*on line*). [v. 12 n. 2, ago/dez. 2012](#)).

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código (quando houver)	Tipo	Departamento de Serviço Social
TÓPICO ESPECIAL SOBRE DIREITOS HUMANOS	NOVO CÓDIGO	Optativa	
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s): -	
4.0.0	60h		
<p>EMENTA: Concepções e trajetória histórica de construção dos direitos humanos. Democracia e direitos humanos. Órgãos e documentos nacionais e internacionais sobre direitos humanos. O sistema heteropatriarcal-racista-capitalista e as estruturas que engendram as violências junto a indivíduos e grupos no contexto do capitalismo dependente e periférico. Justiça social e direitos humanos. Papel exercido pelas políticas públicas e pelas redes de serviços na proteção dos direitos humanos.</p>			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
<p>ALMEIDA, Sílvio Luiz de. O que é racismo estrutural? Belo Horizonte: Ed. Letramento, 2018.</p> <p>BARROSO, Milena Fernandes. Notas para o debate das relações de exploração-opressão na sociedade patriarcal-racista-capitalista. Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 133, p. 446-462, set./dez. 2018.</p> <p>CISNE, Mirla. Direitos humanos e violência contra as mulheres: uma luta contra a sociedade patriarcal-racista-capitalista. Serviço Social e Sociedade, Londrina, V.18, n.1, p.138-154, jul./dez.2015.</p> <p>HERRERA FLORES, Joaquín. A reinvenção dos direitos humanos. Tradução de: Carlos Roberto Diogo Garcia; Antônio Henrique Graciano Suxberger; Jefferson Aparecido Dias. – Florianópolis: Fundação Boiteux, 2009. 232 f.</p> <p>RODRIGUES, Vicente Rodrigues; STAMPA, Inez; LOLE, Ana. Karl Marx e a crítica dos direitos humanos. Revista em Pauta, Rio de Janeiro, 2º Semestre de 2018, n. 42, v. 16, p. 182-198.</p>			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:			
<p>ALEXANDER, M.: A nova segregação racismo e encarceramento em massa. São Paulo: Boitempo, 2017.</p> <p>CARNEIRO, Sueli. Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil. Selo Negro, 2015.</p> <p>DEMIER, Felipe. Depois do golpe: a dialética da democracia blindada no Brasil, 1ª. ed., 2017.</p> <p>FLAUZINA, Ana Luíza Pinheiro. Corpo negro caído no chão: o sistema penal e o projeto genocida do Estado brasileiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 2007.</p> <p>FRASER, Nancy. A justiça social na globalização: Redistribuição, reconhecimento e participação, Revista Crítica de Ciências Sociais, 63, outubro, 2002: 7-20.</p>			

MASCARO, Alysso Leandro. Direitos humanos: uma crítica marxista. **Lua Nova**, São Paulo, 101: 109-137, 2017.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. 3. ed. São Paulo: n-1 edições, 2018. 80 p.

MISSE, Michel. Alguns aspectos analíticos nas pesquisas da violência na América Latina. **Estudos Avançados**, 33 (96), 2019.

MOURA, Clóvis. **Escravidão, colonialismo, imperialismo e racismo**. Afro-Ásia 14, 1983, p. 124-137.

MOURA, Clóvis. **Dialética radical do Brasil negro**, Ed. Anita: São Paulo, 1994.

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código (quando houver)	Tipo	Departamento de Serviço Social
TÓPICO ESPECIAL SOBRE QUESTÃO RURAL E RURALIDADES	NOVO CÓDIGO	Optativa	
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s): -	
4.0.0	60h		
EMENTA: A questão agrária no Brasil: estrutura, conflitos sociais e dinâmicas econômicas. As políticas de desenvolvimento e o deslocamento forçado/compulsório de populações. As políticas de enfrentamento à questão agrária no Brasil.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
CARNEIRO, M. J. Ruralidades contemporâneas : modos de viver e pensar o rural na sociedade brasileira. Rio de Janeiro: Mauad/FAPERJ, 2012.			
COSTA, C. M. S. B; VIANA, M. R. Agricultura no Brasil em tempos de expansão e monopolização do território pelo agronegócio. Barbarói , Santa Cruz do Sul, n. 61 , p.102-122, Mai. 2022.			
WANDERLEY, M. N. B. O mundo rural como um espaço de vida : reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade. Porto Alegre: UFRGS, 2009.			
SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. Territórios e territorialidades : teorias, processos e conflitos. São Paulo: Expressão Popular, 2009.			
SILVA, Valéria [et al.]. (Organizadoras). A agroecologia no Piauí : Trilhas e tramas para o bem viver. Teresina: Lamparina Editora, 2023.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:			
BRUNO, Regina. (Org.). Um Brasil ambivalente : agronegócio, ruralismo e relações de poder. Rio de Janeiro: Mauad, 2010. 284 p.			
CARNEIRO, M. J. Ruralidade: novas identidades em construção. Estudos, Sociedade e Agricultura , nº 11, outubro, p. 53-75, 1998.			

- CRUZ, Lindalva Alves. **Movimento Social e Gênero: Construção da Cidadania das Mulheres trabalhadoras rurais no Piauí.** 2010. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife. 225 f. 2010.
- FAVARETTO, A. S. A longa evolução da relação rural-urbano: para além de uma abordagem normativa do desenvolvimento rural. **Ruris.** Revista do Centro de Estudos Rurais. Universidade Estadual de Campinas/IFCH, vol 1. nº. 1. Campinas, p. 157-192, 2007.
- GARCIA JR, A e GRZYNSZPAN, M. **Veredas da questão agrária e enigmas do grande sertão.** MICELI, Sérgio (org). O que ler na ciência social brasileira. São Paulo :ANPOCS : Editora Sumaré : Brasília : CAPES, 2002, p. 311-348.
- FERNANDES, Bernardo Mançano. O MST e as reformas agrárias do Brasil. In: **Revista NERA** Año IX Nº 24 - Outubro de 2008. pp. 73-85.
- MINGIONE, E.; PUGLIESE, E. A difícil delimitação do urbano e do rural: alguns exemplos e implicações teóricas. **Revista de Ciências Sociais**, nº 22, abr. p. 83-99, 1987.
- MOREIRA, R. J.; BRUNO, R. (Orgs.). **Dimensões rurais de políticas brasileiras.** Rio de Janeiro/ Seropédica: Mauad X/ Edur, 2010.
- NASCIMENTO, L. P. O. S.; VIANA, M. R. À Espera da Expansão Urbana: o território rural nas normativas municipais de Teresina. **Rev. FSA**, Teresina, v. 19, n. 8, art. 17, p. 340-364, ago. 2022.
- MASULO, Paula Maria do Nascimento. **Trabalho escravo e agronegócio no Piauí: uma trajetória da situação a partir dos anos 1990, com base em processos judiciais.** Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Universidade Federal do Piauí. Teresina: UFPI, 2014.

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código (quando houver)	Tipo	Departamento de Serviço Social
TÓPICO ESPECIAL SOBRE QUESTÃO URBANA	NOVO CÓDIGO	Optativa	
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s): -	
4.0.0	60h		
EMENTA: Questão urbana e processo de urbanização no Brasil: segregação e desigualdades nascidas. Produção do espaço urbano e gestão das cidades: atores e processos sociais. A problemática habitacional brasileira. Reforma urbana, Estatuto da cidade e a produção dos planos diretores locais.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
VAINER, C; Pátria, empresa e mercadoria: notas sobre a estratégia discursiva do Planejamento Estratégico Urbano. In: ARANTES, O; VAINER, C; MARICATO, E. (orgs) A cidade do pensamento único: desmanchando consensos. Petrópolis/ Rio de Janeiro: Vozes, 2000.			
MARICATO. E. Metrôpoles desgovernadas. Estudos avançados. USP. São Paulo 25 (71), p. 07-22, 2011.			
ROLNIK. R. O que é a cidade. 3.ed. São Paulo: Brasiliense, 1995 (coleção primeiros passos)			
LIMA, Rosa Maria Cortês de (Org). Questão urbana e Serviço Social: debates e disputas. Recife: Ed.			

UFPE, 2020.
IVO, A. B. L. Questão Social e Questão Urbana: laços imperfeitos. Caderno CRH , Salvador, v. 23, n. 58, p. 17-33, jan./abr. 2010.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:
CALDEIRA, T. P. Cidade de muros : crime, segregação e cidadania em São Paulo. São Paulo: 34, EDUSP, 2000.
CARVALHO. S. N. de. Estatuto da Cidade aspectos políticos e técnicos do plano diretor. São Paulo em Perspectiva , 15 (4), p. 130-135, 2001.
LOJKINE, J. O estado capitalista e a questão urbana . São Paulo: Martins Fontes, 1981.
LIMA, A. J. de. (Org). Cidades brasileiras : atores, processos e gestão pública. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.
VIANA. M. R. Teresina, uma cidade inventada: de Saraiva a nós. Anuário do Piauí 2008 , Teresina: O Dia, gráfica e editora, ano 2. n. 2, p.302-314. 2019.

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código (quando houver)	Tipo	Departamento de Serviço Social
TÓPICO ESPECIAL SOBRE QUESTÃO HABITACIONAL	NOVO CÓDIGO	Optativa	
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s): -	
4.0.0	60h		
EMENTA: Temas contemporâneos sobre questão habitacional.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
LIMA, A. J. de. Gestão urbana e políticas de habitação social : análise de uma experiência de urbanização de favelas. São Paulo: Annablume, 2010.			
SANTOS, A. M. S. P.; DUARTE, S. M. Política habitacional no Brasil : uma nova abordagem para um velho problema. <i>RFD</i> . Revista da Faculdade de Direito da UERJ. N. 18, 2010. DOI: https://doi.org/10.12957/rfd.2010.1375			
SILVA, G. V. C.; VIANA, M. R. Um “Parque da Vitória” na história das Ocupações Urbanas em Teresina. In: Quintas Urbanas da UnB , 2016, Brasília. Anais do XIV Quintas Urbanas da UnB : Migrações, Trabalho e Desalento na crise do Capital. Brasília: EdUNB, 2016.			
SILVA, M. O. S. Política habitacional brasileira : verso e reverso. São Paulo: Cortez, 1989.			
MEDEIROS, F. C. N. Questão Habitacional e Serviço Social: aproximação ao debate. Serviço Social em Revista . Londrina, V. 24, N.1, p.170-192, jan/jun. 2021.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:			

HARVEY, D. **A justiça social e a cidade**. São Paulo: HUCITEC, 1980.

MONTEIRO, A. R.; VERAS, A. T. R. A questão habitacional no Brasil. **Mercator**, Fortaleza, v. 16, e16015, 2017. DOI: <https://doi.org/10.4215/rm2017.e16015>

SANTOS, R. C. B. **A particularidade do trabalho do assistente social na Política urbana/habitacional**: requisições, atribuições e respostas. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Belém, 2021.

VALLADARES, L. do P. **A invenção da favela**: do mito de origem a favela.com Rio de Janeiro. FGV, 2005.

VIEIRA, A. O.; FAÇANHA, A. C. A produção do espaço urbano e a moradia popular em Teresina (PI). Encontro Nacional dos Geógrafos. XVIII. **Anais**. 2016. São Luís-MA, p. 1-13.

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código (quando houver)	Tipo	Departamento de Serviço Social
TÓPICO ESPECIAL SOBRE POBREZA, TRABALHO, EMPREGO E RENDA	NOVO CÓDIGO	Optativa	
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s): -	
4.0.0	60h		
EMENTA: A pobreza no Brasil, no Nordeste e no Piauí, seus fundamentos históricos, conceituais e as formas de enfrentamento da mesma pelo Estado brasileiro. Pobreza e sua relação com as problemáticas do trabalho, emprego e renda. Pobreza e desigualdades de classe, raça e gênero no âmbito do trabalho.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
ANTUNES, R. Riqueza e miséria do trabalho no Brasil II . São Paulo (SP): Boitempo, 2013.			
BEZERRA, A. L. S. O desemprego e as políticas de emprego, trabalho e renda no Brasil Contemporâneo . São Paulo (SP): Editora Dialética, 2022.			
MARTINS, Tereza Cristina Santos. Determinações do racismo no mercado de trabalho : implicações na “questão social” brasileira. Revista Temporalis, Brasília (DF), ano 14, n. 28, p. 113-132, jul./dez. 2014. https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/7077			
ROCHA, S. Transferências de renda no Brasil : Fim da Pobreza? Evolução, efeitos e perspectivas dos programas de renda para os pobres. Rio de Janeiro: Alta Books, 2019.			
SILVA, M.L. A. e (ORG). Riqueza, Desigualdade e pobreza no Brasil : aspectos socioeconômicos das regiões brasileiras. Ponta Grossa (PR): Editora Atena, 2020.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:			

- ALVES, G. **Trabalho e neodesenvolvimentismo** – choque de capitalismo e nova degradação do trabalho no Brasil. Bauru (SP): Canal 6, 2014.
- ANTUNES, R. **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil III**. São Paulo (SP): Boitempo, 2014.
- LIMA, Antonia Jesuíta de. **As multifacetadas da pobreza: formas de vida e representações simbólicas dos pobres urbanas**. Teresina: Halley, 2003.
- FURTADO, C. O problema do Nordeste. In: **A Pré-Revolução Brasileira**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1962.
- PANKARARU, Elisangela Cardoso de Araújo Silva. Trabalho, expropriação, povos indígenas no Brasil e a lógica do capital. **Temporalis**, n. 43, 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/38228>
- POCHMANN, M. **O neocolonialismo à espreita: mudanças estruturais na sociedade brasileira**. São Paulo: Edições SESC, 2022.
- POCHMANN, M. **Novos Horizontes do Brasil na quarta transformação estrutural**. Campinas (SP): Editora Unicamp, 2022.
- ROCHA, S. **Pobreza no Brasil: afinal, de que se trata?** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.
- SOUZA, P.H.G.F. de. **Uma história da desigualdade: a concentração de renda entre os ricos no Brasil, 1926-2013**. São Paulo: Hucitec/Anpocs, 2018

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código (quando houver)	Tipo	Departamento de Serviço Social
TÓPICO ESPECIAL SOBRE MEIO AMBIENTE	NOVO CÓDIGO	Optativa	
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s): -	
4.0.0	60h		
EMENTA: Contextos de evolução da consciência ambiental. Meio ambiente como campo de conflitos sociais na defesa dos interesses difusos. As questões ambientais globais e os acordos internacionais. Política Públicas voltadas ao Meio Ambiente: princípios, objetivos e instrumentos.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
<p>ÁVILA-PIRES, F. D. Fundamentos Históricos da Ecologia. Ribeirão Preto: Holos editora, 1999.</p> <p>ADR, Eid et al. Educação Ambiental, conceitos, histórico, concepções e comentários à Lei da Política Nacional de Educação Ambiental (Lei nº 9.795/99): Programa de Pós-Graduação em Direito Ambiental da UEA: mestrado em Direito Ambiental / Org. Eid Badr. Vários autores – Manaus: Editora Valer, 2017. ACSELRAD, Herculano;</p> <p>PÁDUA. (Orgs.). Justiça ambiental e cidadania. Rio de Janeiro: Relume Dumará/ Fundação Ford, 2004.</p> <p>BUTTEL, F. Sociologia ambiental, qualidade ambiental e qualidade de vida: algumas observações teóricas. In: HERCULANO, S. et al (Orgs). Qualidade de vida e riscos ambientais. Niterói: EDUFF, 2000. CAVALCANTI, C. (Org.). Desenvolvimento e Natureza: estudos para uma sociedade sustentável.</p>			

São Paulo: Cortez, 2003. 429 p.

FERREIRA, Leila C. **A questão ambiental: sustentabilidade e políticas públicas no Brasil.** São Paulo: Boitempo, 2003. FERREIRA, Leila C. **Ideias para uma sociologia da questão ambiental no Brasil.** São Paulo: Annablume, 2006. FERRY, L. **A nova ordem ecológica.** São Paulo: Ensaio, 1994. 193 p.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

FLORIANI, D. **Conhecimento, meio ambiente & globalização.** Curitiba: Juruá, 2004.

LEFF, E. **Epistemologia ambiental.** São Paulo: Cortez, 2002. 240 p. LEFF, E. **Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder.** Petrópolis: Vozes/PNUMA, 2001. 343 p.

EIS, H. (Org.). **O labirinto: ensaios sobre ambientalismo e globalização.** Blumenau: Gaia, 1996.

BRASIL. **Política Nacional de Resíduos Sólidos.** Lei Federal 12305/2010.

BRASIL. **Plano Nacional de Resíduos Sólidos.** Disponível em: <https://sinir.gov.br/informacoes/plano-nacional-de-residuos-solidos/>

CAVALCANTI, C. (Org.). **Desenvolvimento e Natureza: estudos para uma sociedade sustentável.** São Paulo: Cortez, 2003. 429 p.

DIEGUES, A.C; ARRUDA, R.S.V. **Saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil.** Brasília: Ministério do Meio Ambiente; São Paulo: USP, 2001.

LEFF, Enrique. **Aventura da epistemologia ambiental: da articulação das ciências ao diálogo de saberes.** Tradução G. M. Vargas. Rio de Janeiro: Garamond, 2004. 85p. (Ideias Sustentáveis).

QUINTAS, J. S. **Introdução à Gestão Ambiental Pública.** Série Coleção Ambiental. Coleção Meio Ambiente. 2ª ed. revista. – Brasília: Ibama, 2006. 134p.

RIBEIRO, G.L. **Ambientalismo e desenvolvimento sustentado: nova ideologia/utopia do desenvolvimento.** Brasília: UNB, 1992. 55 p. Série Antropológica, 123.

STEINBERGER, M. **Território, ambiente e políticas públicas espaciais.** In. STEINBERGER, M. [et al]. **Território, ambiente e políticas públicas espaciais.** Paralelo 15 e LGE Editora. Brasília, p., 29-100. 2006.

VIOLA, J. E. et al. **Meio Ambiente, desenvolvimento e cidadania: desafios para as ciências sociais.** São Paulo: Cortez, 2001. p. 45-98.

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código (quando houver)	Tipo	Departamento de Serviço Social
TÓPICO ESPECIAL SOBRE QUESTÃO DE GÊNERO	NOVO CÓDIGO	Optativa	
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s): -	
4.0.0	60h		

EMENTA: O conceito de interseccionalidade e a lógica da articulação dinâmica de hierarquias sociais. Sexo, gênero e raça. Mulheres, raça, cor, racismo e etnicidade: sua importância teórica e política. Compreensão de caráter estrutural das relações de gênero, raça/etnia e suas complexas interconexões com as desigualdades de classe. O significado da perspectiva de gênero, raça e etnia para o Serviço Social nas dimensões analítica e interventiva.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ADICHE, Chimamanda Ngozi. **Sejamos todos feministas**. SP; Companhia das Letras, 2015. www.observatórioedhemfoc.hospedagemdesites.ws (pdf)

COLLINS, Patrícia Hill; BILGE, Sirma. O que é interseccionalidade. In. **Interseccionalidade**. SP; Boitempo, 2021. P. 15-49. www.docero.com.br (PDF)

LOURO, Guacira L. **Gênero, sexualidade e educação**. 16.ed. Petropolis:RJ: Vozes, 2014. Cap. 1 e Cap.2. www.bibliotecaonlinedahissfj.files.wordpress.com (PDF)

GONÇALVES, Renata. Quando a questão racial é o nó da questão social. **Katálisis**. V.21. N.3 2018. www.periódicos.ufsc.br (PDF)

LISBOA, Teresa K; OLIVEIRA, Catarina N. de. O saber surge da prática: por um serviço social com perspectiva feminista. **Revista Grifos**. N.46, 2019. P, 48-69. www.bell.unochapeco.uft.br

MUNANGA, Kabengele. A difícil tarefa de definir quem é negro no Brasil. *Revista de Estudos Avançados da USP*, n. 18 (50), 2004 p. 51-56. www.scielo.br (PDF)

STOLCKE, Verena. Sexo está para gênero assim como raça para etnicidade? **Estudos Afro-Asiáticos**. 1991.101-117. www.Edisciplinas.usp.br (PDF)

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

AKOTIRENE. Carla. **Interseccionalidade**. SP; Sueli Carneiro: Pólen.2019. www.files.cercomp.ufg.br (PDF)

COLLINS, Patrícia Hill. Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro. **Sociedade e Estado**. V.31. 2016, p. 99-127. www.scielo.br (PDF)

DAVIS, Angela. **Mulheres, Raça e Classe**. São Paulo: Boitempo, 2016. www.edisciplinas.usp.br (PDF)

LIMA, Leonice Domingos dos S. Cintra; JORGE, Simone A. **Gênero, raça e sexualidade no currículo obrigatório do ensino superior: impactos na formação em serviço social**. 13º mundos de mulheres & fazendo gênero 11. Transformações, conexões, deslocamentos. **Seminário internacional fazendo gênero**.www.2017.eventos.dype.com.br (PDF)

LOURO, Guacira L. (Org.). **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. 3ª ed. BH:Autêntica, 2016. www.clam.org.br (PDF)

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala**. BH: Letramento: Justificando, 2017.www.sindjorce.org.br (PDF)

SCOTT, Joan W. **Gênero uma categoria útil para análise histórica**. www.direito.mppr.mp.br (PDF)

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código	Tipo	Departamento de Serviço Social

		(quando houver)	
TÓPICO ESPECIAL SOBRE QUESTÃO ÉTNICO-RACIAL E SERVIÇO SOCIAL		NOVO CÓDIGO	Optativa
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s): -	
4.0.0	60h		
EMENTA: Questão étnico-racial no processo de formação sócio-histórica do Brasil, Nordeste e no Piauí. O racismo na realidade brasileira. Políticas públicas de enfrentamento ao racismo. O Serviço social e as lutas antirracistas. O trabalho das/os assistentes sociais no enfrentamento ao racismo.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
<p>ABRAMIDES, Maria Beatriz Costa (org). Marxismo e questão étnico-racial: desafios contemporâneos. EDUC - PUC SP, São Paulo, 2021. https://www.pucsp.br/educ/downloads/Marxismo_questao_etnico.pdf</p> <p>AMARAL, W. R.; BILAR, J. A. B. A questão indígena no Serviço Social: um debate necessário na profissão. Em Pauta, n. 46, 2020. Disponível em: https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/article/view/52013/0</p> <p>COSTA, Gracyelle. Raça e nação na origem da política social brasileira: União e Resistência dos trabalhadores negros. 2020. 309f. (Doutorado em Serviço Social). Faculdade de Serviço Social. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020. https://www.bdttd.uerj.br:8443/handle/1/16398</p> <p>EURICO, Márcia Campos; PASSOS, Rachel Gouveia; ALMEIDA, Magali da Silva; MARTINS, Tereza Cristina Santos (Orgs.). Questão racial, Serviço Social e desafios contemporâneos. 1a. ed. Campinas: Papel Social, 2021.</p> <p>PANKARARU, Elisangela Cardoso de Araújo Silva. Trabalho, expropriação, povos indígenas no Brasil e a lógica do capital. Temporalis, n. 43, 2022. Disponível em: https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/38228</p>			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:			
<p>BARRETO, A. C. J.; PRUDENCIO, J. D. L.; MARTINS, V. (Orgs). A crise sanitária da Covid-19 e a população negra, quilombola e indígena: necropolítica e resistências. Rio de Janeiro: Autografia, 2022.</p> <p>CFESS. Assistentes sociais no combate ao racismo – o Livro. Brasília, 2020.</p> <p>COSTA, Gracyelle. Trabalhadores negros na origem da política social brasileira. Revista em Pauta, Rio de Janeiro, v. 18, n. 46, 2020.</p> <p>EURICO, Márcia Campos. Nota Técnica sobre o trabalho de assistentes sociais e a coleta do quesito Raça/Cor/Etnia. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 2022. Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/nota-tecnica-raca-cor-2022-nov.pdf.</p> <p>FERNANDES, Florestan. A Integração do Negro na Sociedade de Classes. São Paulo: Ed. Ática,</p>			

1978.

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código (quando houver)	Tipo	Departamento de Serviço Social
TÓPICO ESPECIAL SOBRE VIOLÊNCIA	NOVO CÓDIGO	Optativa	
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s): -	
4.0.0	60h		
<p>EMENTA: A formação social brasileira e origens, manifestações e consequências: escravidão; patriarcado; desigualdade social; opressão de gênero; criminalização da pobreza e dos diferentes; banalização da Violência; crimes de ódios. Direitos Humanos, democracia e justiça social. Particularidades do processo e das práticas de regulação de combate à violência no Brasil. Políticas de públicas: ação afirmativa; políticas de combate às opressões.</p>			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
<p>ARENDDT, H. Sobre a violência. Trad. André de Macedo Duarte. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.</p> <p>BERNARDO, Leandro Ferreira. O Brasil e a corte interamericana de direito humanos: uma análise das condenações sofridas pelo Brasil na corte interamericana de direitos humanos e do seu cumprimento. IN Bernardo, Leandro: Althaus, Ingrid G. (Org.) O Brasil e o sistema interamericano de proteção dos direitos humanos. S Paulo: Iglu, 2011.</p> <p>BRASIL. Comissão Nacional da Verdade – CNV. Violações de direitos humanos dos povos indígenas. Relatório: textos temáticos/ Comissão Nacional da Verdade. Brasília: CNV, 2014.</p> <p>SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. Gênero, patriarcado, violência. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004. – (Coleção Brasil Urgente).</p> <p>ZALUAR, Alba. Um debate disperso: violência e crime no Brasil da redemocratização. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88391999000300002&lng=en&nrm=iso</p>			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:			
<p>BRASIL, Lei 10.639 de 09 de janeiro de 2003. Brasília: Senado Federal, 2003.</p> <p>BRASIL, Lei 11.645 de 20 de março de 2008. Brasília: Senado Federal, 2008.</p> <p>BRASIL, Lei 11.645 de 10 de março de 2008. Brasília: Senado Federal, 2008.</p> <p>BRASIL, Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. Brasília: Senado Federal, 2008</p>			



- BRASIL, [Decreto nº 7.824, de 11 de outubro de 2012](#). Brasília: Senado Federal, 2012.
- BRASIL. **Estatuto da Igualdade Racial**. Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010, Brasília: Senado Federal, 2010.
- BAUMAN, Zygmunt. **O mal-estar da pós-modernidade**. Trad. Mauro Gama, Cláudia Martinelli Gama, Rio de Janeiro: Zahar, 1998.
- CASTILHO, Ricardo. **Direitos humanos** – Processo histórico, evolução no mundo, direitos fundamentais, constitucionalismo contemporâneo, S Paulo: Saraiva, 2010.
- CEIA, Eleonora Mesquita. A jurisprudência da Corte Interamericana de Direitos Humanos e o desenvolvimento da proteção dos direitos humanos no Brasil. **Revista EMERJ**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 61, p. 113-152, jan.-fev.-marc. 2003.
- CIDH. Comissão Interamericana de Direitos Humanos. **Informes de arquivo**. 2016.
- CIDH. Comissão Interamericana de Direitos Humanos. **Casos na Corte**. 2016.
- FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- FERNANDES, Florestan. **O negro no mundo dos brancos**. São Paulo: Global, 2007.
- FERNANDES, Florestan. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1975.
- VENTURA, Deisy; CETRA, Raísa Ortiz. **O Brasil no Sistema Interamericano de Direitos Humanos: de Maria da Penha a Belo Monte**. In: Seminário Internacional Limites e Possibilidades da Justiça de Transição? Impunidade, direitos e democracia, 2012, Porto Alegre.

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código (quando houver)	Tipo	Departamento de Serviço Social
TÓPICO ESPECIAL SOBRE ÁLCOOL E OUTRAS DROGAS	NOVO CÓDIGO	Optativa	
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s): -	
4.0.0	60h		
EMENTA: Temas contemporâneos sobre álcool e outras drogas e políticas sociais.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
BRITES, Cristina. Psicoativos (drogas) e Serviço Social: uma crítica ao proibicionismo . São Paulo: Cortez, 2017.			
CFESS (Org.) Relatório de fiscalização: Serviço social e a inserção de assistentes sociais nas comunidades terapêuticas no Brasil . Brasília, DF: CFESS, 2018.			
DUARTE, Marco José de Oliveira; PASSOS, Rachel Gouveia; GOMES, Tathiana Meyre da Silva. Serviço Social, saúde mental e drogas . Campinas: Papel Social, 2017.			
MARLATT, G. Alan e colaboradores. Redução de danos: estratégias práticas para lidar com			

<p>comportamentos de alto risco. Porto Alegre: Artmed, 1999</p> <p>RONZANI, Telmo Mota; COSTA, Pedro Henrique Antunes; MOTA, Daniela Cristina Belchior; LAPORT, Tamires Jordão (org.). Redes de atenção aos usuários de drogas: políticas e práticas. São Paulo: Cortez, 2015.</p>
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:
<p>BARCELLOS, Warllon de Souza; DIAS, Miriam Thais Guterres; HEIDRICH, Andréa Valente. O exercício profissional do Serviço Social nas políticas de saúde mental e drogas. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2018.</p> <p>CFESS (Org.) Série assistente social no combate ao preconceito: o estigma do uso de drogas – Caderno 2. Brasília, DF: CFESS, 2016.</p> <p>CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Drogas, direitos humanos e laço social. Brasília: CFP, 2013.</p> <p>SOUZA, Tadeu de Paula. Estado e sujeito: a saúde entre a micro e a macropolítica de drogas. São Paulo: Hucitec, 2018.</p> <p>VALOIS, L. C. O direito penal da guerra às drogas. Belo Horizonte: D'Plácido, 2019.</p>

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código (quando houver)	Tipo	Departamento de Serviço Social
TÓPICO ESPECIAL SOBRE DIREITO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA E ANTICAPACITISMO	NOVO CÓDIGO	Optativa	
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s): -	
4.0.0	60h		
EMENTA: Temas contemporâneos sobre direitos da pessoa com deficiência, anticapacitismo e políticas sociais.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
<p>CFESS. Anticapacitismo e exercício profissional: perfil de Assistentes Sociais com Deficiência. Brasília: 2023. Acessível em: https://www.cfess.org.br/arquivos/LivroAnticapacitismoExercicioProfissional2023Cfess-Acessivel.pdf Acesso em: 30/05/2023.</p> <p>DINIZ, Débora. O que é deficiência? São Paulo, SP: Brasiliense. 2007.</p> <p>GESSER, Marivete. BÖCK, Geisa Letícia Kempfer. LOPES, Paula Helena. Estudos da deficiência: anticapacitismo e emancipação social. Curitiba : CRV, 2020. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/6895931/mod_label/intro/estudos%20da%20defici%C3%Aancia%20anticapacitismo%20e%20emancipa%C3%A7%C3%A3o%20social.pdf Acesso em: 30/05/2023.</p>			

MELLO, A. G. de.; NUERNBERG, A.; BLOCK, P. [Não é o corpo que nos descapacita, mas sim a sociedade](#). In: SCHIMANSKI, H.; CAVALCANTE, F. (orgs.). **Pesquisa e Extensão: deficiências e perspectivas interdisciplinares**. Ponta Grossa: Editora da UEPG, 2014. Disponível em:

PICOLLO, G.; MENDES, E. G. [Contribuições a um pensar sociológico sobre a deficiência](#). **Educ. Soc.**, Campinas, v. 34, nº 123, p. 459-475, abr.-jun./2013.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BRASIL. Lei 13.416, de 06 de julho de 2015, Institui a **Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência** (Estatuto da Pessoa com Deficiência).

BARROCO, M.L. **O que é preconceito?** Caderno 1 Série assistente social no combate ao Preconceito. DF: CFESS, 2016. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/CFESS-Caderno07-PCD-Site.pdf>
Acesso em: 30/05/2023

BRASIL. **Decreto n.º 3.298/1999**: Regulamenta a Lei nº 7.853/1989 e dispõe sobre a política nacional para a integração da PCD, consolida normas de proteção, e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D3298.htm Acesso em: 30/05/2023

BRASIL. **Decreto Legislativo n.º 186/2008**. Aprova o texto da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e de seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova Iorque, em 30 de março de 2007. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Congresso/DLG/DLG-186-2008.htm
Acesso em: 30/05/2023

LANNA JÚNIOR, Mário Cléber Martins (Comp.). **História do Movimento Político das Pessoas com Deficiência no Brasil**. – DF: SDH, 2010. 443p.

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código (quando houver)	Tipo	Departamento de Serviço Social
TÓPICO ESPECIAL SOBRE DIMENSÃO TÉCNICO-OPERATIVA DO SERVIÇO SOCIAL A	NOVO CÓDIGO	Optativa	
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s): -	
4.0.0	60h		
EMENTA: A Dimensão técnico - operativa do serviço social e sua utilização no cotidiano do Processo de Trabalho dos(as) assistentes sociais nos diferentes espaços sócio-ocupacionais. Instrumentalidade, instrumentos e técnicas do trabalho profissional. A produção de documentos e emissão de opinião técnica em Serviço Social			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
ALVES, Danielle; VALE, Erlenia Sobral; ALEXANDRE, Tainara (Orgs.) Serviço Social, instrumentalidade e movimentos sociais . Fortaleza, CE: Editora da UECE, 2022.			

CFESS (Org.) Produção de Documentos e Emissão de Opinião Técnica em Serviço Social. Brasília, DF: CFESS, 2022.

EURICO, Márcia Campos. **Nota Técnica sobre o trabalho de assistentes sociais e a coleta do quesito Raça/Cor/Etnia**. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 2022. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/nota-tecnica-raca-cor-2022-nov.pdf>.

FERNANDES, Neide. SIGILO e ÉTICA do/a ASSISTENTE SOCIAL. São Paulo: Cortez, 2018

GUERRA, Y. **A dimensão técnico-operativa do exercício profissional**. In: SANTOS, Claudia Mônica dos; BACKX, Sheila; GUERRA, Yolanda. A dimensão Técnico-Operativa no Serviço Social (org) – Juiz de Fora: Editora UFJF, 2012.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ALVES, Daniele Coelho; VALE, Erlênia Sobral do; CAMELO, Renata Albuquerque (Orgs.). Instrumentos técnicos do serviço social [livro eletrônico]: desafios cotidianos para uma instrumentalidade mediada. Fortaleza, CE: EdUECE, 2021. Disponível em: https://www.mpba.mp.br/sites/default/files/biblioteca/direitos-humanos/direitos-das-mulheres/obras-digitalizadas/questoes_de_genero/e-book_cetros_uece_instrumentos_e_tecnicas_do_servico_social.pdf

CFESS (Org.) **Pareceres jurídicos sobre Serviço Social, ética e direitos humanos**. Brasília, DF: CFESS, 2022.

ILVA, A. M. **Serviço Social e Mercado de Trabalho**: em questão os desafios e dilemas profissionais. In: MACHADO, M. L.; SANTOS, V. N.; BORGES, L. de J. (org.). Mercado de trabalho, qualificação e “competência” profissional: desafios para o/a assistente social. São Cristóvão: UFS, 2017. p. 105-127.

MATOS, M. C. **Considerações sobre atribuições e competências profissionais de assistentes sociais na atualidade**. Serviço Social e Sociedade, São Paulo, n. 124, p. 678-698, 2015.

PORTES, Lorena Ferreira. **Os instrumentos e técnicas enquanto componentes da dimensão técnico-operativa do serviço social**: aproximações acerca da observação e da abordagem. In: LAVAROTTI, Cleide; COSTA, Dorival (Orgs.). Instrumentos técnico-operativos no Serviço Social: um debate necessário. Ponta Grossa: Estúdio Texto, 2016, p. 59-79.

SANTOS, C. M dos. **Na prática a teoria é outra?** Mitos e dilemas na Relação entre Teoria, Prática, Instrumentos e Técnicas no Serviço Social. 3. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013.

SOUZA, Elba Alice Santos de. **A instrumentalidade na prática do assistente social**. Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento. Ano. 07, Ed. 07, Vol. 06, pp. 126-136. Julho de 2022.

TRINDADE, R. L. P. Ações profissionais, procedimentos e instrumentos no trabalho dos assistentes sociais nas políticas sociais. In: SANTOS, Claudia Mônica dos; BACKX, Sheila; GUERRA, Yolanda. A dimensão Técnico-Operativa no Serviço Social (org) – Juiz de Fora: Editora UFJF, 2012.

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código (quando houver)	Tipo	Departamento de Serviço Social
TÓPICO ESPECIAL SOBRE	NOVO CÓDIGO	Optativa	

INTERPROFISSIONALIDADE		
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s): -
4.0.0	60h	
<p>EMENTA: Educação interprofissional e suas bases conceituais e metodológicas. Colaboração interprofissional na atenção básica em saúde. SUS, interprofissionalidade e práticas colaborativas. Corpo, cuidado e necessidades de saúde na ótica de diferentes profissões. Legislação sobre direitos dos usuários e o trabalho em equipe interprofissional. Determinantes sociais do processo saúde-doença. Vigilância em saúde e interprofissionalidade.</p>		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		
<p>BARATA. R. B. Como e por que as desigualdades sociais fazem mal à saúde. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2009.</p> <p>COSTA, Marcelo V. A educação interprofissional no contexto brasileiro: algumas reflexões. REVISTA INTERFACE. p. 197-8, 2016.</p> <p>_____. A educação interprofissional e o processo de formação em saúde no Brasil: pensando possibilidades para o futuro. In: SOUSA, R. M. P.; COSTA, P. C. (Orgs.). Nova Formação em Saúde Pública: Aprendizado coletivo e lições compartilhados na RedEscola. Rio de Janeiro: Fiocruz, ENSP, RedEscola, p. 45-61, 2019.</p> <p>COSTA et al. Interprofissionalidade em saúde: experiência da interface Programa Saúde na Escola e Núcleo Ampliado de Saúde da Família sob a perspectiva do Pet Saúde. BJSCR. v.30, n.2, mar - mai 2020. p. 11-15.</p> <p>PEDUZZI, M. O SUS é interprofissional. Interface (Botucatu), v. 20, n. 56, p. 199-201, 2016.</p>		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:		
<p>BRAVO. M, I, S; MATOS, Maurílio Castro. Projeto Ético-Político do Serviço Social e sua Relação com a Reforma Sanitária: elementos para o debate. In: Serviço Social e Saúde: Formação e Trabalho Profissional, 2004.</p> <p>BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília – DF: Senado Federa.</p> <p>CASTRO, Eduardo Lazarino de. Reforma Sanitária e renovação do Serviço Social no Brasil: duas faces de um mesmo processo societário. In: ENPESS, XVI, 2018, Vitória – ES</p> <p>CFESS. Parâmetros para Atuação de Assistentes Sociais na Política de Saúde. Brasília: CFESS, 2010.</p> <p>_____. Código de ética Profissional do Assistente Social. Brasília, 1993.</p> <p>CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE. Resolução nº 287, de 08 de outubro de 1998.</p> <p>FRENK, J. et al. Health professionals for a new century: transforming education to strengthen health systems in an interdependent world. Lancet., v. 376, n. 9756, p. 1923-58, 2010.</p> <p>Hobsbawm E. Era dos extremos: o breve século XX. 1914-1991. 2a ed. São Paulo: Companhia das Letras; 1996.</p> <p>PAULA, K. A.; PALHA, P. F.; PROTTI, S. T. Intersetorialidade: uma vivência prática ou um desafio a ser conquistado? O Discurso do Sujeito Coletivo dos enfermeiros nos núcleos de Saúde da Família do Distrito Oeste - Ribeirão Preto. Interface (Botucatu)., v. 8, n. 15, p. 331-48, 2004.</p> <p>Reeves S, Fletcher S, Barr H, Birch I, Boet S, Davies N, et al. A BEME systematic review of the effects of interprofessional education: BEME Guide Nº 39. Med Teach. 2016; 38(7):656-68. doi:</p>		

10.3109/0142159X.2016.1173663.

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código (quando houver)	Tipo	Departamento de Serviço Social
TÓPICO ESPECIAL SOBRE SERVIÇO SOCIAL NO CAMPO SÓCIO-JURÍDICO	NOVO CÓDIGO	Optativa	
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s): -	
4.0.0	60h		
<p>EMENTA: Capitalismo neoliberal e a judicialização das relações sociais e das políticas públicas. A ação do Estado na esfera protetiva e punitiva. Instituições e serviços que compõem os Sistema de Justiça e de Segurança Pública. As multifaces da violência que afetam os diversos segmentos e grupos sociais: ações para o seu enfrentamento. Os processos de trabalho das/os assistentes sociais no campo sociojurídico. As experiências de trabalho das/os assistentes sociais em diferentes instituições do campo sócio jurídico e principais instrumentos de trabalho.</p>			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
<p>FÁVERO, Eunice Terezinha. Serviço Social, Práticas Judiciárias, Poder: implantação e implementação do serviço social no juizado de menores de São Paulo. São Paulo: Veras, 1999.</p> <p>FÁVERO, Eunice. Serviço Social no sociojurídico: requisições conservadoras e resistências na defesa de direitos. Revista Serviço Social e Sociedade, São Paulo, n. 131, p. 51-74, jan./abr. 2018.</p> <p>BORGIANNI, Elisabete. Para entender o Serviço Social na área sociojurídica. Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 115, p. 407-442, jul./set. 2013.</p> <p>AMAMOTO, M. V. Questão social, família e juventude: desafios do trabalho do assistente social na área sociojurídica. In: SALES, M. A.; MATOS, M. C. de; LEAL, M. C. Política social, família e juventude: uma questão de direitos. São Paulo: Cortez, 2010. p. 261-298.</p> <p>CFESS. Conselho Federal de Serviço Social. Atuação de assistentes sociais no sociojurídico — subsídios para reflexão, Brasília, 2014.</p>			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:			
<p>CFESS. Conselho Federal de Serviço Social (Org.). Estudo social em perícias, laudos e pareceres técnicos. Contribuição ao debate no Judiciário, Penitenciário e na Previdência Social. 7ª ed. São Paulo: Cortez, 2007.</p> <p>COUTO, Berenice R. Formulação de projeto de trabalho profissional. Serviço social e competências profissionais. s/d. Disponível em www.cressrn.org.br. Acesso em 02 de maio de 2023.</p> <p>CONCEIÇÃO, João Rafael da; RUIZ, Jefferson Lee de Souza (Orgs.) Serviço social e prisões: dimensões e desafios políticos e profissionais. Campinas, SP: Papel social, 2022.</p>			

IAMAMOTO, M. V. **Questão social, família e juventude:** desafios do trabalho do assistente social na área sociojurídica. In: SALES, M. A.; MATOS, M. C. de; LEAL, M. C. Política social, família e juventude: uma questão de direitos. São Paulo: Cortez, 2010. p. 261-298.

SILVA, Márcia Nogueira da. **Assessoria em Serviço Social:** breves notas sobre o trabalho profissional na Área de Infância e Juventude no Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro. In: FORTI, Valéria & GUERRA, Yolanda (Orgs.). Serviço Social: temas, textos e contextos: coletânea nova de Serviço Social. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2010.

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código (quando houver)	Tipo	Coordenação do Curso de Letras-Libras
LIBRAS - Língua Brasileira de Sinais	LIBRAS010	Optativa	
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s): -	
4.0.0	60h		
EMENTA: Conceituação. História da educação dos surdos. Abordagens educacionais. Legislação. Identidades e cultura da comunidade surda. Aspectos Linguísticos da Libras e o uso da língua. Pedagogia surda			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
<p>FELIPE, T. A. Libras em contexto: curso básico: livro do estudante. 8ed. Rio de Janeiro: Walprint, 2007.</p> <p>CAPOVILLA, F. C.; RAPHAEL, W. D. (Colab.). Dicionário enciclopédico ilustrado trilíngue da língua de sinais brasileira. 2 ed. São Paulo: USP, 2001.</p> <p>GESSER, A. LIBRAS?: Que língua é essa? : crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.</p> <p>GOLDFELD, Márcia. A criança surda: linguagem e cognição numa perspectiva sócio-interacionista. São Paulo: Plexus, 1997.</p> <p>QUADROS, R. M.; KARNOPP, L. B. Língua de sinais brasileira: estudos linguísticos. Porto Alegre: Artmed, 2004.</p>			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:			
<p>QUADROS, R. M.; PERLIN, G. (org.). Estudos surdos II. Petrópolis, RJ: Arara azul, 2007.</p> <p>QUADROS, R. M. Tradutor e interprete de língua brasileira de sinais e língua portuguesa. Brasília: SEESP, 2004.</p> <p>SKLIAR, Carlos de (org.). A surdez: Um olhar sobre as diferenças. Porto Alegre: Mediação, 2010.</p>			

7 ORGANIZAÇÃO, INFRAESTRUTURA FÍSICA E INSTALAÇÕES ACADÊMICAS

7.1 ORGANIZAÇÃO E ESTRUTURA ACADÊMICA

7.1.1 O Colegiado do curso de Serviço Social

O colegiado do curso (associado ao Núcleo Docente Estruturante) são os espaços por excelência de discussão e decisão sobre a organização e revisão curricular. Conforme o Regimento geral da Universidade Federal do Piauí (Art.30) o Colegiado de Curso é constituído pelo Coordenador, como seu Presidente; pelo Subcoordenador, como seu Vice- Presidente; por um representante docente por Departamento, que ministre disciplinas específicas do Curso, eleito, com o respectivo suplente, pelos seus pares, com mandato de 2 (dois) anos e pela representação discente, nos termos da legislação em vigor, com mandato de 1 (um) ano. Ainda segundo o mesmo regimento (Art. 31), compete ao Colegiado de Curso:

- I - decidir, em primeira instância, sobre organização e revisão curricular;
- II - fixar diretrizes de execução do currículo, bem como normas de seu acompanhamento e avaliação;
- III - recomendar aos Departamentos o ajustamento de plano de ensino de disciplinas ao interesse do Curso;
- IV - decidir sobre os procedimentos a serem adotados na matrícula em disciplinas do Curso, respeitadas as instruções do órgão central de controle acadêmico;
- V - opinar sobre pedidos de revalidação de diplomas;
- VI - apreciar representação de aluno em matéria de interesse do Curso, ressalvada a competência departamental no que interfere com a atuação docente;
- VII - adotar e sugerir providências para a melhoria de nível de ensino do Curso;
- VIII - opinar sobre transferência de aluno, submetendo o assunto ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão;
- IX - julgar pedidos de trancamento de disciplinas;
- X - representar junto ao Conselho Departamental e propor, mediante a aprovação de pelo menos 2/3 (dois terços) dos respectivos membros, o afastamento ou a destituição de Coordenador e Sub-Coordenador de Curso;
- XI - exercer outras atribuições que lhe sejam cometidas por este Regimento Geral e em normas complementares do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão.

7.1.2 O Núcleo Docente Estruturante - NDE

Conforme Resolução nº 278/11 do CEPEX/UFPI, que aprova a criação do Núcleo Docente Estruturante no âmbito da estrutura acadêmica dos cursos de graduação da UFPI, o NDE tem atribuições acadêmicas de acompanhamento, atuante processo de concepção, consolidação e continua atualização do Projeto Pedagógico do Curso.



Nessa direção, o NDE do curso de Serviço Social da UFPI funciona regularmente desde 2010 e foi o responsável pelo processo que culminou na presente revisão do currículo e é intenção das instâncias gestoras do curso que continue funcionando e cumprindo a contento suas atribuições.

7.2 LOCAL DE FUNCIONAMENTO, INFRAESTRUTURA FÍSICA E EQUIPAMENTOS

O curso de Serviço Social está localizado no Campus Ministro Petrônio Portella, em Teresina, Piauí, no Centro de Ciências Humanas e Letras, e conta com a salas de aula, salas para coordenação do Curso e Chefia do Departamento, gabinetes docentes, salas de núcleos de pesquisa e extensão, além da utilização de equipamentos coletivos e da estrutura física do CCHL e da UFPI, como auditórios, salas de vídeo, salas de informáticas, biblioteca geral e setorial.

O Departamento de Serviço Social contou durante muitos anos somente com quatro salas de aula (340, 342, 343 e 358) dentre o conjunto das salas do CCHL. No ano de 2021 foram designadas novas salas ao DSS: 310, 311, 312, 313 e 356. Além disso, conta com 08 salas de trabalho (gabinetes) docentes que, no geral, são utilizadas por duas pessoas, que tem que dividir um espaço pequeno com material bibliográfico, equipamentos e de pesquisaindispensáveis e distribuir o tempo para orientação dos alunos com os demais colegas, para não haver choque de horários. Associado a isso, é nessas mesmas salas que ocorrem as sessões de monitoria, de trabalhos de pesquisa, de orientação de TCCs, de reuniões de alguns núcleos que não dispõem de salas próprias, entre outros. O caso da monitoria se reverte problemático, porque o(a) aluno-monitor precisa dispor de tempo e equipamentos para suas atividades e passa, em geral, a utilizar a sala do professor para tal.

Destaca-se que alguns(mas) docentes ligadas a pós-graduação dispõem de gabinete próprio no prédio anexo ao CCHL, além das salas do PET Serviço Social, PTIA, do Centro Acadêmico de Serviço Social e outros núcleos de pesquisas de docentes do DSS.

Importante assinalar sobre a precariedade da estrutura física de muitas dessas salas, que contam com a falta de equipamentos adequados, tais como computadores e impressoras, bem como ares-condicionados antigos, datashows sem funcionar, mobiliários antigos (mesas, cadeiras e armários), além da necessidade de reformas e pinturas, fundamentais para melhores condições de trabalho e ensino-aprendizagem na Universidade.



7.3 BIBLIOTECA

O acervo bibliográfico utilizado pelos alunos do Curso de Bacharelado em Serviço Social é o mesmo utilizado por todos os alunos da UFPI, que são: as Bibliotecas central e setorial, ambas situadas no Campus Universitário Ministro Petrônio Portella, Bairro Ininga-PI. Ao detectarmos a necessidade de alguma obra, é solicitada para administração superior, que é responsável pela aquisição.

A Biblioteca Central da UFPI, foi instalada em janeiro de 1973, resultado da fusão dos acervos existentes nas Bibliotecas das Escolas Isoladas de Medicina, Odontologia, Filosofia, Direito e Administração, quando da implantação da Fundação Universidade Federal do Piauí, instituída nos termos da Lei nº. 5.528, de 12/11/1968. Em agosto de 1995 foi inaugurada a Biblioteca Comunitária Jornalista Carlos Castello Branco (BCCB), órgão subordinado a Reitoria e que atualmente coordena 09 (nove) Bibliotecas Setoriais do Sistema de Bibliotecas da UFPI - SIBi/UFPI, instituído pela Resolução do Conselho Universitário nº. 26/93.

Às pessoas com deficiência são disponibilizadas ferramentas de acessibilidade e de soluções de apoio à leitura, estudo e aprendizagem na Biblioteca Comunitária Jornalista Carlos Castello Branco da Universidade Federal do Piauí

8 DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

8.1 A EQUIVALÊNCIA DAS DISCIPLINAS

O quadro a seguir apresenta a equivalência de disciplinas entre os currículos, o anterior e o atual.

COMPONENTE CURRICULAR ESTRUTURA Nº 04		PRÉ-REQUISITO (NOME E CÓDIGO)	RECIPROCIDADE	COMPONENTE CURRICULAR ESTRUTURA NOVA		PRÉ-REQUISITO (NOME E CÓDIGO)	ABRANGÊNCIA (Global ou Específica – Resolução CEPEX 177/12)
CÓDIGO	NOME			CÓDIGO	NOME		
DFI0438	Introdução à Filosofia			DFI0438	Introdução à Filosofia		Global
DAA0083	Economia				Economia Política		Global



Silviana

	Política						
DFI0440	Instrumentos e Técnicas de Estudo e Organização do Trabalho Científico		↔		Introdução à Metodologia Científica		Global
DCS0153	Iniciação Sociológica		↔		Iniciação Sociológica		Global
DCS0155	Iniciação Antropológica		↔		Iniciação Antropológica		Global
DFE0086	Psicologia geral		↔		Psicologia Social		Global
DSS0048	Questão Social no Brasil		↔		Questão Social no Brasil		Global
CCP039	Iniciação à Política		↔		Iniciação à Política		Global
DSS0046	Introdução ao Serviço Social		↔		Introdução ao Serviço Social		Global
DSS0045	Seminário de Introdução ao Curso de Serviço Social		↔		Seminário de Introdução a formação em Serviço Social		Global
DCJ0028	Direitos e Cidadania		↔		Direitos Sociais e Cidadania		Global
DGH0092	Formação Sócio-Histórica do Nordeste e do Piauí		↔	DGH0092	Formação Sócio-Histórica do Nordeste e do Piauí		Global
DSS0049 DSS0050	Seminário Temático I e Seminário Temático II		↔		Seminário Temático I		Global
DSS0060 DSS0061	Seminário Temático III e Seminário Temático IV		↔		Seminário Temático II		Global
DSS0052	Fundamentos Históricos e Teórico-Metodológicos do Serviço Social I	DSS0046 Introdução ao Serviço Social ou História do SS I	↔		Fundamentos Históricos e Teórico-Metodológicos do Serviço Social I		Global
DSS0052	Fundamentos Históricos e Teórico-	DSS0052 Fundamentos Hist. Teor.	↔		Fundamentos Históricos e Teórico-	Fundamentos Histórico	Global

	Metodológicos do Serviço Social II	Met. S. S. I ou História do SS II			Metodológicos do Serviço Social II	se Teórico-Metodológicos do Serviço Social I	
DSS0056 DSS0064	Fundamentos Históricos e Teórico-Metodológicos do Serviço Social III e Fundamentos Históricos e Teórico-Metodológicos do Serviço Social IV	DSS0052 Fundamentos Hist. Teor. II DSS0056 Fundamentos Hist. Teor. Met. S. S. III	←		Fundamentos Históricos e Teórico-Metodológicos do Serviço Social III	Fundamentos Históricos e Teórico-Metodológicos do Serviço Social II	Global
DSS0055 DSS0063	Política Social I e Política Social II	CCP039 Iniciação à Política ou Iniciação à política DSS0055 Política Social I	←		Política Social I		Global
DSS0067	Política Social III	DSS0063 Política Social II ou Política Social II	⇒ ←		Política Social II	Política Social I	Global
DSS0059	Sociedade Civil e Movimentos Sociais	CCP039 Iniciação à Política ou Iniciação à Política	⇒ ←		Sociedade Civil e Movimentos Sociais		Global
DFI0444 DSS0066	Ética Geral e Ética Profissional	DSS0057 Processos de Trabalho S. S. II e DSS0066 Ética Geral ou Ética Geral	←		Fundamentos éticos e Ética Profissional		Global
DSS0054	Processo de Trabalho do Serviço Social I	DSS0052 Fundamentos Hist. Teor. Met. S. S. I Ou História do SS II	⇒ ←		Processo de Trabalho do Serviço Social I		Global
DSS0057	Processo de Trabalho do Serviço Social II	DSS0054 Processo de Trabalho SS I e DSS0052 Fundamentos Hist. Teor.	⇒ ←		Processo de Trabalho do Serviço Social II	Processo de trabalho I	Global

		Met. S. S. II ou História do SS II					
DSS0065	Processo de Trabalho do Serviço Social III	DSS0057 Processos de Trabalho do Serviço Social II e DSS0056 Fundamentos Hist. Teor. Mét. S. S. III	⇒ ⇐		Processo de Trabalho do Serviço Social III	Processo de trabalho I	Global
DSS0068	Planejamento e Gestão de Políticas Públicas e Serviços Sociais	DSS0055 Política Social I Ou Política Social I	⇒ ⇐		Gestão e Planejamento de Políticas Públicas e Serviços Sociais		Global
DSS0069	Pesquisa Social I	DFI0440 Inst. Tec. Est. Org. Trabalho Científico; ou Introdução à Metodologia Científica	⇒ ⇐		Pesquisa Social I		Global
DSS0070	Pesquisa Social II	DSS0069 Pesquisa SOCIAL I ou Pesquisa Social I	⇒ ⇐		Pesquisa Social II	Pesquisa social I	Global
DSS0073	Avaliação de Políticas Públicas e Projetos Sociais	DSS0063 Política Social II ou Política Social II	⇒ ⇐		Avaliação de Políticas Públicas e Projetos Sociais		Global
DSS0074	Monografia I	DSS0070 Pesquisa Social II	⇒ ⇐		Pesquisa Social III	Pesquisa Social II	Global
DSS0072	Estágio Supervisionado I	DSS0065 Processos de Trabalho do SS III; DSS0068 Planejamento e Gestão de P. P e DSS0064 Fundam. Hist. e Teor. Met. do S. S. IV	⇒ ⇐		Estágio Supervisionado Obrigatório em Serviço Social I	Processo de Trabalho do Serviço Social III; Fundamentos éticos e ética profissional; Avaliação de políticas públicas e	Global

						projetos sociais	
DSS0071	Seminário de Prática I	DSS0072 Co-requisito Estágio Supervisionado I	→ ←		Seminário de Prática I	Co-requisito com estágio obrigatório em Serviço Social I	Global
DSS0076	Estágio Supervisionado II	DSS0072 Estágio Sup. I	→ ←		Estágio Supervisionado Obrigatório em Serviço Social II	Estágio Supervisionado Obrigatório em Serviço Social I	Global
DSS0078	Monografia II	DSS0074 Monografia I Ou Pesquisa Social III	→ ←		Trabalho de Conclusão de Curso	Pesquisa Social III	Global
DSS0077	Seminário de Prática II	DSS0076 Co-requisito Estágio supervisionado II	→ ←		Seminário de Prática II	Co-requisito com estágio obrigatório em Serviço Social II	Global
DSS0129	Tópico especial de infância e juventude		→ ←		Tópico especial sobre juventude		Global
DSS0133	Tópico especial de terceira idade		→ ←		Tópico especial sobre envelhecimento		Global
DSS0151	Tópico especial em família e redes de proteção social		→ ←		Tópico especial sobre família		Global
DSS0109	Tópico especial de saúde		→ ←		Tópico especial de saúde		Global
DSS0112	Tópico especial de saúde mental III		→ ←		Tópico especial de saúde mental		Global
DSS0106	Tópico especial de assistência		→ ←		Tópico especial de Política de Assistência Social		Global

	social III						
DSS0113	Tópico especial de previdência I		⇒ ⇐		Tópico especial de previdência social		Global
DSS121	Tópico especial de educação especial III		⇒ ⇐		Tópico especial de educação		Global
DSS0125	Tópico especial de questão urbana I		⇒ ⇐		Tópico especial sobre questão urbana		Global
DSS0137	Tópico especial de questão ambiental e serviço social I		⇒ ⇐		Tópico especial sobre meio ambiente		Global
DSS0154	Tópico especial em questão de gênero		⇒ ⇐		Tópico especial sobre questão de gênero		Global
DSS0173	Tópico especial em instrumentos e técnicas do serviço social III		⇒ ⇐		Tópico especial sobre a dimensão técnico-operativa do Serviço Social		Global
LIBRAS010	LIBRAS - Língua Brasileira de Sinais		⇒ ⇐	LIBRAS 010	LIBRAS - Língua Brasileira de Sinais		Global

Nos casos dos componentes que possuem equivalência curricular, os(as) estudantes que estiverem em diferentes períodos do Curso, e em distintos Projetos Pedagógicos do Curso, poderão fazer matrícula numa mesma turma, sendo que a ementa a ser executada será aquela prevista no novo Projeto Pedagógico que foi atualizada em relação ao anterior, conforme quadro acima.

As disciplinas de Seminário Temático I e II, de 30 horas cada, no PPC anterior tiveram seus conteúdos congregados em uma única disciplina no novo currículo, sob o título de Seminário Temático I, de 60 horas. Assim como as disciplinas de Seminário Temático III e IV, de 60 e 30 horas, respectivamente, têm uma redução de carga horária e junção de conteúdos, passando agora a serem ofertadas no Projeto Pedagógico atual como Seminário

Temático II, de 60 horas. O mesmo acontece com as disciplinas de Ética Geral (60h) e Ética Profissional (60h), que, no novo currículo, são ofertadas em um único componente de 60 horas, intitulado de Fundamentos éticos e ética profissional.

Foram extintas as seguintes disciplinas no novo currículo: Formação Sócio-Histórica do Brasil (60h) e as Oficinas (Oficina I – Expressões e Vivências da Questão Social; Oficina II – Vivências em Pesquisa e Extensão; Oficina III – Experiências e Vivências em Processos de trabalho, cada uma com carga horária de 30h). Os seus conteúdos foram remanejados para serem contemplados em outros componentes curriculares, tanto no âmbito do ensino, quanto nas Atividades Curriculares de Extensão. Esses componentes curriculares extintos da matriz anterior e que não tem equivalência de conteúdo ou carga horária na matriz atual poderão ser utilizados para fins de integralização curricular como disciplinas eletivas.

Ademais, no novo PPC, foi incluído o componente “Diversidade e desigualdades de gênero, raça-etnia e classe”, com carga horária de 60 horas, que não tem equivalência no currículo anterior.

Todas as disciplinas de 90 horas tiveram a carga horária reduzida para 60 horas no novo currículo, sem prejuízos no seu conteúdo: Introdução a Filosofia, Economia Política, Psicologia Geral, Política Social I e Planejamento e Gestão de Políticas Públicas e Serviço Social. Essa reorganização da carga horária é necessária para que os(as) discentes possam ter disponibilidade para se inserirem em outras atividades de extensão e pesquisa, fundamentais para a formação profissional e que também são obrigatórias para a conclusão do curso na UFPI.

8.2 CLÁUSULA DE VIGÊNCIA

A nova estrutura curricular contida na presente Reformulação do Projeto Pedagógico do Curso de Serviço Social será implementada a partir do 1º período letivo de 2024, obrigatória para todos(as) os(as) discentes ingressantes. O período temporal entre a implantação da nova matriz curricular e a extinção da matriz curricular anterior será denominado de transição curricular.

O processo de transição será realizado de forma gradativa. Semestralmente serão ofertados os componentes do novo Projeto Pedagógico do Curso e extintas as ofertas dos componentes do antigo PPC, com exceção daqueles componentes da matriz anterior que não



tem equivalência no PPC atual. Na transição curricular haverá duas modalidades de adesão ao novo Currículo e acontecerão da seguinte maneira:

- Adesão voluntária: para os(as) discentes ingressantes que estejam com carga horária cursada superior a 40% da carga horária total do PPC anterior no ato da adesão. Estes deverão assinar um termo de adesão na coordenação do curso;
- Inclusão automática: considerando a impossibilidade de manutenção de dois currículos em funcionamento por um período superior a 03 anos, serão automaticamente incluídos no currículo novo os(as) discentes que ingressaram no curso no primeiro semestre letivo de 2023, bem como discentes que apresentarem integralização de carga horária inferior a 40% em relação ao PPC anterior, buscando-se, obviamente, o devido aproveitamento dos estudos, quando possível.

Os casos não contemplados pelos critérios acima serão estudados individualmente pela Coordenação, pelo Núcleo Docente Estruturante e pelo Colegiado do Curso.

REFERÊNCIAS

ABESS/CEDEPSS. Diretrizes gerais para o curso de Serviço Social. **Cadernos ABESS**, nº 7. São Paulo: Cortez, 1997, p. 58-76.

ABEPSS. **Diretrizes Curriculares Curso para o Serviço Social elaboradas pela Comissão de Especialistas**. ABEPSS, 1999. Disponível em: < <http://www.abepss.org.br/diretrizes-curricularesda-abepss-10>> Acesso em: 04 out. 2021

ABEPSS. **Política Nacional de Estágio da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social**, 2010. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/pneabepss_maio2010_corrigida.pdf> Acesso em: 04 out. 2021.

ABEPSS. **Documento preliminar acerca da curricularização da extensão**. Maio de 2021. Disponível em: <https://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/20210608_documento-preliminar-curricularizacao-da-extensao-202106091753268191190.pdf> Acesso em: 04 out. 2021.

ABEPSS. **Curricularização da extensão e Serviço social**. Janeiro de 2023.

ABEPSS. Plataforma Antirracista da ABEPSS. Dezembro de 2022. <https://www.abepss.org.br/subsidiosparaodebateetnicoracial-94>. Acesso em 13 de maio de 2023.



ABEPSS. **Subsídios para o debate sobre a questão étnico-racial na Formação em Serviço Social**. ABEPSS, 2018. Disponível em:
https://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/subsidio_debate_uestao_etnico_servico_social-201812041419427146430.pdf Acesso em: 13 out. 2022.

ABEPSS. Subsídios para o debate sobre as lutas e os movimentos sociais na formação profissional em Serviço Social. ABEPSS, 2023. Disponível em:
<https://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/subsidios-para-o-debate-sobre-as-lutas-e-os-movimentos-sociais-na-formacao-profissional-em-servico-social-202303221328505426170.pdf>

ANTUNES, R. (Org). **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil III**. São Paulo: Boitempo, 2014.

BOITO JR. **A política neoliberal e sindicalismo no Brasil**. São Paulo: Xamã, 1999.

BRASIL. **Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado**. Brasília: Presidência da República, Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado, 1995.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDBE)**, Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria Normativa Nº 5, de 22 de fevereiro de 2010**, que cria o Núcleo Docente Estruturante

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara Superior de Educação. **Parecer 492/2001** – que homologa as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Serviço Social e outros cursos, publicado no Diário Oficial da União de 09/7/2001, Seção 1, p. 50

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Parecer CNE/CES 1.363/2001**, que retifica o Parecer CNE/CES 492/2001, que trata da aprovação das Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Filosofia, História, Geografia, Serviço Social, Comunicação Social, Ciências Sociais, Letras, Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia, publicado no Diário Oficial da União de 29/1/2002, Seção 1, p. 60.b

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE nº 1 de 17 de junho de 2004**. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara Superior de Educação. **Resolução CNE/CES nº 2, de 18 de junho de 2007**, dispõe sobre carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial.

BRASIL, Presidência da República. **Lei 11.788, de 25 de setembro de 2008** (dispõe sobre os estágios de estudantes).

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CES nº 2, de 15 de junho de 2012.** Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CES nº 7, de 18 de dezembro de 2018.** Trata das Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação – PNE2014-2024, conhecida como “Curricularização da Extensão”.

CASTILHO, D.R.; LEMOS, E. L. de S.; GOMES, V.L. B. Crise do capital e desmonte da Seguridade Social: desafios im(postos) ao Serviço Social. IN: **Revista Serviço Social e Sociedade.** São Paulo: Cortez. Nº 130, setembro/dezembro, 2017, p. 447-466.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Código de Ética Profissional do Assistente Social.** 1993.

_____. **Resolução Nº 533** de 29 de setembro de 2008. (regulamenta a supervisão direta de estágio em Serviço Social).

DRAIBE, S. As políticas sociais e o neoliberalismo, reflexões suscitadas pelas experiências latino-americanas. Revista da USP, **Dossiê liberalismo/neoliberalismo**, São Paulo, 1993.

FERREIRA, M.D.M.; SILVA, M.R.F.; GUIMARÃES, S. J. O Serviço Social no Piauí. In: JUNIOR, A.A.S. (Org.). **A reconstrução histórica do Serviço Social no Nordeste.** Curitiba: CRV, 2021, p.67-80.

FIORI, J. L. **Em busca do dissenso perdido:** Ensaios críticos sobre a festejada crise do Estado. Rio de Janeiro: Insight, 1995.

FUNDAÇÃO CEPRO. PEREIRA, S.L.B. et al (Orgs). **Nota Técnica Compatibilização entre Territórios de Desenvolvimento e Instâncias de Gestão Regionais.** Teresina: Fundação CEPRO, 2017. Disponível em: <http://www.cepro.pi.gov.br/> Acesso em: 15 out. 2022.

GOIN, Marileia; FERNANDES, Laryssa Danielly Silva; OLIVEIRA, Ariel Paula Jesus de. Serviço Social no Nordeste Brasileiro: particularidades regionais e formação profissional. **Revista Libertas**, Juiz de Fora, v. 21, n.2, p. 452-473, jul. / dez. 2021.

GUERRA, Y. **A instrumentalidade do Serviço Social.** 10ª. Ed. São Paulo: Cortez, 2014

GUERRA, Yolanda. Trabalho e Formação Profissional: desafios e perspectivas atuais ao Serviço Social brasileiro. In: JOAZEIRO, Edna Maria Goulart; GOMES, Vera Batista (Org.). **Serviço Social: formação, pesquisa e trabalho profissional em diferentes contextos.** Teresina: EDUFPI, 2020, p.33 – 61.

GUIMARÃES, S. J. **Trajetória de vida, trajetória acadêmica:** alunos e egressos do Curso de Serviço Social da UFPI. Teresina, 1995.

IAMAMOTO, Marilda Villela. A formação acadêmico-profissional no Serviço Social brasileiro. **Serviço Social e Sociedade.** São Paulo, n. 20, p.609-639, out/dez. 2014.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades**. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pi/panorama> >. Acesso em 30 de junho de 2022.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Painel de indicadores**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/indicadores.html>. Acesso em 29 de setembro de 2022.

INSTITUTO SEMESP. **Mapa do ensino superior no Brasil. 12ª edição** 12ª edição. 2022. Disponível em https://www.extraclasse.org.br/wp-content/uploads/2022/06/MAPA-DO-ENSINO-PRIVADO-12a-Edicao_compressed.pdf. Acesso em 29 de setembro de 2022.

INSTITUTO SEMESP. **Mapa do ensino superior, dados por Estados e Regiões**, 11ª edição. 2021. Disponível em <https://www.semesp.org.br/mapa/educacao-11/regioes/nordeste/#:~:text=Em%202019%2C%20a%20regi%C3%A3o%20registrou,ensino%20superior%20atr%C3%A1s%20do%20Sudeste>. Acesso em 29 de setembro de 2022.

JOAZEIRO, E.M. G. Serviço social e a graduação na Universidade Federal do Piauí: das raízes ao devir. In: JOAZEIRO, E.M. G; GOMES, V.B. (Orgs). **Serviço social: formação, pesquisa e trabalho profissional em diferentes contextos**. Teresina: EDUFPI, 2020, p.303-228.

LEITE, D. **Reforma universitária: avaliação institucional participativa**. Petrópolis: Vozes, 2005.

LUSTOSA, A. F. M. L. **Formação acadêmica do assistente social para atuar na Saúde Mental: tensionamentos entre a particularidade e a generalidade**. Dissertação de Mestrado. Teresina: Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas, UFPI, 2013.

LUZ, L. C. X. **De onde vêm e para onde vão os assistentes sociais: elementos configurativos do mercado profissional em Teresina nos anos 90**. São Paulo: PUC, 1999 (Dissertação de Mestrado em Serviço Social).

LUZ, L. C. X; VIANA, M. R. V; MAGALHÃES, R. S. R. **Avaliação discente e docente do Projeto Pedagógico do Curso de Serviço Social: em Busca de em estudo avaliativo**, 2010.

OLIVEIRA, F. de. Privatização do público, destituição da fala e anulação da política: o totalitarismo neoliberal. In: OLIVEIRA F.; PAOLI, M.C. (Orgs.). **Os sentidos da democracia: políticas do dissenso e hegemonia global**. Petrópolis: Vozes; Brasília: NEDIC, 1999.

PAIM, J.S. Sistema Único de Saúde (SUS) aos 30 anos. **Ciência e Saúde Coletiva**. 30 anos do Sistema Único de Saúde (SUS). Contextos, desempenho e os desafios do SUS. Rio de Janeiro: Revista da Associação Brasileira de Saúde Coletiva (ABRASCO), v.23, nº6, junho de 2018, p.1723- 1728. Disponível em: <https://www.abrasco.org.br/revistas> Acesso em: 05 de maio de 2020.

PASSOS, G. O. **A Universidade Federal do Piauí e suas marcas de nascença: conformação da reforma universitária de 1968 à sociedade piauiense**. Brasília, DF: Programa

de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade de Brasília. Tese (Doutorado) – Universidade de Brasília, 2006.

RAICHELIS, Raquel. Serviço social: trabalho e profissão na trama do capitalismo contemporâneo. In: RAICHELIS, Raquel; DAMARES, Vicente; ALBUQUERQUE, Valéria. **A nova morfologia do trabalho no serviço social**. São Paulo: Cortez, 2018.

ROSA, L. C.S. **O perfil dos assistentes sociais**. Informativo CRESS 22ª Região 1994. p.1.

SETÚBAL, A. A. Alguns aspectos da história do Serviço Social no Brasil. **Serviço Social & Sociedade** nº 12. São Paulo: Cortez, ago/1983. p.109-139.

SILVA, M. R. F. e. Envelhecimento como Campo de Conhecimento e de Intervenção Social: a experiência Docente do Serviço Social no Programa Terceira Idade em Ação da Universidade Federal do Piauí In: Lima. Antônia Jesuíta de; FERREIRA, M. D. M.; VIANA, M. R. **Políticas Públicas e Cidadania: temas em debate**, EDUFPI, 2012.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ. **Regimento Geral**: adaptação à LDBE (Lei nº 9.394, de 20/12/96), através de Resolução nº 45/99 – CONSUN de 16/12/99

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ. **Portaria nº 66, de 23 de julho de 2010** da Pro-Reitoria de Ensino de Graduação (PREG/UFPI), que designa membros do Núcleo Docente Estruturante do Curso de Serviço Social, do Campus Ministro Petrônio Portela.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ. **Resolução nº 177/12, de 5 de novembro de 2012** do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPEX/UFPI) que estabelece normas para o funcionamento dos cursos de graduação

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ. **Resolução nº 278/11** do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPEX/UFPI), que aprova a criação do núcleo docente estruturante (NDE) no âmbito da estrutura de gestão acadêmica dos cursos de graduação da UFPI.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ. **Resolução nº 053/19 de abril de 2019** do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPEX/UFPI) que regulamenta a inclusão das atividades de extensão como componente obrigatório nos currículos dos cursos de graduação da UFPI.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ. Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis e Comunitários. **Plano De Desenvolvimento da Unidade – PDU PRAEC (2020-2022)**. Teresina, PI, 2020.

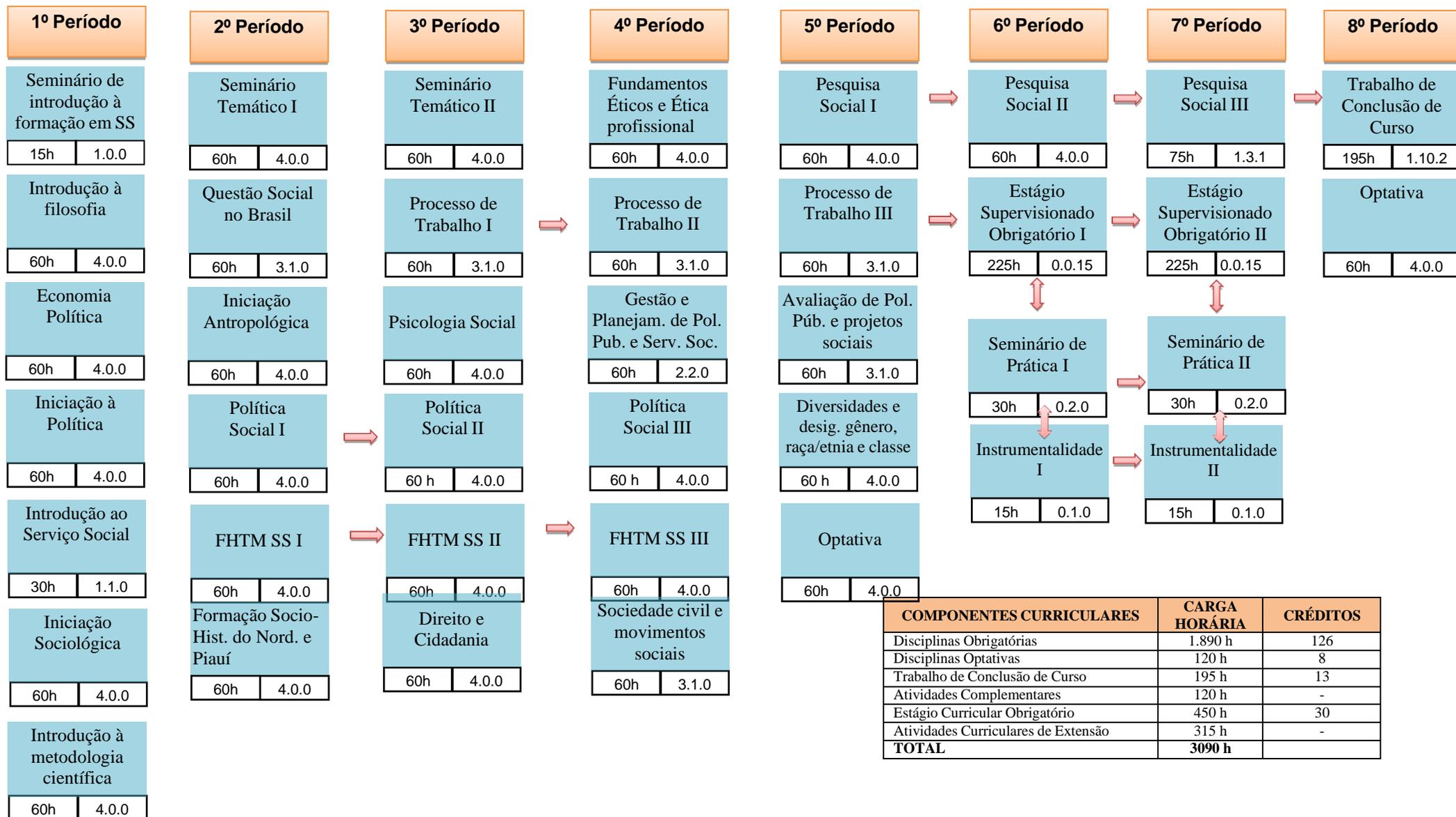
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ. Centro de Ciências Humanas e Letras (CCHL). **Plano de Desenvolvimento da Unidade (PDU): 2021-2022**. Teresina, PI, 2020.

VIANNA, M. L. W. **A americanização (perversa) da seguridade social no Brasil: estratégias de bem-estar e políticas públicas**. Rio de Janeiro: Revam/UCAM/IUPERJ, 2000.

ANEXOS

Silva

ANEXO 1 - FLUXOGRAMA DO CURSO



silviana

RELATÓRIO NDE REFERENDANDO AS REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

O acervo bibliográfico físico foi tombado e encontra-se disponível na Biblioteca Comunitária Jornalista Carlos Castello Branco-BCCB e na Biblioteca Setorial do Centro de Ciências Humanas-BS/CCHL, ambas situadas no Campus Universitário Ministro Petrônio Portella, Bairro Ininga-PI, CEP 64 049- 550.

O acervo virtual para o Curso de Serviço Social está disponibilizado nas bibliotecas da UFPI, quais sejam: Biblioteca Comunitária Jornalista Carlos Castello Branco-BCCB; e Biblioteca Setorial do Centro de Ciências do Centro de Ciências Humanas e Letras -BS/CCHL, com acessos através dos sites: <https://sigaa.ufpi.br/sigaa/public/biblioteca/buscaPublicaAcervo.jsf> e <http://ufpi.br/biblioteca-bccb/236-bccb/biblioteca>; e email: bccb@ufpi.edu.br.

O acervo bibliográfico básico e complementar físico é adequado e atualizado para os componentes curriculares descritos no PPC do Curso de Serviço Social. A instituição garante acesso ao acervo bibliográfico básico/complementar virtual tanto no ambiente interno com instalações e recursos tecnológicos que atende à demanda, sendo ofertado de forma ininterrupta via internet. Às pessoas com deficiência são disponibilizadas ferramentas de acessibilidade e de soluções de apoio à leitura, estudo e aprendizagem na Biblioteca Comunitária Jornalista Carlos Castello Branco-BCCB da Universidade Federal do Piauí.

O acervo periódico é constituído por exemplares físicos e por exemplares virtuais para acesso através de assinaturas de periódicos, assim como acesso a publicações de domínio público. Estes periódicos possuem contexto especializado que contemplam as unidades curriculares do curso de Serviço Social. É atualizado, de forma a garantir a quantidade de acesso demandada, com plano de contingência, de modo a garantir o acesso e o serviço.

Teresina, 01 de junho de 2023



Núcleo Docente Estruturante do Curso de Serviço Social



Documento assinado digitalmente
TERESA CRISTINA MOURA COSTA
Data: 01/06/2023 08:37:28-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Presidente do NDE



Documento assinado digitalmente
SOFIA LAURENTINO BARBOSA PEREIRA
Data: 01/06/2023 08:43:22-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Membro



Documento assinado digitalmente
GUIOMAR DE OLIVEIRA PASSOS
Data: 01/06/2023 09:18:34-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Membro



Documento assinado digitalmente
IOLANDA CARVALHO FONTENELE
Data: 01/06/2023 14:53:29-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Membro



Documento assinado digitalmente
MAURICEIA LIGIA NEVES DA COSTA CARNE
Data: 01/06/2023 15:12:27-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Membro

Membro